



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

50ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Brasília/DF.
30 de novembro de 2021

(Degravação ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
2 Wilson, já temos quórum para iniciar a 50ª Reunião Extraordinária do CNRH. Até para a
3 gente agilizar os trabalhos, talvez não precise fazer o chamamento, mas se você quiser, a
4 gente pode realizar. Eu vou projetar aqui muito rapidamente a lista, que eu já fiz um breve
5 destaque dos participantes. E aí a gente está solicitando também que escrevam no chat, e
6 depois a gente faz a checagem. Já temos aqui 22 instituições presentes. Então, isso já
7 confere quórum aqui para a nossa reunião. Chegaram mais algumas pessoas, alguns
8 Conselheiros e Conselheiras, e a gente depois com o registro a gente atualiza aqui.

9 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu acho que a sua
10 projeção não está aparecendo para mim, Roseli. A tela está escura. Mas eu acho que valeria
11 a pena dar um passada nessa lista para que eventualmente alguém que queira registrar
12 presença além das que você já identificou. Eu acho que seria importante até para os
13 registros aqui da nossa reunião.

14 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
15 Vocês estão conseguindo ver agora?

16 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim. Apareceu
17 agora.

18 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
19 Então, eu vou fazer o chamamento dos representantes aqui no Conselho Nacional de
20 Recursos Hídricos, na 50ª Reunião Extraordinária do CNRH, no dia 30/11/21. Então, o
21 Ministério do Desenvolvimento Regional, Wilson presente. A segunda vaga do Ministério
22 do Desenvolvimento Regional, Cristiane, eu acho não se encontra.

23 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – A Cristiane está
24 férias esta semana.

25 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** – A
26 segunda vaga do Ministério do Desenvolvimento Regional, tem o Gilson.

27 **SR. GILSON PIRES (MDR/SNS):** Presente e boa tarde a todos.

28 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
29 Boa-tarde, Gilson. O Ministério da Justiça e Segurança Pública.

30 **SR.^a PAULA CRISTINA DE LIMA NETO (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E**
31 **SEGURANÇA PÚBLICA):** Paula presente.

32 **SR. WEBER BRAZ (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA):** Boa-
33 tarde, pessoal. Weber Braz também presente.

34 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
35 Ministério da Defesa. Ministério das Relações Exteriores. Ministério da Economia.

36 **SR. CÁSSIO (MINISTÉRIO DA ECONOMIA)** – Cássio, presente.

37 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
38 Ministério da Economia, segunda vaga. Ministério da Infraestrutura.

39 **SR. LUIS SÉRGIO DA CRUZ SILVEIRA (MI)** – Luís Sérgio Silveira, boa tarde a
40 todos.

41 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
42 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

43 **SR.^a LICIANA PEIXOTO:** Liciano. Eu estou aqui no lugar do Fred.

44 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
45 Oi, Liciano. São só os Conselheiros, mas bem-vinda.

46 **SR.^a LICIANA PEIXOTO:** Perdão. Mas eu posso pedir para ele entrar. Ele está aqui.

47 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
48 Ok, para conferir o quórum. O Ministério da Cidadania. Ministério da Educação. Ministério
49 da Saúde.

50 **SR.^a ADRIANA CABRAL (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** - Boa-tarde. Adriana Cabral,
51 primeira suplente.

52 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
53 Ministério de Minas e Energia.

54 **SR. DANIEL LIMA (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA)** - Daniel Lima, segundo
55 suplente.

56 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
57 Ministério de Minas e Energia, segunda vaga.

58 **SR. IGOR RIBEIRO (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA)** - Boa-tarde. Igor
59 Ribeiro.

60 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
61 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

62 **SR. BRUNO NUNES (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA)** - Boa-tarde.
63 Bruno Nunes, primeiro suplente.

64 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
65 Ministério do Meio Ambiente.

66 **SR. ANDRÉ FRANÇA:** Ministério do Meio Ambiente, secretário André França.

67 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
68 Olá, secretário. Bem-vindo. Ministério do Meio Ambiente, segunda vaga. Ministério do
69 Turismo.

70 **SR.^a. SINARA LEANDRA SILVA ALVES DE SOUZA (Membro Titular do CNRH)** –
71 Boa-tarde. Sinara, titular do Ministério do Turismo.

72 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
73 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Aqui está identificado o
74 Conselheiro Henrique Vila. Conselho Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos. Mato
75 Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Espírito Santo e Distrito Federal.

76 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO (Espírito Santo e Distrito Federal)** – Boa-tarde.
77 Elio de Castro, Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo.

78 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
79 Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

80 **SR. JOÃO CARLOS COUTO LÓSSIO FILHO (ESPÍRITO SANTO E DISTRITO**
81 **FEDERAL)** – Já chamou o Distrito Federal?

82 **SR. LUIZ SANTORO:** Luiz Santoro, São Paulo.

83 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
84 Distrito Federal, João Couto?

85 **SR. JOÃO CARLOS COUTO LÓSSIO FILHO (ESPÍRITO SANTO E DISTRITO**
86 **FEDERAL)** – Presente, João Carlos Couto.

87 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
88 Então, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, o Luiz Ricardo Santoro está presente.
89 Tocantins, Rondônia e Amapá.

90 **SR.^a CÁTIA ELIZA ZUFFO (TOCANTINS, RONDÔNIA E AMAPÁ)** – Katia Zuffo,
91 Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Rondônia, primeira suplente.

92 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
93 Amazonas, Pará e Roraima. Piauí, Maranhão e Ceará.

94 **SR. RAMON RODRIGUES (PIAUÍ, MARANHÃO E CEARÁ)** -Ramon Rodrigues,
95 Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Ceará, primeiro suplente.

96 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
97 Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

98 **SR.^a LAYSSA MAIA ANDRADE:** Layssa, presente. SEMAR Piauí.

99 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
100 Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Sergipe, Alagoas e Bahia.

101 **SR. EDUARDO TOPAZIO:** Eduardo Topazio aqui da Bahia, Conselho Estadual de
102 Recursos Hídricos.

103 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
104 Usuários e Sociedade Civil, Irrigantes.

105 **SR. NELSON ANANIAS FILHO (CNA)** – Boa tarde a todos. Nelson Ananias Filho,
106 CNA.

107 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
108 Prestadores de Serviço Público e Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.
109 Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidroelétrica.

110 **SR.^a MÔNICA IRION ALMEIDA (ABRAGE)** - Mônica, representante da ABRAGE.

111 **SR.^a JÚLIA SAGAZ:** Júlia Sagaz, representando a ABIAP. E a Aparecida também acabou
112 de entrar aqui.

113 **SR.^a MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL)** – Estão
114 me ouvindo?

115 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
116 Sim. Estamos ouvindo.

117 **SR.^a MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL)** – Está
118 legal. Obrigada.

119 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
120 Setor Hidroviário.

121 **SR. LUIZ FERNANDO REZANO:** Luiz Rezano, segundo suplente.

122 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
123 Indústria.

124 **SR. DAVI BOMTEMPO (CNI)** – Davi Bomtempo, CNI, presente.

125 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
126 Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos de Lazer e Turismo.

127 **SR. VINÍCIUS ROCHA CRESPO DE OLIVEIRA (CNC)** – Boa-tarde. Vinicius
128 Crespo, presentes.

129 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (AMAT)** – Wilson de Azevedo também presente.

130 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
131 Comitês de Bacias Hidrográficas dos Rios de Domínio da União. Anivaldo, Waldemir ou
132 Estela se encontram? Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa.

133 **SR.^a. SINARA LEANDRA SILVA ALVES DE SOUZA (MT)** – Sinara está aqui.

134 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
135 Célia também se encontra. Organizações Não Governamentais.

136 **SR.^a. NÃO IDENTIFICADA:** Fonasc, o João está na entrada aí. Boa-tarde.

137 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
138 Tem o Marco Antônio também. Ele registrou presença. Então, estamos com 25 instituições
139 presentes no momento, podem iniciar. Temos quórum para início da nossa reunião.

140 **SR.^a. CAROLINA MARIANI:** Desculpa, Caroline Mariani, representante do Ministério do
141 Meio Ambiente, pelo IBAMA.

142 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
143 Wilson, podemos iniciar a reunião. Temos quórum.

144 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Obrigado,
145 Roseli. Nós temos hoje dois itens de pauta. Então, inicialmente eu dou boas-vindas a todos
146 os Conselheiros e Conselheiras que estão presentes na nossa penúltima reunião do ano de
147 2021. Nós temos a princípio dois itens de pauta, e a princípio a prorrogação do mandato da
148 diretoria Provisória do Comitê de Bacias Hidrográfica do Rio Parnaíba e também a
149 apresentação e debate acerca do novo marco hídrico, chamado assim de novo marco
150 hídrico, mas, na verdade, o Projeto de Lei e institui a Política Nacional de Infraestrutura
151 Hídrica e altera alguns pontos da 9.433. E nós temos ainda os Assuntos Gerais e
152 encerramento da nossa reunião. Ok. O Ministro Rogério Marinho, Presidente aqui do
153 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ele pediu para se desculpar pela ausência na
154 reunião de hoje em função de uma agenda na Presidência da República agora à tarde, mas
155 ele nos encaminhou uma mensagem aqui para a nossa reunião de hoje, se dirigindo aos
156 Conselheiro. Roseli, se você puder projetar a mensagem do Ministro.

157 **MENSAGEM DO MINISTRO ROGÉRIO MARINHO (Vídeo):** Quero saudar a todos
158 os participantes que fazem parte do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Hoje estamos
159 vivendo mais uma das reuniões ordinárias, mas com uma enorme...

160 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Roseli, eu acho
161 importante carregar a imagem para depois soltar o play porque está aparecendo preto para
162 mim aqui no vídeo. Eu acho que agora está ok.

163 **MENSAGEM DO MINISTRO ROGÉRIO MARINHO (Vídeo):** Quero saudar a todos
164 os participantes que fazem parte do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Hoje estamos
165 vivendo mais uma das reuniões ordinárias, mas com uma enorme...

166 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
167 Está travando. A gente vai reiniciar aqui o vídeo e a gente pede a todos os Conselheiros,
168 por favor, colocar no mudo porque dá interferência aqui no som.

169 **SR. FRANCISCO VIANA:** Boa-tarde. Francisco Viana aqui de Fortaleza.

170 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Bem-vindo Doutor
171 Viana. Roseli, vamos tentar resolver. Está tendo alguma falha na transmissão e aí a gente
172 passa o vídeo daqui a pouquinho. Pode ser? De repente o Doutor Glauber aí, o nosso
173 especialista consiga transmitir o vídeo sem interferência.

174 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** – A
175 gente vai fazer isso. Na hora do teste deu certo, mas agora caiu.

176 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Mas é porque a
177 ligação fica pesada com muito pessoas no Teams. Mas enfim eu queria só passar algumas
178 orientações de praxe: que a questão da manter áudio desligado quando outra pessoa estiver
179 com a palavra. Na reunião de hoje, eu vou ser mais restritivo com relação à palavra,
180 restringindo então a palavra três minutos conforme está previsto, inclusive no regimento.
181 Eu vou tentar fazer um controle mais rígido sobre essa regra, coisa que nas reuniões
182 passada eu tenho sido mais flexível até para proporcionar o debate, mas na reunião de hoje,
183 para permitir a palavra o máximo de pessoas que queiram usar, eu vou restringir a esses três
184 minutos. E a palavra ela é encaminhada exclusivamente para os assuntos colocados em
185 discussão. Encerrada a discussão, eventualmente nós vamos encaminhar a deliberação. Nós
186 temos apenas uma deliberação na reunião de hoje, que é a aprovação da Resolução da
187 prorrogação do Parnaíba, do Comitê Provisório do Parnaíba. Roseli, quer tentar novamente
188 passar o vídeo? A Roseli deve ter caído.

189 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
190 Wilson, vamos projetar de novo o vídeo. Fazer mais uma tentativa.

191 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Realmente não está
192 passando. Eu não sei se é porque áudio do CNRH está fechado. Talvez seja isso, pelo áudio
193 fechado. Vamos seguindo, Roseli. A gente passa a mensagem do presidente e do CNRH
194 posteriormente. Ok?

195 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
196 Ok.

197 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Informo que nós
198 não recebemos nenhuma solicitação de requerimento de urgência para a pauta de hoje. E
199 consulto a Plenária se podemos manter a pauta conforme proposto. E peço à secretaria
200 executiva que faça a leitura da Ordem do Dia, por favor.

201 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais)** –
202 Por favor, eu queria sugerir que a pauta tivesse informes.

203 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
204 Os informes serão ao final, João Clímaco. Está previsto ao final os informes. Então, os
205 procedimentos do regimento interno: somente terão direito a voto os Conselheiro titulares.
206 Os Conselheiros suplentes só poderão voltar quando substituir os titulares. Os Conselheiros
207 suplentes terão direito a voz. Os Conselheiros podem delegar, a seu critério, o uso da
208 palavra para manifestação em Plenária. Os Conselheiros inscritos serão chamados pela
209 ordem de inscrição e para uso da palavra por até três minutos. Deverão se ater
210 exclusivamente aos itens de discussão. Encerrada a discussão, o resultado será levado ao
211 escrutínio em Plenário para fins de deliberação, conforme o caso. Durante o rito de votação
212 não será concedida a palavra para pronunciamento e/ou a falas. E a matéria será declarada
213 aprovada ou rejeitada pelo quórum de maioria simples dos Conselheiros.

214 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Então, dando
215 sequência, eu gostaria de abrir o item um da pauta, que é a deliberação sobre a proposta de
216 Resolução que prorroga o prazo do mandato da diretoria provisória do Comitê de Bacias
217 Hidrográficas do Rio Parnaíba, até 31 de dezembro de 2022. Considerando as competências
218 do CNRH, conforme o Decreto 10.000, e observando os requisitos, inclusive do art. 12a da
219 Resolução CNRH 05, que trata da criação e constituição de comitês de bacias hidrográficas,
220 que dispõe que o prazo do mandato a que se refere ao § 1º do art. 11, bem como os prazos
221 previstos no § 2º, poderão ser prorrogados por tempo determinado pelo CNRH, desde que
222 tenha sido prévia e justificadamente solicitado pelo presidente interino do Comitê de
223 Bacias, 40 dias antes do término do mandato. O dispositivo, inclusive atendido pelo Comitê
224 de Bacias Hidrográficas do Rio Parnaíba, que nos encaminhou de forma tempestiva a
225 solicitação de prorrogação acompanhado da correspondente justificativa, que leva à
226 necessidade de mais uma prorrogação do mandato da diretoria provisória do Comitê do
227 Parnaíba. Então, convidaremos agora o Avelar, que é o atual diretor do Comitê, para fazer

228 um breve um breve relato sobre o processo, mas nos parece que o Avelar está com alguma
229 questão ligada à saúde que o impossibilitou de participar da reunião de hoje, não é isso,
230 Talita? Então, para trazer então a mensagem do Comitê de Bacias do Rio Parnaíba, eu
231 passo a palavra então para a Talita contextualizar todos os avanços que se deram ao longo
232 deste ano, os esforços que se deram para avançar com o processo eleitoral do Comitê... E
233 levar à prorrogação. Por favor, Talita. Boa-tarde.

234 **SR.^a TALITA SALOMÃO (CBH PARNAÍBA)** - Boa tarde a todos. Eu agradeço
235 inicialmente o convite do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para participação do
236 Comitê nessa reunião. Infelizmente o nosso presidente interino ele não pôde estar presente
237 por questões de saúde, mas pediu que eu o representasse e reforçasse essa solicitação que
238 foi feita ao Conselho, no dia 26 de outubro, de prorrogação do mandato da diretoria
239 provisória por mais um ano, visto que devido às consequências da pandemia da Covid 19,
240 nós tivemos poucos avanços em relação às nossas incumbências. Em março do ano
241 passado, no auge dos nossos trabalhos de mobilização social, e já de calendário eleitoral
242 bem definido, nós tivemos que paralisar todas as nossas atividades pelas restrições da
243 pandemia, e ao longo do ano de 2020, e 2021, nós fomos buscando, junto com a Agência
244 Nacional de Águas, alternativas metodológicas para que a gente pudesse fazer esse
245 processo de forma ampla, com ampla participação social e transparente, até que a gente
246 chegou num consenso, em julho de 2021, de uma metodologia híbrida que alternasse
247 eventos menores com transmissão, on line e assim facilitar a participação dos atores locais.
248 Essa metodologia foi aprovada pela ANA, pela parte técnica da Agência Nacional de
249 Águas. E a gente aguarda para pôr em prática que seja celebrado um termo aditivo, entre a
250 Agência Nacional de Águas e o consórcio que foi contratado por ela para apoiar a
251 instalação do Comitê na bacia hidrográfica, com aquelas ações de mobilização social,
252 comunicação e divulgação. Então, a gente entende que essa prorrogação por mais um ano é
253 suficiente e fundamental para que a ANA termine essas tratativas junto ao consórcio, e a
254 gente possa retomar esse trabalho, já com essa metodologia diferenciada, adaptada a essa
255 nova realidade, já que a pandemia ainda não finalizou. A gente ainda tem que manter essas
256 restrições, mas sempre com aquele viés de participação social e transparência do processo.
257 Então, a gente solicitou novamente essa prorrogação de prazo. Entendemos que ela vai ser
258 suficiente, que a gente imagina que no prazo de cinco a 6 meses, após ela ser aprovado, a
259 gente possa por em prática. Então, essa solicitação, a gente pede que seja deferida e entende
260 que é suficiente esse novo prazo para realmente finalizar essa fase da diretoria provisória e
261 dar posse aos membros definitivos do Comitê. E eu fico à disposição no caso de dúvidas
262 em relação a esse processo.

263 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok, Talita. Muito
264 obrigado. A matéria foi analisada na Câmara Técnica de Assuntos Legais, na qual foi
265 aprovada a minuta de resolução submetida hoje ao Plenário, e até, Talita, nós gostaríamos
266 de reforçar a importância da instituição do Comitê de Bacias do Parnaíba para o sistema de

267 gerenciamento de recursos hídricos pela relevância da bacia hidrográfica e também pela
268 importância dessa região sob o aspecto de algumas políticas públicas desenvolvidas,
269 inclusive aqui pelo Ministério de Desenvolvimento Regional. Eu ainda lembro que a bacia
270 do Parnaíba será uma das bacias que vão ser beneficiadas pelo projeto da desestatização da
271 Eletrobrás com recursos para promoção das ações de revitalização de recursos hídricos.
272 Então, em função até dessa oportunidade de recursos para essa temática, é interessante que
273 tenha um comitê de bacias hidrográficas atuante, até para subsidiar algumas informações e
274 decisões sobre a aplicação desses recursos. Então, eu espero aqui nesse próximo ano seja
275 possível efetivar então a constituição formal e não ser mais um comitê provisório do CBH
276 Parnaíba. Eu consulto aqui a Agência Nacional de Águas, para também fazer alguns
277 esclarecimentos a cerca desse processo. Eu acho importante também as informações que
278 foram trazidas pela Agência Nacional de Águas nesse processo, e aí eu convido o
279 Humberto para também fazer alguns esclarecimentos.

280 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (ANA)** - Ok. Obrigado. Boa tarde a todos. É um prazer
281 estar aqui de volta. Esclarecimento importante é que há uma dificuldade aí no contrato que
282 nós temos com o consórcio. O consórcio pediu um aditivo e pediu um realinhamento de
283 preços, que não foi aprovado pela diretoria da ANA. Estamos numa tratativa para ver se só
284 o aditivo a empresa se interessa em continuar com os trabalhos da bacia. Como a Talita
285 falou, fizemos todo um redimensionamento do processo de mobilização. São três Estados.
286 É um processo amplo, e com limitações em função da pandemia. Mas foi tudo
287 equacionado. Uma nova proposta foi definida juntamente com a empresa. E a empresa
288 agora apresentou uma proposta de realinhamento de preço que não foi adequadamente
289 aceito pela diretoria. E com isso estamos em tratativas. E se por acaso isso não evoluir, em
290 janeiro o contrato termina e nós vamos ter que fazer uma nova licitação, um novo
291 chamamento público para iniciar tudo de novo. E aí nós temos 2022 aí com o prazo aí para
292 ver se nós conseguimos finalmente mobilizar todos os interessados, usuários, sociedade
293 civil organizada, enfim, todos os membros, as categorias que fazem parte do Comitê, e
294 temos então o Comitê definitivamente instalado ainda este ano. Então, estamos aguardando
295 aí as tratativas com a empresa. E se por acaso não formos felizes na tratativa, nós vamos
296 iniciar um novo processo de licitação no início do ano. Era isso.

297 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito obrigado,
298 Humberto. Eu acho que com esses esclarecimentos trazidos pelo CBH Parnaíba e também
299 aqui pela ANA, em nome aqui do Humberto, eu gostaria de colocar a matéria em discussão.
300 Se algum Conselheiro tiver alguma dúvida ou algum comentário acerca desse item de
301 pauta. Eu estou vendo aqui que está inscrito o Rodrigo Ferraz da SABESP.

302 **SR. RODRIGO FERRAZ (SABESP)** – Wilson, eu acho que eu levantei sem querer.
303 Desculpa. Já baixei a mão. Perdão.

304 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok, Rodrigo.
305 Enfim, eu acho que é uma matéria recorrente, infelizmente. Parece que é a terceira
306 prorrogação, Talita, essa atual. Não ouvi.

307 **SR.^a TALITA SALOMÃO (COMITÊ DE BACIAS DO RIO PARNAÍBA)** - É a quarta
308 prorrogação.

309 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Quarta prorrogação.
310 Enfim, como não tivemos nenhum inscrito, eu gostaria de passar para deliberação sobre a
311 resolução. Roseli, se você puder projetar a resolução na tela para que a deliberação possa
312 ser feita com o texto em tela, por favor. Ok. Então, não tem nenhuma inovação em relação
313 ao texto, inclusive da resolução passada, aprovada no final do exercício 2020. Então, nesse
314 caso agora, o objeto é a prorrogação até 31 de dezembro de 2022 o mandato da diretoria
315 provisória do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Parnaíba, bem como o prazo para
316 cumprimento das incumbências que lhe foram atribuídas no artigo 11, parágrafo 2º do art.
317 12 da Resolução CNRH nº 5, que eu fiz a leitura aqui inicialmente. Parágrafo único, a
318 diretoria provisória do CQH Parnaíba deverá encaminhar ao Conselho Nacional de
319 Recursos Hídricos relatórios semestrais sobre o andamento das atividades de insolação do
320 Comitê e acerca desse ponto, inclusive eu destaco o cumprimento dessa condição, inclusive
321 com a apresentação dos relatórios semestrais do último exercício, do exercício 2021. E essa
322 Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação. Então, em função disso, eu
323 gostaria de submeter para apreciação, permanecendo como está pela aprovação.

324 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** – O
325 João Clímaco levantou a mão, Wilson.

326 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Clímaco, por favor.
327 Eu vou até pedir para quem quiser destacar a abstenção ou voto contrário também pode
328 fazer a partir de agora. Por favor, Clímaco. A gente não está te ouvindo. E parece que você
329 também está com a imagem congelada. Algum problema na sua conexão.

330 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Conselheiro Suplente - Organizações
331 Não Governamentais)** – Está ouvindo agora?

332 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Agora sim.
333 Continua com algum problema. Imagino que talvez se fechar o seu vídeo, que a conexão
334 estiver meio pesada, de repente ajuda a não ficar travando a sua fala. Clímaco, realmente
335 está com algum problema na sua conexão. Se puder sair e entrar novamente, de repente
336 tenha um sinal melhor. Ok? Muito bem então...

337 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Conselheiro Suplente - Organizações
338 Não Governamentais)** – Estão me ouvindo agora? Secretário está me ouvindo agora? Eu

339 acabei... E a beleza não é importante. O importante é o conteúdo. Deixa eu falar, essa
340 primeira resolução do Comitê Parnaíba, a gente participou muito desse processo, em 10
341 anos estivemos como protagonista de grande parte dos processos mobilizatórios da região.
342 A partir da aprovação do primeiro mandato da diretoria provisória, nós criamos, na
343 resolução, uma alternativa para contemplar a preocupação da representação da sociedade
344 civil no Conselho Nacional contra uma série de insuficiências, é melhor falar assim,
345 insuficiências quanto ao cumprimento de vários processos que desse mais consistência ao
346 Comitê. O Fonasc como membro participante atualmente a gente entendia que não havia
347 naquele momento ainda condições para o Comitê estar maduro para poder ter uma decisão,
348 mas houve uma interferência política na época, o Ministro Sarney, os funcionários aí. Eu
349 não sei. Eu só sei que deu uma pressão imensa e o Comitê saiu sem muita (...) da sociedade
350 civil. Então, a gente criou um inciso na resolução, onde o Comitê, onde o Conselho
351 Nacional criou uma comissão de acompanhamento dessa mobilização. Isso tudo que está
352 acontecendo agora não me é estranho. Isso me parece muito previsível, porque a
353 mobilização sequer a gente teve contato com essa mobilização aí que houve depois do
354 nosso posicionamento no Conselho. Por sua vez, a Comissão que foi instalada pelo
355 Conselho para acompanhar o processo, ela não foi operada, não foi demandada e não havia
356 interesse do Comitê nessa Comissão. De modo que eu sugiro que se crie novamente essa
357 comissão de acompanhamento porque pelo ponto de vista da sociedade civil do Maranhão, que é
358 o lado que a gente atua, a gente está vendo muita coisa ali que desse um outro resultado que
359 não fosse esse que está sendo falado. E outra coisa, a empresa nunca consultou as regras de
360 educação da sociedade civil do Conselho Nacional que está lá e também estamos no Comitê
361 lá do Maranhão. Então, isso é uma coisa esperada, mas diante disso, eu não estou propondo
362 que se corte ou se destrua ou se pare o que já está sendo feito, e sim a gente recupere uma
363 soberania da tal Comissão do Conselho Nacional para acompanhar isso porque eles veem
364 dar uma informação aqui, e eu não vou ficar aqui falando, lavando roupa suja da sociedade
365 civil numa reunião do Conselho, mas isso aí era esperado. Eu queria propor que essa
366 comissão de acompanhamento voltasse a acontecer porque eu tenho certeza que a gente
367 poderia contribuir melhor para que o Comitê do Parnaíba fosse um comitê bem original e
368 consistente. Eu agradeço.

369 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Está claro,
370 Clímaco. Eu queria até pedir a manifestação da Roseli. Eu sei que a Roseli participou aqui
371 pela Secretaria Executiva de forma bem atuante nessa comissão anteriormente constituída,
372 não é, Roseli? Se você puder também colocar...

373 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** – O
374 som está muito ruim, João. Eu sugiro que você feche a câmera senão a gente vai ficar com
375 dificuldade de te ouvir, mas assim só respondendo ao João Clímaco, tinha uma Resolução
376 que instituía um grupo para acompanhar essa... Porque dentro da diretoria provisória já foi
377 criado um grupo de assessoramento. E está vigente hoje. Então, já tem esse grupo, que a

378 portaria do MMA na época, e agora pelo MDR. E paralelamente a isso foi criado um outro
379 grupo da mesma resolução. E como o Decreto 10.000 que instituiu aí até com aquele
380 decreto do Governo que restringir a criação do grupo de trabalho a um ano de atividades,
381 todos esses grupos de trabalho que eram permanentes dentro das resoluções eles foram
382 extintos. Então, atualmente o grupo de acompanhamento está dentro da diretoria provisória.
383 Então, tem um representante do Estado do Maranhão, representando do Estado do Piauí e
384 do Ceará. Inclusive, se o pessoal do Ceará e do Maranhão e do Piauí estiver presente e
385 puderem informar como tem sido feito aí esses processos e de instalação, mobilização.
386 Estava tudo certo para que ano passado ocorresse a instalação do Comitê, mas infelizmente
387 ocorreu a pandemia. Tudo teve que ser interrompido. E a gente esperava que este ano
388 conseguisse avançar, mas infelizmente não foi possível. Eu acredito que o que está
389 instituído hoje já é o suficiente para acompanhamento. E se ocorrer a mobilização que a
390 empresa está responsável, ela vai poder tomar chamar a sociedades civil, usuários para
391 participar desse momento. Eu não se o Humberto, o pessoal, o Volney também, que
392 acompanhou, eles podem exemplificar um pouco do que já tinha sido iniciado essa tratativa
393 no âmbito dos entes lá da bacia. Então, faltou realmente um pouquinho de tempo para que o
394 processo se efetivasse. Infelizmente não aconteceu. Por isso a importância dessa
395 prorrogação e até eu sugerir que a prorrogação seja além de um ano, um ano e 6 meses
396 porque o ano que vem é um ano de eleição, Wilson, e aí eu não sei se... Até gostaria de
397 verificar junto com a ANA o que eles acham desse prazo de um ano, se será suficiente,
398 porque tenho receio de chegar ano que vem a esta hora e pedir para prorrogar de novo.

399 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. O fato é que
400 como foi solicitado ao CNRH a prorrogação por um ano, Roseli, a gente espera que seja
401 possível concluir. Doutor Ramon pediu a palavra também, representando aqui o Estado do
402 Ceará. Boa-tarde, Ramon.

403 **SR. RAMON RODRIGUES (Conselheiro Suplente – CERH/CE)** - Boa tarde a todos e
404 todas. Wilson e demais conselheiros, eu só queria dizer o seguinte, no material que nos foi
405 encaminhado tem um relatório muito bem-feito e que resgata todo esse trabalho que vem
406 sendo feito no Comitê da Bacia do Parnaíba. Nós aqui do Ceará temos acompanhado não só
407 com o pessoal da Secretaria, mas, inclusive dos comitês da região da Ibiapaba. E no
408 material que nos foi encaminhado sobre esta reunião de hoje, você vê todos os passos que
409 foram dados, bem detalhados, inclusive registrados com fotos, com números, e eu acho que
410 é muito pertinente essa solicitação de prorrogação que todos nós sabemos como foi difícil
411 esses dois últimos anos se trabalhar principalmente com reuniões presenciais e com
412 mobilização das comunidades, dos interessados pelo assunto. Então, eu queria deixar aqui
413 só o meu depoimento.

414 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Obrigado. Tem
415 na sequência o Clímaco inscrito novamente. E a Caroline Mariani.

416 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais) –**
417 Secretário, eu não estou me opondo à aprovação da prorrogação. Eu estou me manifestando
418 que pau que nasce torto cresce torto. E a gente criou uma comissão que infelizmente não foi
419 destinada... Essa comissão foi destinada a desentortar no começo do nascimento. Um
420 comitê não pode surgir sob pressão política de político, Ministro, essas coisas. E o
421 funcionário, ele obedece quem está no poder. Ele não tem noção muito das coisas não.
422 Então, a gente viu que não ia dar certo do jeito que estava e criando uma comissão.
423 Infelizmente o próprio Conselho não foi proativo... A Secretaria do Conselho não foi
424 proativa para contribuir que essa comissão fosse eficaz. Para evitar isso, para evitar que a
425 gente tivesse muitos adiamentos. Eu lamento se no caso não for aprovada uma estrutura de
426 acompanhamento do Conselho, agora isso vai trazer mais trabalho para a gente, porque a
427 gente poderia evitar isso. Daqui a pouco a gente vai ter que novamente prorrogar porque
428 comitê sem povo não... Eu até parabeno. Eu fui numa reunião no Ceará. Eu vi o Ceará...

429 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –**
430 Clímaco caiu.

431 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais) –**
432 Então, eu peço que registre em ata que essa comissão não aconteceu não foi por falta de
433 interesse foi porque a própria Secretaria continuou nesse alinhamento com história que não
434 deveria ter acontecido. Obrigado.

435 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) –** O fato é que como
436 comissão, e como outras do próprio CNRH foram destituídas, e a resolução já traz aqui a
437 forma de acompanhamento do CNRH com a entrega de relatórios semestrais do andamento
438 das tratativas no âmbito do Comitê, foi uma forma de viabilizar o acompanhamento pelo
439 próprio CNRH das tratativas. E claro o processo eleitoral para instituição do Comitê do
440 Parnaíba ele é aberto, ele é democrático e conforme a Talita já colocou e o Ramon também
441 ressaltou aqui, o andamento que se deu, inclusive demonstrado nos relatórios. Ok? Então,
442 eu acho que a gente... Eu vou passar para Caroline, e em seguida a gente finaliza com a
443 aprovação da resolução. E aí, Clímaco, tendo em vista a sua proposta para constituição de
444 uma nova comissão, a gente coloca para deliberação a sua proposta. Ok? Por favor,
445 Caroline. O seu microfone Caroline, por favor.

446 **SR.^a CAROLINE MARIANI (Conselheira Titular – Ibama/MMA):** Eu queria saber se
447 é possível colocar algum dispositivo para que seja... Ou para que se tenha uma previsão de
448 final porque já é o quarto ano de renovação. Será que não valeria a pena colocar um
449 dispositivo que diga que tenha um limite para essa resolução? Porque eu entendo que são
450 questões outras que aconteceram muitas nesse Covid e tudo mais, mas eu não consegui
451 identificar pelas conversas que tivemos aqui realmente que foi identificado, foi feito um
452 esforço para se verificar qual é a gestão que tem que ser feita para que tenha a diretoria

453 definitiva. Então, a minha preocupação é que o ano que vem a gente discuta novamente
454 isso. O que se faz para não se discuta o ano que vem isso? Eu acho que desculpas e coisas
455 inesperadas sempre acontecem. Então, em geral isso acontece por falta de gestão. Então, eu
456 queria saber se é possível ter algum tipo de dispositivo para que isso não se repita. Só uma
457 consideração aqui para que a gente o ano que vem não... Pela quinta vez, que eu já acho que
458 começa a ficar complicado justificar uma quinta vez. É possível algum tipo de dispositivo
459 na redação mesmo para dizer que não haverá uma nova recondução? Eu sei que isso tira
460 todos da zona de conforto porque tem o risco de o ano que vem não ter sido conseguido
461 avançar, mas por outro lado também não se pode prorrogar isso indefinidamente. Algo tem
462 que ser feito.

463 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais) –**
464 Eu proponho que haja uma nova eleição na próxima reunião de diretoria provisória.

465 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) –** O fato é que a
466 própria Resolução 05, ela já traz essa limitação de prorrogações. Ela é muito clara quanto à
467 limitação de doze meses. E essas prorrogações deveriam ser por fato e caso fortuito, e
468 infelizmente, conforme... É a quarta prorrogação este ano. Então, assim e essas
469 prorrogações por si só, que merecem ter essa deliberação no âmbito do Plenário, é
470 justamente para aprovação dessas eventuais justificativas sabe, Caroline. Então eu acho que
471 na minha visão, eu entendo que não seria necessário esse dispositivo até porque a
472 Resolução ela é mandatória, até 31 de dezembro de 2022.

473 **SR.^a CAROLINE MARIANI (Conselheira Titular – Ibama/MMA):** Sim, ela é
474 mandatória, mas ano que vem a gente vai prorrogar de novo por mais 12 meses? É esta a
475 questão. A gente não está fazendo nada ilegal. Não é nada ilegal, mas na minha opinião
476 começa a ficar sensível essa nova prorrogação apesar de ela ser legal. Essa é a questão. Da
477 forma como com a gente discutiu na reunião passada, que não vedava um chamamento
478 público são duas coisas também. Então, é isso que eu estou querendo verificar se é possível
479 a gente complementar nesse sentido para que de novo, ano que vem, a gente não prorogue
480 por mais 12 meses algo que não é para ser para sempre. Ela é uma diretoria tem um caráter
481 provisório. Provisório 4 vezes está um pouco difícil de sustentar. O que vocês acham?

482 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Conselheiro Suplente - Organizações**
483 **Não Governamentais) –** Eu acho que a maneira mais fácil de resolver isso seria em vez de
484 ter uma nova aprovação de prorrogação, a gente... A Comissão que estiver lá no poder
485 convoca uma nova eleição de diretoria provisória, porque (...) eu já conheço demais,
486 quando ele foi ser chapa branca quando ele vai ser Comitê, eu conheço. E aí esse aí para
487 nós vai ser difícil. Já foi difícil e está sendo difícil. Então a gente, apresentação da
488 sociedade civil no Conselho Nacional, não vamos abdicar de aceitar que tenha o Comitê. O
489 comitê é uma conquista da sociedade. Não é de grupo de pessoas e nem é de uma pessoa só.

490 E a gente fez um esforço muito para ter esse comitê. Agora, eu não concordo de ficar
491 adiando eleição, eleição. Sugiro que caso não haja uma nova prorrogação que haja uma
492 nova eleição para diretoria provisória, porque assim é muito fácil, eu fico andando por aí,
493 comendo diária, fazendo festa, falando em nome do Comitê sem ter densidade política o
494 Comitê: Então, eu vou acatar... Eu quero cumprimentar a Caroline, que eu não sei de qual
495 segmento, mas foi muito lúcida a posição dela, que em vez de criar a Comissão para
496 acompanhar e dar mais trabalho para o Conselho, a gente coloca... Se não tiver uma... Se
497 for para ter outra prorrogação, não tenha. A gente faz uma nova eleição de diretoria
498 provisória. É mais...

499 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –O**
500 Eelio está na frente. Por favor, Helio.

501 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO (Conselheiro Titular – CERH/ES).** Boa tarde,
502 Wilson. Boa-tarde, Roseli. Boa tarde a todos. Eu só queria fazer uma pequena observação
503 nessa discussão: os Conselhos, eles precisam atuar homologando decisões da Plenária.
504 Quem sabe as decisões que ocorrem na bacia hidrográfica é quem está lá atuando. Então, é
505 essas são as questões. E o que é que nós temos que seguir regras? São as resoluções, são as
506 normas, é o regramento que nós temos construído. É apenas por aí. Então, a opção nossa
507 deste Plenário é o seguinte: aprova a Resolução ou não aprova a Resolução. Então, se a
508 gente vai acompanhar o que está sendo discutido lá... As questões locais da bacia são
509 discutidas na própria bacia. Elas representam o que ocorre de fato na bacia: a articulação na
510 bacia, a luta política na bacia, os conflitos na bacia. Então, é apenas isso. Então, eu, por
511 exemplo, tenho um longo histórico de Comitê de Bacias hidrográfica, e também tenho um
512 longo histórico de participação em Conselho Estadual de recursos hídricos e sempre
513 defendi que as questões da bacia são resolvidas pela própria bacia. O que eu o Conselho
514 tem que fazer? Seguir a regra. Se a regra fala que a eleição é provisória, por um período de
515 doze meses, doze meses você não autoriza, e reinicia o processo. Quem sabe o Comitê não
516 está precisando de uma oxigenação? Entendeu? É só essas observações, Wilson e Roseli.
517 Eu acho que os Conselhos, a tutela não pode ser de “faça isso, faça aquilo, não deixo fazer
518 isso, não deixe fazer aquilo.” Nós temos que avaliar à luz do que tem de regra. O
519 regramento diz que é assim e a gente autoriza, a aprova a Resolução ou não aprova a
520 Resolução. Esse é o meu entendimento. Agradeço aí, Wilson e Roseli e demais
521 conselheiros a oportunidade aí da fala.

522 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) –** Obrigado, Hélio.
523 Eu acho que você foi bem claro. Eu acho que a questão é esta, a gente está aqui para
524 deliberar pela aprovação ou não aprovação. A prorrogação ou não prorrogação. Claro que a
525 não prorrogação enseja em toda a retomada da constituição da diretoria provisória, é um
526 retrocesso grande na própria constituição do Comitê. E aqui, eu até eu queria registrar o
527 esforço da diretoria provisória, nesse último ano, para viabilizar realmente a conclusão do

528 processo eleitoral, mas até como colocado, a questão contratual da empresa que realmente
529 daria apoio a esse processo metodológico, a justificativa foi a causa central, motivo pelo
530 qual não se concluiu esse processo em 2021. Então, eu pessoalmente entendo ser
531 importante essa prorrogação por mais um ano, e claro é uma avaliação a ser feita no ano
532 que vem, caso nós venhamos aprovar essa prorrogação, de retomar, conforme, o Elio
533 colocou, se após mais um ano não houver essa aprovação, eventualmente retomar o
534 processo e constituir uma nova diretoria provisória, mas eu pessoalmente não vejo motivo
535 para fazer isso neste momento agora. Ok? E aí, Caroline, desculpa, eu tive que atender uma
536 ligação urgente bem no momento que você estava concluindo a sua fala, justamente esta
537 questão: a Resolução ela já realmente traz a data. Então, eu acho que colocar a data
538 colocaria mais o que, sabe, nessa redação para reforçar? Então, essa é a minha dúvida de
539 como para além de ter tudo que já está posto hoje, sabe, nós poderíamos dar um comando
540 mais interativo, porque a princípio, a regra não é prorrogar realmente, a regra era que em
541 doze meses se concluísse. E o Conselho acaba sendo permissivo, eu diria, no sentido de dar
542 as prorrogações. Para avançar, eu queria ouvir o Anivaldo, o Clímaco também está inscrito,
543 e o Wilson. Clímaco, só uma questão de ordem, eu queria concluir as tratativas aqui no
544 debate para aprovar ou não aprovar a Resolução do CBH Parnaíba, e quanto à sua
545 proposição para o Comitê, a gente discute como um item a ser deliberado posteriormente,
546 ok? Anivaldo, por favor.

547 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Conselheiro Titular - CBHSF)** – Boa tarde a
548 todos e a todas. Desculpando aqui pelo atraso, alguns contratemplos, mas eu quero ser
549 bastante objetivo. Eu acho que a diretoria provisória do Comitê do Parnaíba, nós temos
550 acompanhado já há muito tempo essas tratativas para criação do Comitê. Eu acho que não
551 recai sobre ela a responsabilidade do atraso desse processo. Ao mesmo tempo, visto que
552 não depende dela. Até onde entendo, cabe, portanto, à Agência Nacional de Águas proceder
553 do processo de licitação da empresa que vai realizar a mobilização e marcar a data do
554 processo eleitoral. Uma bacia grande como a do Parnaíba requer uma mobilização, até certo
555 ponto prolongada. Estamos no meio de uma pandemia, mas vocês já têm, até certo ponto,
556 salvo algum evento inesperado como, por exemplo, uma nova variante aí que force novas
557 medidas sanitárias muito rigorosas, mas há até nesse momento possibilidades de que a
558 mobilização se faça até em determinado sentido presencialmente, mas não sendo feito
559 presencialmente, vários comitês, um exemplo é o Comitê do São Francisco, realizou o seu
560 processo de mobilização, processo eleitoral virtualmente e o processo foi conduzido, não só
561 nesse caso como em outros, de renovação da diretoria que grosso modo corresponde ao
562 mesmo processo a ser feito no Parnaíba. Eu dou razão à Conselheira que levantou a ideia de
563 que nós não podemos ficar eternamente prorrogando. É preciso que se dê um prazo final, e
564 12 meses, eu não acompanhei desde o início, me parece que é a proposta, são
565 absolutamente suficientes para que finalmente as escolhas sejam feitas nos diversos
566 segmentos. Então, o que se trata agora é de fato, se houve problemas com a empresa

567 contratada, fazer imediatamente um novo processo, contratar uma nova empresa e partir
568 imediatamente para o processo de mobilização. O processo de mobilização e o calendário
569 que será estabelecido das audiências, informação do Conselho, as votações pelos segmentos
570 que fazem as escolhas dos seus representantes mediante processos eletivos. Os outros são
571 processos de indicações do que diz respeito ao poder público. Portanto, o que se tem que
572 fazer é dá o prazo final porque não há nenhuma explicação de que você seguidamente não
573 consiga fazer essa operação visto que os colégios eleitorais já estão identificados, a
574 composição já foi deferida. Só falta agora de fato é mobilizar. Então, o que eu acho que o
575 Conselho tem que fazer é dar um prazo final e não pensando em reabrir isso daqui a 12
576 meses se não der certo. Não. Tem que dar certo. Doze meses é o prazo final, os
577 responsáveis pela condução do processo vão trabalhar...

578 **SR. NÃO IDENTIFICADO:** Só questão de ordem, o microfone de Wilson, quando outra
579 pessoa está falando está aberto e está dando um pouco de interferência, Wilson.

580 **SR. NÃO IDENTIFICADO:** Anivaldo, o seu microfone está fechado e ninguém te ouve
581 mais.

582 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (CBHSF)** – O que eu quero dizer é o seguinte:
583 precisamos, inclusive resolver esse assunto que é perfeitamente resolvível, basta dar o
584 prazo e de fato colocar para os responsáveis pelo processo de mobilização e condução do
585 processo eleitoral essa responsabilidade, o Conselho colocar isso como prioridades até
586 porque nós temos outros assuntos referentes a comitês, que estão se arrastando há mais de
587 15 anos, como é o caso aqui do Comitê do (...) Paraíba, que quase todas as reuniões, eu
588 lembro, continua parado esse processo, e nós precisamos aqui, entre a fronteira de Alagoas
589 e Pernambuco, criar esse Comitê, que é a única maneira de impedir que novas enchentes
590 que destruam essa bacia voltem a custar algo em torno de 4 bilhões de investimentos para
591 reconstrução porque falta, evidentemente, um ente gestor que organize a bacia de tal forma
592 que o (...) nacional não tenha a cada 10 anos que arcar. Então, o que de fato tem que fazer é
593 isso.

594 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Anivaldo, é só
595 questão quanto ao tempo.

596 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Conselheiro Titular - CBHSF)** – Terminar a
597 licitação e marcar a mobilização e finalmente o calendário eleitoral. Esta é a minha opinião,
598 em nome da representação que eu faço aqui.

599 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Está claro,
600 Anivaldo. Eu vou passar para o Wilson Azevedo, para a gente encaminhar pela aprovação
601 da Resolução, e na sequência, deliberar também sobre a proposta do João Clímaco. Ok? Por
602 favor, Wilson.

603 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Conselheiro Suplente - AMAT)** – Obrigado,
604 Wilson. Boa tarde a todos. Eu só fico um pouco preocupado que o ano que vem irão ocorrer
605 as eleições. E nós sabemos que quando muda o governador do Estado, mudam os
606 secretários, e até a roda da Administração Pública voltar a funcionar, nunca leva menos que
607 6 meses. Então, eu acho que até essa medida de prorrogar por um ano e meio pode ser que
608 tecnicamente seja correta, mas eu acho que nós deveríamos encerrar esse assunto neste ano
609 sob esse Governo. Esta é minha opinião. Obrigado.

610 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
611 Obrigada, Wilson.

612 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Então, eu queria
613 retomar a apreciação da resolução. Eu acho que foi um debate interessante. Eu acho que
614 assim como no ano passado nós discutimos muito isso, eu acho que para o ano que vem,
615 nós teremos realmente que realmente prorrogar esse mandato da diretoria provisória. E isso
616 está suficientemente registrado aqui pelos Conselheiros que se manifestaram sobre essa
617 importância, e claro isso coloca uma atribuição maior aí ao apoio que a Agência Nacional
618 de Águas precisa dar ao processo, e como o Humberto colocou, as questões contratuais vão
619 ser sanadas em curto prazo. Ok? Então, eu acho que todos estamos pela prorrogação. Se
620 alguém quiser manifestar abstenção ou negativa quanto à aprovação, por favor, pode fazer
621 o registro agora. Ok. Eu acho que não tem nenhuma manifestação quanto à abstenção ou
622 contrários. Então, eu queria também colocar...

623 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais)** –
624 Secretário, nós vemos nos abster, o Fonasc, e apenas reiterando e esclarecendo ao colega
625 Elio, que a gente entende que as normas são resolver problemas, não é para aguardar
626 problema. E que nós temos um trabalho na região, por isso que nós temos essa posição.

627 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Clímaco, eu queria
628 colocar para deliberação também a sua proposta que você trouxe para constituição de uma
629 comissão que acompanharia, por meio do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os
630 trabalhos do processo eleitoral do Comitê do Parnaíba, a exemplo do que já ocorreu em
631 exercício anteriores, mas que foi revogado em função até da portaria que trata desse
632 assunto. Eu acho que ressaltando que periodicamente, no caso, semestralmente, o Comitê
633 de Bacia já encaminha os relatórios de andamento das tratativas. São relatórios bastante
634 circunstanciados. Eles têm tomado esse cuidado de prestar informações bem detalhadas ao
635 CNRH. E aí a gente poderia então colocar para apreciação essa proposta. Eu pessoalmente
636 não vejo necessidade. Eu acho que o próprio processo participativo que ocorre no âmbito
637 do Comitê lá na região beneficiada já entendo ser suficiente, acompanhado, inclusive dos
638 relatórios semestrais que são submetidos aqui ao CNRH que porventura pode, inclusive
639 trazer como pauta esse assunto nas reuniões ordinárias e extraordinárias que alguns dos

640 Conselheiros queiram trazer. Ok? Se mais alguém tiver manifestação favorável à proposta
641 do Clímaco, eu acho que seria importante manifestar agora para a gente contabilizar
642 também outros favoráveis que tenham quanto à instituição desse Comitê no âmbito do
643 CNRH. Se puderem se inscrever os Conselheiros favoráveis. Ok. Eu acho que não havendo
644 nenhum outro Conselheiros, eu acho que está entendido então como o Plenário não
645 aprovando então essa proposta trazida pelo Conselheiro João Clímaco. Ok? Muito bem,
646 vamos avançar então na nossa... Agradeço aí pela aprovação desse item e reforço aqui os
647 comentários. Vão ser registrados normal no registro da nossa ata e na memória da reunião
648 com relação a essa questão da importância de não haver novas prorrogações futuras. A
649 gente não pode continuar trabalhando com essa hipótese. Ok? Vamos avançar então no item
650 seguinte da pauta. Eu acho que é o item que vai nos trazer um maior debate.

651 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
652 Wilson, eu vou tentar projetar aqui o vídeo do Ministro. Eu vou ver se funciona agora. E
653 depois a gente pode fazer também a do marco hídrico. Pode ser?

654 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Pode ser, Roseli,
655 por favor.

656 **MENSAGEM DO MINISTRO ROGÉRIO MARINHO (Vídeo):** Eu quero saudar todos
657 os participantes que fazem parte do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Hoje nós
658 estamos vivendo uma das reuniões ordinárias, mas como uma enorme novidade. O Brasil
659 passou está passando por um momento em que cada vez mais é necessário se debruçar
660 sobre o seu maior bem, seu maior patrimônio, que são as nossas águas brasileiras, as águas
661 doces brasileiras. Nós detemos mais de 12% dos reservatórios de água doce do mundo. E
662 não é apenas cuidado que temos, mas, sobretudo, recuperar o que temos. A produção de
663 água, o trabalho de revitalização das bacias hidrográficas, a correta gestão das outorgas das
664 águas, esse, sem dúvida nenhuma, é um desafio para todo o Brasil. O nosso bem mais
665 precioso, que são as águas, precisam ser muito bem cuidadas. E o Conselho tem uma
666 responsabilidade de se debruçar sobre essa regulamentação para torná-la mais ágil, menos
667 burocrática, mais eficaz, mais efetiva, que permita que o conjunto da sociedade brasileira
668 possa se apropriar desse bem tão importante, que é a nossa água. Nós estamos apresentando
669 um novo marco hídrico, justamente para desburocratizar e para permitir um avanço nesse
670 setor tão importante para a nossa sociedade. Esse avanço vai levar em consideração a
671 governabilidade do sistema, a sustentabilidade do sistema, e essa necessária interação com
672 o nosso meio ambiente, preservar agora para não faltar no futuro. Boa reunião a todos.

673 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Dar boas-vindas
674 aqui ao Secretário-Executivo do CNRH, o secretário Sérgio Costa, que também a que está
675 conosco a partir de agora, Sérgio. Boa-tarde.

676 **SR. SÉRGIO COSTA (EXECUTIVO DO CNRH)** - Boa tarde a todos. É um grande
677 prazer que mais uma vez participo aqui da 50ª Reunião Extraordinária do CNRH. Vocês
678 acabaram de ver as palavras do Ministro, o Ministro não pôde participar porque está em
679 uma agenda externa com o Presidente da República. Mas fez questão de fazer um vídeo
680 mostrando, falando do marco hídrico. Nós hoje vamos apresentar aqui no CNRH, o marco
681 hídrico. Na realidade, a construção do marco hídrico foi feita a várias mãos. Muitos pensam
682 que foi feita somente no MDR, mas nós fizemos uma pesquisa com mais de 53 entidades,
683 procurando saber a opinião das entidades. Conversamos com algumas pessoas
684 informalmente, conversamos com a ANA. E é como sempre eu digo, a 9.433 está fazendo
685 25 anos, e o marco hídrico, como vocês vão bem ver na apresentação do Doutor Wilson, o
686 marco hídrico, ele não vem para desconstruir a 9.433. Ao contrário, ele vem para que a
687 gente possa desburocratizar o SINBGE, para que a gente possa modernizar o SINGRE
688 porque o cenário de 25 anos atrás era um cenário bem diferente do cenário que existe hoje.
689 Nós estamos procurando realmente inovar em algumas questões, como a cessão onerosa, de
690 outorga, como dar ao poder concedente a possibilidade de fazer investimentos privados e
691 melhorar e levar água de qualidade e quantidade e principalmente com regularidade às
692 diversas regiões do país. O marco é um marco que da mesma forma que a gente quando
693 conversou com o Wilson, quando conversou com a Adriana, na condução do PNRH fosse
694 um PNRH que olhasse todas as regiões do país, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul,
695 Sudeste. Claro que tem algumas regiões do País que necessitam atenção maior. Existem
696 algumas coisas nas nossas infraestruturas hídricas, que precisam de uma atenção maior. Se
697 vocês observarem, o marco do saneamento tem sido bem receptivo, e eu acredito que o
698 marco hídrico também será bem receptivo. A partir de hoje aqui no CNRH vocês vão ver
699 que vocês vão ter um marco antes da apresentação do marco hídrico... E outro antes da
700 apresentação e outro pós apresentação do marco hídrico, porque o marco foi pensado, e
701 vocês vão ver bem, para democratizar e serviços de recursos hídricos para modernizar e
702 desburocratizar o sistema. Então, assim, eu me sinto satisfeito por estar sobre a condução
703 do Ministro Marinho e pelo Ministro Marinho ter passado essa missão que nos foi dada,
704 que foi construída junto com a equipe do CNRH, junto com a equipe do Doutor Wilson no
705 DRHB, junto com a equipe da Doutora Cristiane, aqui junto, escutamos a ANA. Eu tive
706 várias reuniões com a Doutora Cristiane Dias, a quem aqui quero fazer um parêntese e dizer
707 que sempre esteve junto da gente. A ANA é uma parceira. Eu acho que esse marco sai
708 porque a partir de agora, o Ministério entendeu, este Governo entendeu que nós temos que
709 tocar a política pública de recursos hídricos, que a política pública tem ser conduzida pelo
710 Governo Federal, para que possa atender todos para que não tenha atos discriminatórios,
711 para que as pessoas possam, como eu disse, mais uma vez, ter água em suas torneiras. Eu
712 tenho andado pelo Brasil, e é extremamente gratificante quando você vai lá em Alagoas, em
713 Água Branca, chega em Água Branca, como eu foi na Jornada da Águas, na localidade
714 chamada Matinha, e o pessoal não tinha água de qualidade nas suas torneiras, e passam a
715 ter. Passam a ter alegria nos seus rostos, passa a ter dignidade quando você tem água

716 porque as pessoas deixam de buscar água três, quatro, cinco quilômetros, às vezes, a pé, às
717 vezes, em lombo de jumento, às vezes, em moto. Então, para vocês verem o marco... Eu
718 vou fazer aqui uma analogia: o marco é levar água para as pessoas, levar dignidade para as
719 pessoas, é a gente modernizar a 9.433, dando possibilidade a todos a ter água tratada a
720 todos, a ter água nas suas torneiras, a ter água para a gente poder desenvolver. A gente sabe
721 que a cada dia, a cada ano a capacidade de investimento do País diminui. E a gente tem que
722 procurar opções, não é porque o investimento privado passa a participar das ações do
723 Governo que o Governo não vai investir. Nós temos a plena consciência que ações de
724 revitalização, que ações de cunho político e público têm que ser feitas pelo Governo, mas
725 ações de fundo que podem ser compartilhadas com a iniciativa privada, essas ações têm
726 que ser compartilhadas com a iniciativa privada para que a gente otimize o nosso sistema,
727 para que a gente possa ter a cada dia um sistema melhor e mais desburocratizado. Então,
728 assim, eu deixo as palavras com o Doutor Wilson, que muito bem conduziu, junto com a
729 Cristiane, aqui na Secretaria, as conversas sobre o marco, sobre o texto do marco hídrico,
730 que vai ser apresentado a vocês. Espero a colaboração do CNRH. Eu volto a dizer que
731 quando nós optamos em fazer um PL para mandar para o Congresso, a nossa opção é que o
732 marco hídrico, pela importância que ele tem, seja discutido na casa do povo, que é a casa
733 Legislativa. Então, esse Governo usou da prerrogativa de montar um marco, mas passar
734 para os legislativos e como o Ministro diz, nós temos a certeza que esse marco passará pelo
735 CNRH e será muito bem recebido e que a gente vai construir algo para o futuro do nosso
736 País para que seja não um política de Governo, mas sim uma política de Estado, uma
737 política que não tenha cor partidária, uma política que seja para o País, que seja para as
738 gerações futuras, tanto na produção água quanto nas questões de revitalização. Obrigado a
739 todos. Tenha um bom trabalho. E, Wilson, a palavra é com você para que você conduza a
740 reunião.

741 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito obrigado,
742 Secretário. Eu acho que com as palavras do Sérgio e as palavras do nosso Ministro Rogério
743 Marinho, Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que introduz aí esse tema
744 do marco hídrico, eu gostaria de fazer então uma apresentação bem detalhada, que eu acho
745 que vai deixar de uma forma bem consciente os Conselheiros cientes da proposta que o
746 Executivo Federal encaminhará ao Congresso Nacional ainda esta semana. Nós temos um
747 vídeo... Eu não sei se o vídeo vai dar o mesmo problema de ficar com deley em relação ao
748 vídeo da fala do Ministro, mas é um vídeo que eu acho que alguns de vocês já conheceram,
749 mas eu gostaria de passar, que ele introduz bem o assunto. E na sequência, eu encaminho
750 por meio de apresentação de PowerPoint. Vamos tentar, Roseli, ver se o vídeo vai ser
751 possível ser vinculado. Por favor.

752 **VÍDEO:** Presente na nossa vida desde sempre, no nosso dia a dia, em caso detalhe, a água
753 é um dos recursos naturais mais preciosos. Ela dá vida aos alimentos, faz florescer, mata a
754 nossa sede. Ela também está onde nem imaginamos: na produção de roupas, no avanço da

755 energia e da tecnologia. Está na nossa casa ou descendo rios afora, mas é preciso cuidá-la.
756 É um recurso abundante, mas ao mesmo tempo finito. E por isso o uso da água deve ser
757 feito de maneira responsável. Para aprimorar a gestão e ampliar o acesso à água, o Governo
758 Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional, vai lançar o marco hídrico,
759 instituindo a Política de Infraestrutura Hídrica e estabelecendo um conjunto de regras mais
760 modernas que leva a água como um condutor do desenvolvimento. As infraestruturas
761 hídricas cumprem um papel fundamental dando garantia de continuidade das atividades
762 econômicas, mesmo em períodos de escassez e de secas. Por isso precisamos de medidas
763 que ampliem a capacidade de investimento nesse setor e que garantam segurança e
764 continuidade na sua operação. O marco hídrico vai possibilitar que o empreendedor privado
765 construa e opere estruturas para armazenamento e transporte de água em favor de outros
766 usuários e seja remunerado pela prestação do serviço hídrico. O marco hídrico garante a
767 segurança para prestadores de serviço e usuários. E também melhora o planejamento e a
768 gestão de barragens, canais e sistemas adutores de água. O MDR está abrindo um leque de
769 oportunidades para que a água chegue a todos. Por meio de parcerias com a iniciativa
770 privada, vai possibilitar investimentos necessários para levar água às regiões com
771 insegurança hídrica e para impulsionar o desenvolvimento econômico, favorecendo a
772 irrigação, a indústria, a aquicultura e diversos outros setores para manter um uso cada vez
773 mais sustentável. Para que as futuras gerações continuem com esse recurso em abundância,
774 o marco hídrico também vai ampliar os instrumentos de gestão da água. E para executar tais
775 ações, o número de entidades que podem exercer as competências de agências de água será
776 ampliado. A iniciativa privada, por meio de concessão de serviço público poderá concorrer
777 para a atuação, trazendo mais eficiência para a gestão e aplicação dos recursos na bacia.
778 Ainda para melhorar a gestão no uso das águas brasileiras, será criada a cessão onerosa de
779 direito de uso. Mas por que isso é importante? Com essa medida, a alocação de águas em
780 bacias críticas deve melhorar significativamente. Os usuários que possuem outorgas de uso
781 de recursos hídricos poderão ceder de forma espontânea e temporária parte ou a totalidade
782 da água a que tem direito para outro usuário da mesma bacia hidrográfica por meio de
783 contrato e valor acordado entre eles. Assim, em situações de escassez hídrica, esse
784 instrumento vai apresentar o componente econômico que faltava para a alocação mais
785 eficientes da água. O Governo Federal trabalha para melhorar a vida de todos os brasileiros.
786 Ministério do Desenvolvimento Regional, Governo Federal, Pátria Amada Brasil.

787 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem, esse
788 pelo menos passou melhor. Eu acho que deu para todos acompanharem o vídeo. Ele
789 introduz todos os itens, todos os pontos que estão sendo modificados por meio do marco
790 hídrico, acrescentados. Esse vídeo, ele já vinha sendo... Ele foi publicado pelo Ministério
791 no final no início de outubro, me parece que dia 05 de outubro. Então, ele já traz todos os
792 pontos dos quais eu vou apresentar agora. Ok? Vamos combinar a dinâmica: eu vou fazer
793 então a apresentação aqui de todo o conteúdo do marco hídrico. E na sequência, a gente

794 abre para debate. Se houve necessidade de voltar em alguma lâmina para que algum
795 Conselheiro queira tirar alguma dúvida, a gente pode voltar depois, mas eu prefiro que eu
796 faça a apresentação de forma contínua sem interrupção para depois a gente abrir para o
797 debate. Ok? Deixa eu então projetar aqui a apresentação. Ok. Eu não vou conseguir vê-los
798 ao longo da apresentação, mas quem quiser, inclusive se inscrever pode ficar à vontade.
799 Então, se trata do projeto intitulado Marco Hídrico – Mais Sustentabilidade e Mais
800 Segurança Hídrica. Inicialmente é importante destacar a competência do MDR, que
801 anteriormente essas competências estavam na estrutura administrativa anterior, de governos
802 anteriores distintas em Ministérios diferentes. A gente tem a Política de Segurança Hídrica,
803 a Política de Infraestrutura Hídrica no Ministério da Integração, e Política Nacional de
804 Recursos Hídricos no Ministério do Meio Ambiente, mas o fato é que houve, com a
805 reforma ministerial, a unificação dessas políticas e de outras, como vocês devem saber, aqui
806 no Ministério do Desenvolvimento Regional. Então, a competência por coordenar,
807 formular, revisar, implementar, monitorar e avaliar tanto a Política Nacional de Segurança
808 Hídrica quanto a Política Nacional de Recursos Hídricos é de competência do MDR, é de
809 competência aqui da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, na qual nós da Secretaria
810 Executiva do CNRH estamos vinculados. E ainda como competência do MDR, também
811 vinculado à mesma Secretaria Nacional, propor instrumentos para concessão de
812 empreendimentos de infraestrutura hídrica e parcerias para implementação desses
813 investimentos de infraestrutura hídrica. Vocês devem saber que além da competência
814 voltada a gestão de recursos hídricos, assumida aqui pelo departamento no qual eu estou, a
815 Secretaria Nacional de Infraestrutura Hídrica, é responsável por uma série de investimentos
816 nessa temática previstos no Plano Nacional de Segurança Hídrica, por meio de outras duas
817 diretorias vinculadas à pasta. E esses investimentos são, por exemplo, a implementação do
818 projeto de integração do Rio São Francisco, todas as suas obras associadas, uma série de
819 barragens para usos múltiplos em execução em todo o território nacional. Então, também
820 está vinculado à mesma pasta no âmbito da Política de Segurança Hídrica. E para
821 desempenhar esse papel, colocando aqui um pouco do contexto, a Política de Infraestrutura
822 Hídrica ou a Política de Segurança Hídrica, a sua instituição estava prevista desde o Plano
823 Plurianual do Exercício 2012. Então, desde 2012 que competiria ao Ministério da
824 Integração o desenvolvimento dessa política e o fato de que ela não foi implementada. É
825 claro que ela é transversal, uma série de outros assuntos, mas na prática a Política de
826 Segurança Hídrica, a Política Nacional de Segurança Hídrica não foi implementada. Nós
827 iniciamos debates no âmbito dessa Secretaria, em 2019 e ao longo de 2020. E em 7 de
828 janeiro de 2021, o Secretário Nacional de Segurança Hídrica, o Sérgio, instituiu esse Grupo
829 de Trabalho formado por uma série de servidores, técnicos aqui do Ministério que
830 trabalharam, se debruçaram sobre esse tema tendo por coordenador a servidora Cristiane
831 Battiston, inclusive conselheira aqui do CNRH. E aqui está todo grupo que constituiu essa
832 equipe, e que não está aqui mencionada, mas eu gostaria de fazer também a menção ao
833 Anderson Bezerra, coordenador de recursos hídricos aqui do DRHB, que também

834 participou de forma muito ativa, a Adriana Lustosa e a Roseli. Dilemas: Política Nacional
835 de Segurança Hídrica versus a Política de Recursos Hídricos. A gente fez um longo debate
836 sobre esse assunto. E claro, segurança hídrica é um conceito muito amplo. Ele envolve, por
837 exemplo, a Política Nacional de Saneamento já instituída, a política de irrigação, a política
838 de Defesa Civil, a própria Política de Desenvolvimento Regional, mas o fato é que alguns
839 eixos que são de interesse para segurança hídrica não estão contemplados em nenhuma
840 dessas políticas, e eu faço referência também à Política de Recursos Hídricos. O primeiro é
841 as ações voltadas a implementação de infraestrutura hídrica, que vocês imaginem, é uma
842 política pública que o Governo Federal já desempenha já há longos anos. Somente no
843 projeto de integração do Rio São Francisco foi investido 13 bilhões de reais, nas obras
844 associadas outros quase 15 bilhões de reais. E na prática não existe uma política que oriente
845 esses investimentos, por exemplo. Então, nós chegamos à conclusão de que seria necessária
846 a instituição da Política de Infraestrutura Hídrica e fizemos esse debate se ela não deveria
847 estar contida na própria Política de Recursos Hídricos. A Política de Recursos Hídricos, a
848 9.433, ela é muito tímida com relação a considerar a importância das infraestruturas para a
849 qualidade e a quantidade de água disponível nas bacias. E isso foi um assunto muito
850 recorrente nas oficinas do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Então, em função desse
851 dilema, avaliou-se pela necessidade de implementar a Política de Infraestrutura Hídrica.
852 Acerca da revitalização de bacias hidrográficas, entendemos que essas ações já estão
853 contidas na própria Política de Recursos Hídricos, e essas merecem uma regulamentação
854 por meio de Decreto no qual aqui o departamento e a Secretaria estão trabalhando para
855 regulamentar. Eu espero que no primeiro trimestre do ano que vem, nós possamos editar
856 um decreto criando esse novo programa nacional de revitalização de bacias. E estamos,
857 inclusive trabalhando no marco... Estamos trabalhando, inclusive no documento base que
858 vai orientar esse programa de revitalização. Então, o dilema é hoje: isso não se aplica a todo
859 o Brasil, isso se aplica a algumas regiões de forma mais acentuada. O problema é que nós
860 temos infraestruturas hídricas insuficientes, insustentáveis do ponto de vista financeiro e
861 econômico e ambiental, ineficientes e inseguras. Isso fica claro quando nós percebemos os
862 eventos relacionados à segurança de barragens ou mesmo um relatório de segurança de
863 barragens apreciado aqui no CNRH, que traz uma série de infraestruturas, principalmente
864 as públicas, que têm carência com relação à sua operação e manutenção. Então, sob essa
865 ótica da infraestrutura hídrica, no diagnóstico, a gente percebe que o Plano de Segurança
866 Hídrica, o PNSH, publicado em abril de 2019, ele traz a necessidade de investimentos de
867 60,9... Ele traz que 60,9 milhões de pessoas, 34% da população brasileira vivem em
868 regiões, em cidades com baixo grau de segurança hídrica. Ou seja, com risco de
869 enfrentamento de crises hídricas e desabastecimento. E do ponto de vista econômico, isso
870 representa 228 bilhões do PIB. E para enfrentar esse problema, ou seja, para poder
871 melhorar a segurança hídrica no Brasil, projetando até 2050, precisaríamos de no mínimo
872 40 bilhões de reais em investimentos de infraestrutura hídrica. Claro, ano passado, o
873 Ministério, a Secretaria investiu mais de 2 bilhões de reais. Mas com algumas dificuldades

874 em função das restrições fiscais. Num cenário futuro, a gente percebe que é essencial uma
875 modelagem para que viabilizem investimentos também privados nesse setor, a exemplo de
876 outros setores que já se beneficiam dessas modelagens, como o setor de logística, como o
877 setor de energia elétrica, e mesmo o setor de saneamento, que está avançando de forma
878 mais acentuada agora com o novo marco. E o mais interessante é que cerca de 2% do custo
879 de uma infraestrutura, ela deve ser alocada anualmente para sua manutenção e operação.
880 Isso é um recurso considerável, considerando o déficit de infraestrutura e considerando as
881 infraestruturas hídricas existentes, que não recebem a quantidade de recursos suficientes
882 para sua manutenção e operação. E aqui a gente destaca mais de 2 mil barragens de
883 empreendedores públicos ou estatais. Os maiores são DNOCS, tem 327 barragens; a
884 CODEVASF possui 54 barragens; a Secretaria de Infraestrutura de Recursos Hídricos de
885 Meio Ambiente da Paraíba, são 84 barragens sob o domínio do Governo Estadual da
886 Paraíba; e sob o domínio do Governo Estadual Rio Grande do Norte são 53 barragens. Ok?
887 Barragens essas todas elencadas aqui essenciais para a garantia da regularidade do
888 fornecimento de água para as regiões beneficiadas por essas infraestruturas. E para cada um
889 real investido em segurança hídrica se gera benefícios econômicos. Esse dado foi trazido
890 pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos. Desculpa, pelo Plano Nacional de Segurança
891 Hídrica. E por último, empreendedores públicos são constantemente multados por não
892 conseguirem seguir as normas da Política de Segurança de Barragens, especialmente pela
893 falta de recursos garantidos para uma operação e uma manutenção adequada. Então, sob o
894 aspecto da infraestrutura, esse foi o diagnóstico observado. Aí a gente avança sobre o
895 método para elaboração da Política de Infraestrutura Hídrica. Originalmente se debruçaria
896 apenas ao tema infraestrutura hídrica. Para esse processo, nós contratamos a ENAP, a
897 Escola Nacional de Administração Pública do Governo Federal, que nos auxiliou na
898 instituição da metodologia, e que nós fizemos 55 entrevistas, 55 entrevistados ao longo de
899 14 eventos online. Tem aqui as fotos de alguns deles. E registramos, inclusive que algumas
900 pessoas do próprio CNRH foram ouvidas em função de serem pessoas significativas
901 representando os setores nos quais elas representam. E nesse processo metodológico se
902 definiu alguns temas: o arranjo institucional para uma boa gestão da infraestrutura, o
903 modelo de negócio, processo de planejamento e seleção de empreendimentos, soluções
904 hídricas e parâmetros hidrológicos. Sobre soluções hídricas, foram muito citadas as ações
905 de revitalização de bacia para viabilizar, inclusive o aumento da quantidade de águas nas
906 bacias hidrográficas e também foi muito citada a necessidade da regulamentação do reuso
907 ao longo dessas entrevistas. Eu até faço um parêntese, que o Ministério também está
908 trabalhando em um projeto para regulamentar o reuso, projeto esse coordenado pela
909 Secretaria Nacional de Saneamento. E também aqui no âmbito do Conselho Nacional de
910 Recursos Hídricos, estamos avançando com um Grupo de Trabalho para revisar a
911 Resolução 54, que trata de reuso. Então, em função, se organizou um modelo em que se foi
912 identificadas as ideias, as citações importantes feitas por esses entrevistados, elencados os
913 desafios a serem enfrentados. Várias recomendações, interpretações de legislação, inclusive

914 muitas contribuições sobre legislações externas ao Brasil, e oportunidades para serem
915 tratadas na discussão da Política de Infraestrutura Hídrica. No âmbito das recomendações,
916 surgiram muitas ligadas à necessidade de avançar na implementação dos instrumentos da
917 9.433. Daí surgiu o debate que levou a alteração de alguns itens na 9.433, conforme eu vou
918 apresentar a seguir. E também as próprias oficinas de elaboração do Plano Nacional de
919 Recursos Hídricos vieram reforçar esses aspectos quanto à necessidade de implementação e
920 reforçar a implementação dos instrumentos a 9.433, mas também trouxeram contribuições
921 significativas sob a perspectiva dos usuários, dos comitês de bacias, dos órgãos gestores
922 afetos na necessidade de avançar na implementação da Política de Infraestrutura Hídrica.
923 Então, as contribuições do PNRH, das 20 oficinas desenvolvidas no PNRH também foram
924 muito significativas para consolidar a metodologia que levou ao texto atual do Projeto de
925 Lei. Então, de forma geral, como conclusão desse debate, dessa metodologia que aqui eu
926 não entrei nos detalhes, mas que foi bastante intenso esse processo ao longo deste ano, a
927 gente chegou então no marco hídrico em que trataria de quatro problemas principais: o
928 primeiro, a necessidade de definir uma política infraestrutura hídrica. A segunda, no âmbito
929 dessa Política de Infraestrutura Hídrica, caracterizar o serviço hídrico de forma a distingui-
930 lo, inclusive do serviço de saneamento, do serviço de irrigação e do serviço ecossistêmico,
931 eu diria, considerado, inclusive na Lei de Recursos Hídricos. E no âmbito ainda, para poder
932 fazer... E aí sobre as contribuições, tanto das entrevistas quanto do PNRH, a gente percebeu
933 a necessidade de avançar com um novo instrumento econômico para gerir conflitos de água
934 e bacias, sobretudo, conflitos, que aí surgiu a cessão onerosa de direito de recursos hídricos
935 e também como elemento central para avançar na implementação da política. Eu acho que é
936 um ciclo, que se ele não se fecha, a gente não consegue avançar na cobrança, a gente não
937 institui plano, a gente não pode avançar nas ações da bacia, que é a carência de agências de
938 água no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Então, esses são os 4
939 pontos principais que foram abordados nesse Projeto de Lei. Então, do que se trata o
940 Projeto de Lei? Ele trata inicialmente da organização, do planejamento para atuação pública
941 e também para atuação privada por meio de um modelo sustentável economicamente e
942 financiamento, ou seja, que tenha bem claro o serviço, uma política tarifária para a
943 implementação de novas infraestruturas de uso múltiplo, para adequada operação e para
944 adequada manutenção, principalmente esses dois últimos. O secretário Sérgio destacou que
945 o Governo não espera tirar a sua responsabilidade e os governos estaduais também, tirar a
946 sua responsabilidade sobre os investimentos nessa pauta, que são consideráveis, são
947 investimentos altos que por vezes não se modela ou não são sustentáveis só com
948 modelagem por meio de cobrança de tarifa, mas a operação e manutenção é essencial que
949 avancemos nessa direção. E a proposta também introduz algumas alterações na 9.433, com
950 o objetivo de fortalecer os instrumentos para aprimorar a gestão da água do País. E por
951 último, em função dessas alterações e de uma série de competências criadas para a Agência
952 Nacional de Águas no desempenho tanto da política de infraestrutura quanto na
953 implementação dos instrumentos da 9.433, algumas competências da ANA são alteradas na

954 Lei 9.984, de 2000: Ok? Então, essa é a ementa do projeto, institui sobre infraestrutura
955 hídrica, dispõe sobre organizações e exploração da prestação do serviço hídrico, altera a
956 9.433 e altera a 9.984. E aqui é a estrutura do Projeto de Lei. Ele tem o capítulo 1, com as
957 disposições preliminares. Essas disposições preliminares, ela traz o conceito de segurança
958 hídrica, de serviço hídrico como um conjunto de atividades realizadas por meio das
959 infraestruturas hídricas. Vocês vão perceber que do capítulo 1 ao capítulo 5, trata
960 exclusivamente da Política de Infraestrutura Hídrica, que é totalmente novo. Não provoca
961 nenhuma alteração legal, mais é a inserção então dessa nova política pública. O capítulo 2,
962 ele trata especificamente da Política de Infraestrutura Hídrica, definindo os princípios,
963 objetivos, diretrizes, ele traz os instrumentos. Então, eu vou abordar de forma mais
964 detalhada. Ele traz 4 instrumentos para a Política de Infraestrutura Hídrica. É o Plano
965 Integrado de Infraestrutura e Serviço Hídrico, o Sistema Nacional de Informações sobre
966 Infraestrutura e Serviço Hídrico, o Plano de Gestão de Infraestruturas e o Programa
967 Nacional de Eficiência Hídrica, muito semelhante ao que é o PROCEL para o setor de
968 energia. Ok? No capítulo 3, ele traz a prestação e a exploração do serviço hídrico público, e
969 aqui ele aborda questões com relação a instituição da Política Tarifária, as regras e
970 diretrizes para o regime de concessão e permissão e também para autorização de serviço
971 hídrico. O capítulo 4, ele traz a regulamentação da prestação e exploração do serviço
972 hídrico privado, que foi considerada uma atividade econômica de interesse público, que tem
973 que ser submetida a regulamentação no caso aqui no âmbito federal, a regularização no
974 âmbito da Agência Nacional de Águas. O capítulo 5 trata das sanções em função de
975 descumprimento de deveres e obrigações pelo prestador do serviço hídrico. E por último, o
976 capítulo 6, traz então as disposições gerais com relação às alterações da 9.433 e na 9.984.
977 Ok? Eu vou tentar agilizar para que não percamos muito tempo na apresentação. Os
978 princípios estão aqui postos na apresentação. Eu não vou lê-los. Eles são extensos aqui.
979 Fica aqui o registro no CNRH sobre quais são os princípios da Política de Infraestrutura
980 Hídrica. Ele tem a água como elemento essencial à vida. Orienta estratégias de
981 desenvolvimento e as peculiaridades regionais conforme até o Secretário Sérgio destacou
982 na sua fala. Ele traz uma visão sistêmica, considerando a dimensão ambiental, social,
983 cultural, econômica e tecnológica, a necessidade de preservação ambiental e a importância
984 da Política de Infraestrutura Hídrica para promoção da saúde pública. Ainda como
985 princípio, a promoção de informação, comunicação, a mudança da cultura hídrica. Então, a
986 gente espera, com esse marco hídrico, incentivar uma mudança de cultura de como o
987 brasileiro se relaciona com a água, sendo um bem de todos, mas um bem que precisa ser
988 valorado, um bem que precisa ter essa consciência para que se avance com uso eficiente da
989 água, que ainda muito precisa melhorar no País. A gestão eficiente, sustentabilidade
990 ambiental e transparência e participação social, governança e integridade são outros
991 princípios do marco hídrico. Tem como objetivo promover a suficiência e a
992 sustentabilidade da segurança e eficiência das infraestruturas no atendimento da demanda
993 social e econômica e sistêmica, ou seja, garantir que as infraestruturas hídricas

994 desempenhem o seu papel para atender a sua finalidade. E ampliar a resiliência do Brasil
995 para enfrentamento de sistemas hídricos com variações hidrológicas naturais, as famosas
996 crises hídricas, e para que a gente também tenha a manutenção sustentável do
997 desenvolvimento econômico e proteção da vida. Diretriz, não vou aqui também fazer uma
998 leitura, fica aqui o registro. São 13 diretrizes merecidas para Política Nacional de
999 Infraestrutura Hídrica. Destacando de novo a necessidade de avaliar as peculiaridades
1000 regionais e dos biomas brasileiros. A gente sabe o quanto que a gestão de recurso hídrico
1001 ela varia no Nordeste, no Semiárido, no Norte, enfim. Adoções de soluções que estejam em
1002 harmonia com a natureza, estímulo a inovação tecnológica, enfim, eu estou aqui citando só
1003 alguns. Incentivo a atualização contínua do sistema de informação. E aqui eu queria
1004 destacar o quanto nós aqui no Governo, que fazemos política pública na área de
1005 infraestrutura hídrica temos dificuldade em acesso a informações para o planejamento da
1006 política pública porque cada ente governamental, Município, Estado e União tem os seus
1007 projetos, tem os seus planos, e por vezes esses planos não são intrigados. Então, essa é uma
1008 das diretrizes que a gente busca com a Política de Infraestrutura Hídrica integrar Município,
1009 Estado e União em prol desse planejamento da melhoria da infraestrutura hídrica nacional.
1010 E aí o que muda para a infraestrutura hídrica? Fica então instituída política, e ela traz nos
1011 instrumentos o plano integrado de infraestrutura e serviço hídrico. Esse plano, um esboço
1012 do que seria esse plano é hoje o Plano Nacional de Segurança Hídrica. Claro que o plano
1013 hoje, o PNSH, ele não foi regulamentado, ou seja, ele é uma publicação que não tem uma
1014 força legal para que seja observado, mas com a publicação desse instrumento Plano
1015 Integrado de Infraestrutura e Serviço Hídrico, nós teremos um instrumento de planejamento
1016 para integrar junto com o planejamento dos Estados os investimentos necessários e a
1017 estratégia para avançar na instituição do serviço hídrico no País. O Sistema Nacional de
1018 Informação sobre infraestrutura e serviço. Um esboço também sobre esse sistema, nós já
1019 estamos avançando com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que que está
1020 desenvolvendo um painel de segurança hídrica aqui para o Ministério, que a gente espera
1021 poder divulgar. Esse sistema ele vai integrar, por exemplo, informações da operação Carro
1022 Pipa, informações da rede de saneamento do município, informações do atlas de
1023 abastecimento de água, informações do próprio Sistema de Gerenciamento de Recursos
1024 Hídricos. Então, a gente espera ter numa base única as informações sobre toda a rede
1025 voltada ao acesso a água no País. O próprio projeto de integração do Rio São Francisco e as
1026 suas integrações, outros projetos de integração que existem no país como também na região
1027 metropolitana do Rio e São Paulo, por exemplo. Então, a gente espera ter uma base única
1028 de informações sobre infraestrutura hídrica para, inclusive fomentar as ações de
1029 planejamento. O Plano de Gestão de Infraestrutura Hídrica. Esse vai ser feito para cada
1030 obra, para a cada infraestrutura. Então, por exemplo, o Projeto São Francisco, ele vai ter um
1031 plano de gestão de infraestrutura para projeto, considerando, inclusive que é um projeto
1032 integrado, é um sistema integrado. E a gente percebe, inclusive na gestão do projeto São
1033 Francisco, que hoje já tem um plano de gestão instituído, ele é elaborado anualmente com a

1034 participação dos 4 governos estaduais beneficiados, ele é essencial para se ter as regras
1035 operativas para operação e garantia da quantidade de água dessas infraestruturas. Então, a
1036 gente percebe que alguns sistemas como grandes barragens e grandes açudes que hoje não
1037 têm um planejamento concreto precisa, e a partir desse instrumento vai poder ter esse
1038 instrumento para garantia da disponibilidade de água e o serviço que essa barragem ou esse
1039 açude oferta ao longo do ano. E por último o Programa Nacional de Eficiência Hídrica,
1040 muito inspirado no Programa Nacional de Eficiência Energética, no programa PROCEL. A
1041 ideia é que o MDR, uma estrutura de governança que vai ser regulamentada posteriormente
1042 possa ser auferido um selo para usuários de água ou para equipamentos que tenha água
1043 como insumo demonstrando o nível de racionalidade ou o nível de eficiência no uso da água,
1044 a diminuição vai ser, por exemplo, incentivada nesse Programa Nacional de Eficiência
1045 Hídrica, que com certeza vai, além de usuários como serviços de saneamento, vai poder
1046 também certificar ou conferir selos, por exemplo, para usuários de irrigação que tenha uso
1047 eficiente da água. E ainda quanto ao que muda na infraestrutura hídrica, o marco hídrico
1048 trata da instituição no serviço hídrico, traz os deveres das entidades reguladoras, os direitos
1049 e obrigação dos prestadores e usuários, a política tarifaria, o regime de concessão e
1050 permissão e as sanções. E ele cria então um espaço para atração de investimentos privados
1051 no setor, porque hoje o Ministério não consegue modular, por exemplo, a operação do
1052 projeto São Francisco porque hoje é muito complicado, a gente não tem uma segurança
1053 jurídica para caracterizar o servir hídrico. E aí eu queria falar o que é o serviço hídrico. Isso
1054 aqui é um conceito muito importante que eu pediria atenção aqui dos Conselheiros aqui do
1055 CNRH. O serviço hídrico, ele é resultante do conjunto de atividades realizadas por meio de
1056 infraestruturas hídricas destinadas a, por exemplo, gerenciamento da quantidade da água, da
1057 qualidade, do nível ou da pressão de água, bem como a regularização que geralmente é
1058 regulado por barragens, a condução, a distribuição, aqui citando adutoras, citando canais, e
1059 de forma temporal de água em benefício dos usuários. Então, basicamente é o serviço
1060 prestado por barragens, canais e sistemas adutores para finalidade de uso múltiplo. E aqui
1061 foi um debate longo que nós tivemos para distinguir dos demais serviços, distinguir do
1062 serviço de saneamento, distinguir do serviço de energia, porque não se aplica à regra do
1063 serviço hídrico a infraestruturas de uso exclusivo de serviços já regulados. E aí como, por
1064 exemplo, o saneamento, energia e irrigação. Então, a operação e a manutenção de uma
1065 barragem, por exemplo, eu vou citar aqui a barragem do Rio Manso, lá no Sistema
1066 Paraopeba da COPASA, em Minas Gerais. A barragem do Rio Manso é operada pela
1067 COPASA e custo de operação daquela barragem, inclusive da adutora, do recalque, da
1068 transposição de água que feita da Bacia do Paraopeba para a região de Belo Horizonte, que
1069 dá na Bacia do Velhas, ela está contemplada na tarifa de saneamento do usuário de água da
1070 região metropolitana. Então, não vai se aplicar a incidência de um novo serviço para uma
1071 infraestrutura que já tenha a remuneração com o serviço regulado como o serviço de
1072 saneamento. Isso se aplica a estrutura do sistema de uma série de infraestruturas ligadas a
1073 saneamento na região Sudeste, na região Sul, na região Centro-Oeste, mas a gente percebe

1074 como que na região Nordeste, sobretudo, existem infraestruturas que não estão atreladas à
1075 prestação de serviços de saneamento, por exemplo. Um outro exemplo que não se aplica é o
1076 serviço hídrico prestado pelas barragens do sistema elétrico. Então, geralmente na
1077 concessão dos reservatórios está contemplado também o caso operacional na nossa tarifa de
1078 energia cerca de 10% da água armazenada no reservatório ela é destinada para uso múltiplo
1079 naquele reservatório, proporcionado pela regulação daquele reservatório. Então, os serviços
1080 hídricos prestados por reservatórios do sistema elétrico já são remunerados pelo serviço de
1081 energia. E também não vai haver uma sobretaxa, ou seja, a aplicação de mais um serviço
1082 hídrico para remuneração da operação e manutenção dessas infraestruturas. Se aplica então
1083 exclusivamente a infraestruturas hídricas, sobretudo, públicas que não tenham uma fonte de
1084 receita para operação e manutenção. Ok? E a prestação desse serviço hídrico ele pode ser
1085 objeto de concessão ou permissão para o setor privado. Isso é um outro aspecto que o
1086 projeto permite. E aí havendo a política tarifária do serviço hídrico pode se viabilizar
1087 modelos de concessão e permissões das infraestruturas hídricas. Ok? Então, como é que
1088 isso impactar na população? O marco cria um modelo de independência para que as
1089 infraestruturas hídricas possam gerar maior confiança na prestação do serviço hídrico, ou
1090 seja, possa ter receita própria para garantir sua operação e manutenção. Isso garante o
1091 benefício das infraestruturas hídricas para o usuário. A gente sabe de uma série de
1092 infraestruturas hídricas hoje que estão inoperantes por falta de manutenção adequada. O
1093 usuário vai ter então a garantia do recebimento do serviço adequado, tendo em vista a
1094 garantia da manutenção e da operação. O serviço vai ser regulado de forma que o prestador
1095 do serviço que hoje não é penalizado por interrupções ou por falhas na prestação dos
1096 serviços dessas infraestruturas vai passar a ter a regulação e ser penalizado caso não cumpra
1097 a prestação do serviço hídrico de forma adequada. Isso é um outro ganho para a sociedade,
1098 que hoje fica alheia ou fica refém de eventuais descumprimentos ou inoperação das
1099 infraestruturas hídricas de uso múltiplo. Terá recursos garantidos para infraestrutura para
1100 melhorar a operação. E o novo modelo possibilita, isso depende de modelagem, possibilita
1101 a atração de investimentos, sobretudo, da área privada para expansão da infraestrutura
1102 hídrica no País. Então, esses são os principais impactos na sociedade. E aqui entrando nas
1103 alterações da Lei 9.433. Sobre o marco hídrico, eu encerro aqui. Eu espero ter sido claro o
1104 suficiente a respeito das tratativas que tratam da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica.
1105 E aqui entrando agora no capítulo 6 das disposições gerais, que trazem algumas alterações
1106 na 9.433. De novo, eu quero pedir a atenção dos Conselheiros. Hoje nós temos as doze
1107 regiões hidrográficas. Os rios têm a dominialidade da União ou do Estado. Não tem
1108 nenhuma alteração quanto a isso. O gerenciamento de recursos hídricos, ele é estabelecido
1109 pela 9.433, que completa 25 anos ano que vem, e eu acho que é salutar que o CNRH faça
1110 um debate sobre a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Houve um
1111 debate muito interessante na semana passada, no Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos.
1112 Eu até agradeço a Sinara pela brilhante organização do evento. Foi um evento muito rico. E
1113 a gente percebe a necessidade de debatermos com todos os entes, considerando

1114 principalmente esses 25 anos agora completados em janeiro, sobre os avanços e os desafios
1115 para avançar ainda mais na política. E esse marco ele traz alguns assuntos sobre esse
1116 aspecto. Existem doze bacias de rios de domínio da União. Existem doze planos de bacias
1117 já aprovados. Alguns pelos comitês de bacia, outros aqui pelo Conselho Nacional de
1118 Recursos Hídricos. E no âmbito estadual são 228 rios de domínio dos Estados já com plano
1119 de bacia. 10 comitês federais. Seis implementaram a cobrança. E essa cobrança, até 2019,
1120 sobre o aspecto federal, ela arrecadou 728 milhões de reais. A primeira bacia que iniciou a
1121 cobrança foi em 2003, o Paraíba do Sul, me parece, em 2003. Se eu estiver errado, alguém
1122 pode me corrigir. Então, de 2003 a 2019 houve uma arrecadação, eu diria apenas, eu acho
1123 muito tímida ainda, de 728 milhões. Isso não está corrigido. No exercício 2020 foram 87
1124 milhões. E a projeção para 2021 é de 102 milhões de reais nas bacias federais, nos 6
1125 comitês. No âmbito dos comitês de bacia de domínio estadual já foram, até o momento,
1126 desde a instituição da política 2,63 bilhões de reais arrecadados. Então, a gente percebe o
1127 quanto mais é expressivo os valores de comitês de bacia, mas eu diria que muito pouco
1128 ainda se avançou com relação à cobrança, considerando aí todo o potencial de cobrança que
1129 ainda não foi instituído ou mesmo os valores tímidos que alguns comitês de bacias veem
1130 aprovando. Então, feita essa contextualização, eu queria entrar nos pontos que alteram. O
1131 primeiro e mais significativo é a instituição de um novo instrumento econômico, o sétimo
1132 instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, que é a cessão onerosa de direito de
1133 uso de recurso hídrico. É um instrumento econômico assim como a cobrança pelo uso do
1134 recurso do uso hídrico, assim como a outorga, que tem como objetivo fomentar o uso
1135 eficiente da água, o mesmo se aplica à cessão onerosa de direito de recurso hídrico. Ele é
1136 um instrumento que permitirá que o usuário outorgado possa ceder forma espontânea ou
1137 temporária parte ou toda a água a qual foi concedida por meio da outorga, concedida àquele
1138 usuário. Isso, dentro de uma mesma bacia hidrográfica, por meio de um contrato e valor
1139 pecuniário acordado entre as partes, que pode eventualmente nem ter valor nenhum a ser
1140 cobrado. Acontece. Já ouvi relatos em algumas bacias, me parece que até na bacia do
1141 Distrito Federal, isso tem sido... Em alguns casos foi uma prática durante as negociações
1142 alocados de água. O novo instrumento possibilita que usuários outorgados... Aqui está
1143 repetindo o texto. Desculpa. As diretrizes e as regras para implementação desse, assim
1144 como de todos os outros instrumentos da política também ser definidas pelo Conselho
1145 Nacional de Recursos Hídricos. Então, uma vez aprovado esse Projeto de Lei, com esse
1146 novo instrumento, aqui no âmbito do CNRH, nós temos que promover esse debate para
1147 definir as diretrizes e as regras para implementação do instrumento. E esse instrumento só
1148 vai ser implementado a partir de regulamentação dos órgãos e/ou entidades outorgantes no
1149 âmbito federal da ANA e no âmbito estadual dos correspondentes entes estaduais. Ok? E
1150 aqui tem um ponto interessante, que cada instrumento, ele tem que ser registrado no órgão
1151 ou entidade outorgante. Apesar de ser uma negociação livre entre usuários,
1152 obrigatoriamente tem que haver o registro no órgão outorgante para fins, inclusive de
1153 acompanhamento e fiscalização dessa outorga. E o pagamento continua sendo de

1154 responsabilidade do outorgado. Se houver inadimplência, a cobrança vai ser feita ao
1155 outorgado. A obrigação pelo pagamento do uso do recurso hídrico não é cedida para o
1156 usuário, ela fica com o usuário outorgado. Estamos terminando. Aqui um exemplo de como
1157 seria operacionalizada a cessão onerosa do uso do recurso hídrico. Aqui nada muda com
1158 relação aos procedimentos de outorga, que vão seguir as regras da 9.433 e as
1159 regulamentações do CNRH e dos agentes outorgantes, mas aqui é um exemplo clássico, o
1160 que a gente percebe? Eu não vou me ater muito ao exemplo. O que nós percebemos? Em
1161 bacias que ainda há disponibilidade hídrica, ou seja, que no balanço hídrico ainda há saldo
1162 para que o uso usuário possa requerer a outorga diretamente à entidade outorgante, esse
1163 instrumento não faria sentido nenhum. Esse instrumento ele se aplicaria muito em bacias
1164 em que o estresse hídrico já esteja instalado e a gente tem algumas bacias sob esse aspecto,
1165 por exemplo, uma que recentemente debatemos, a bacia aqui do São Marcos, que pega o
1166 DF, Goiás, Minas Gerais. É uma bacia típica que a gente avalia que esse instrumento seria
1167 passível de implementação em curto prazo desde que regulamentado. E outras bacias em
1168 que a demanda hídrica supera a disponibilidade, como bacias do semiárido, por exemplo. E
1169 também se aplica de forma bastante interessante em momentos de crise hídrica, em
1170 momentos em que em funções de alterações climáticas, a disponibilidade hídrica ela é a
1171 afetada e se tem a necessidade de diminuir ou bloquear a outorga de alguns usuários. Isso
1172 traz impactos significativos principalmente para aqueles usuários que não são prioritários.
1173 A dessedentação animal e uso humano são mantidos como prioridades, mas os usuários dos
1174 setores usuários como irrigação, indústria, são usuários muito afetados e que em função do
1175 próprio valor agregado (...) podem vir a negociar com outros usuários para que a sua
1176 outorga não tenha impacto. Então, um exemplo típico é um usuário que tenha uma
1177 plantação de milho e outro que tenha irrigação de videiras, de uva. Eventualmente a
1178 ausência de água para manutenção da cultura de uva, ela pode colocar toda a sua cultura...
1179 Pode colocar como perda toda a sua cultura. Enquanto a cultura de milho é sazonal, e
1180 eventualmente o impacto da indisponibilidade hídrica momentânea tem um impacto menor
1181 sobre a sua cultura. Então, a tendência que usuários como este que tenha culturas perenes
1182 venham a negociar com outros usuários para que então em momento de estresse hídrico
1183 possam ter a sua outorga mantida. É isso que o exemplo está mostrando. E aí a gente coloca
1184 que precisa ser registrado na entidade outorgante para fins de fiscalização, tem que ser
1185 atualizadas as informações no sistema de informações de outrora, onde vai ser acrescentado
1186 também um guia sobre cessão onerosa. A negociação é livre, e o usuário cedente é
1187 responsável ainda pelo recolhimento da cobrança. Se precisar, a gente volta nesse slide, se
1188 alguém tiver alguma dúvida. Sobre a outorga. O que muda sobre a outorga? É um detalhe
1189 em função, inclusive da Política de Infraestrutura Hídrica. A Política de Infraestrutura
1190 Hídrica, para fins, inclusive de instituição da cobrança do serviço hídrico, ele vai utilizar
1191 como base a outorga. Então, o usuário que, por exemplo, lá do... Eu vou dar um exemplo
1192 aqui de barragens de Boqueirão, na Paraíba, o Reservatório Boqueirão. Os usuários
1193 outorgados naquela barragem, eles são os beneficiários pelo serviço hídrico prestado pelas

1194 barragens. Então, o marco hídrico já prevê uma integração na base de informações da
1195 outorga, com a base do prestador do serviço hídrico de forma, inclusive a permitir que seja
1196 feita uma cobrança única, ou seja, na própria cobrança pelo uso do recurso hídrico, vai ser
1197 acrescido a tarifa do serviço hídrico naqueles casos cabíveis. Então, para isso, a lei está
1198 autorizando a integração da base de informações da outorga com a base de informações do
1199 prestador do serviço hídrico. Isso é essencial para otimizar a cobrança do serviço hídrico. E
1200 outro artifício que está sendo colocado, esse segundo ponto aqui, é que no caso de
1201 inadimplência do outorgado junto ao prestador do serviço hídrico, a outorga pode ser
1202 restrita, pode ser suspensa parcial ou totalmente. Isso está previsto no art. 15, todas as
1203 condições para suspensão de outorga e está se acrescentando mais uma condição que é na
1204 eventualidade de inadimplência do outorgado junto ao prestador do serviço hídrico. Então,
1205 o que muda de outorga é apenas isso. Compartilhamento de informações da base de outorga
1206 com o prestador de serviço hídrico e a possibilidade de suspensão da outorga, no caso da
1207 inadimplência do serviço hídrico. Sobre a cobrança pelo uso do recurso hídrico. Eu
1208 mencionei lá no começo dos comitês federais, 6 já estiveram instituídos. A gente tem
1209 planos de bacia que não têm comitê de bacia. A gente tem planos de recursos hídricos em
1210 áreas que não têm comitê de bacia. Então, o que a gente está propondo aqui? Para avançar
1211 com a instituição da cobrança, para acelerar a instituição da cobrança naquelas bacias que
1212 são viáveis, óbvio, não se espera com esse projeto instituir cobrança em todas as bacias
1213 porque algumas realmente não têm necessidade ou não são viáveis, está se criando um
1214 dispositivo para que os conselhos de recursos hídricos competentes seja aqui o CNRH ou
1215 sejam os conselhos estaduais, possam instituir mecanismos de valores transitórios, aqui
1216 destacando ser transitórios, e eu vou explicar porque para implementação da cobrança nas
1217 bacias hidrográficas, mesmo em locais em que o Comitê ainda não tenha decidam decidido
1218 pela cobrança ou em regiões que não tenham comitês de bacias hidrográficas. Um exemplo,
1219 Bacia do Paraguai, no Pantanal, já existe um plano de recursos hídricos. Não tem um
1220 comitê de bacia instituído. Eventualmente, caso o estudo demonstre viabilidade, o próprio
1221 Conselho Nacional de Recursos Hídricos pode vir a instituir, a partir desse dispositivo,
1222 mecanismo e valor transitório da cobrança de uso de recursos hídricos. Então, é uma forma
1223 de viabilizar instrumentos para avançar de forma mais célere na instituição da cobrança.
1224 Ademais condições de para instituição da cobrança são mantidas como a obrigatoriedade de
1225 ter plano de recursos hídricos, ou seja, só vai ser instituída a cobrança, conforme já está
1226 previsto na 9.433, em bacias que o plano já tenha sido aprovado. Não faz sentido instituir
1227 cobrança onde não tenha plano de bacia. Esse é um ponto importante, que eu peço atenção
1228 aqui dos Conselheiros. Os órgãos ou entidades outorgantes, no âmbito de suas
1229 competências, no caso da Agência Nacional de Águas, elas vão apresentar, assim como já
1230 fazem hoje, junto aos Comitê de Bacias, vão apresentar os estudos técnicos para propor
1231 mecanismos e limites mínimos dos valores transitórios a serem instituídos pelo Conselho. E
1232 essa cobrança não altera em nada para ser aplicado conforme está previsto no art. 22 da
1233 9.433. No caso de haver... Isso também é muito importante, presta atenção aqui, inclusive

1234 os comitês de bacias, os representantes que estão aqui. No caso de haver posterior
1235 deliberação do comitê de bacia hidrográfica competente acerca de mecanismos e valores,
1236 ou seja, aprovação pelo próprio comitê de mecanismos e valores, a cobrança transitória
1237 aprovada pelo Conselho, ela cessa, ela encerra, e passa a vigorar aquela cobrança instituída
1238 pelos comitês de bacia. O fluxo da aprovação no comitê de bacia não muda em nada
1239 também, não tem nenhuma alteração no âmbito das competências dos comitês de bacias
1240 hidrográficas. Eu vou frisar mais uma vez, não tem nenhuma mudança nas competências
1241 dos conselhos nacionais de recurso hídrico. O que se faz é criar um dispositivo para que
1242 além da instituição da cobrança, por meio do comitê, os próprios conselhos que também são
1243 entidades representativas dos setores, os próprios conselhos possam também instituir a
1244 cobrança transitória. E por último, os Conselhos têm um prazo de 18 meses, a contar da
1245 entrada em vigor, para iniciar a instituição da cobrança naquelas bacias viáveis. Então, isso
1246 aqui é uma mensagem mais aos comitês de bacia do que ao próprio Conselho Nacional de
1247 Recurso Hídrico. Por exemplo, eu estou vendo aqui... Eu aqui a presença do (...) do Comitê
1248 do Grande, que tomou posse há três semanas atrás. O Comitê do Grande tem como meta
1249 avançar na instituição da cobrança, no debate. Então, tem 18 meses a partir da aprovação
1250 desse projeto para eventualmente o próprio comitê avançar na instituição, sem depender de
1251 uma decisão do próprio Conselho na aprovação dos valores transitórios. Então, esse prazo
1252 de 18 meses, eu queria chamar atenção, é muito mais para fomentar ou para acelerar o
1253 debate no âmbito do Comitê em contraponto à possibilidade de que os próprios Conselhos
1254 possam instituir a cobrança transitória. Certo? Vamos avançar. Isso aqui a gente já falou,
1255 inclusive na reunião passada. O projeto ainda permite, ele autoriza que o Governo Federal
1256 possa avançar com a instituição de agências de água por meio de concessão administrativa,
1257 por meio de PPP, parceria com o setor privado. Então, nada é alterado nas atuais formas de
1258 hoje. A 9.433, lá pelo art. 44, me parece, ou 22, agora não me lembro, que institui as
1259 agências de água, está muito claro que seria esse inciso 1 aqui, é uma competência exercida
1260 diretamente por meio de órgãos ou entidade da Administração Pública Federal, no caso das
1261 bacias federais. Isso não avançou. Todos nós sabemos que nenhuma agência foi criada.
1262 Nenhuma autarquia pública foi criada. E a gente tem as outras duas opções que seria por
1263 delegação da exploração a terceiros. Permanece a possibilidade do contrato de gestão que
1264 foi instituído pela Lei 10.881. Não tem nenhuma mudança sobre esse aspecto, ou seja, se
1265 houver entendimento de que é viável apenas por meio de entidades sem fins lucrativos,
1266 aplica-se a Lei 10.881, mas o projeto permite ou viabiliza uma terceira alternativa para que
1267 o sistema possa avaliar que seria a concessão administrativa. Não há nenhum tipo de
1268 imposição de que agora vai ser concessão para o privado. Cria uma possibilidade. E essa
1269 possibilidade só vai ser concretizada caso se demonstre viável. E tem a Lei 11.079, nós
1270 debatemos muito esse assunto com o Ministério da Economia. Eu acho que a equipe do
1271 Ministério da Economia está nos acompanhando. Foi um debate que fizemos ao longo
1272 desse último mês, sobre preocupações para que a gente, nós, o MDR e ANA, observemos,
1273 caso haja decisão por concessão administrativa, os dispositivos da Lei 11.079, e os

1274 dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ok? Não muda em nada a questão de que
1275 os recursos da cobrança, pelo uso do recurso hídrico vão continuar sendo aquelas que dão
1276 suporte às atividades da Agência de Água, seja ela autarquia, entidade delegataria sem fins
1277 lucrativos ou empresa, parceria por meio de PPP. Quem vai dar suporte às ações, inclusive
1278 para implementação dos planos de bacia continua sendo a cobrança pelo uso do recurso
1279 hídrico, que é uma cobrança que é vinculada para essa finalidade. Isso já está posto LDO.
1280 Não tem nenhuma mudança sobre isso. Nos casos de concessão, no âmbito federal,
1281 compete à ANA licitar, contratar e prestar o serviço público, e contratar a prestadora do
1282 serviço público de gerenciamento do recurso hídrico. Para finalizar, sobre planos de recurso
1283 hídrico. O inciso I do art. 35, que é o artigo que traz as competências aqui do Conselho
1284 Nacional de Recursos Hídricos, ele coloca lá nesse inciso I que compete ao CNRH articular
1285 o planejamento de recursos... Garantir articulação entre garantir articulação entre o
1286 planejamento do recurso hídrico com os setores usuário e com os planejamentos setorial
1287 regionais regional, estadual e nacional. Isso é uma competência já do CNRH. Mas como o
1288 CNRH consegue desempenhar esse papel de garantir essa articulação entre os planos de
1289 recursos hídricos, se os planos de bacia hoje não tramitam no CNRH? Aqui citando os
1290 planos de recursos hídricos de bacias federais. Hoje é inviável que se faça com que o
1291 CNRH cumpra esse papel de articulação entre esses vários planos setoriais, porque o plano
1292 hoje ele é aprovado somente no Comitê de Bacia. E o curioso é que todos os outros
1293 instrumentos já passam pela aprovação do Comitê, mas também sobem para aprovação do
1294 Conselho Nacional. E só são instituídos após a aprovação do CNRH. O que nós estamos
1295 também dispendo agora com esse marco é incluindo a competência do Conselho Nacional
1296 de Recursos Hídricos para também aprovar os planos de bacias federais. Então, não muda
1297 em nada o rito de elaboração e aprovação no âmbito dos comitês de bacias. Os comitês de
1298 bacias vão analisar, deliberar e aprovar no âmbito do Comitê, assim como é feita a
1299 aprovação da cobrança, por exemplo, do enquadramento, mas no caso do instrumento de
1300 planos de recursos hídricos, é posteriormente à aprovação no Comitê vai ser submetido ao
1301 CNRH também para aprovação, para ratificação desse plano de bacia, visando justamente
1302 atender a essa competência do CNRH para promover a articulação entre os planos de
1303 recurso hídrico do setorial. Eu acho que isso é isso. Eu sinceramente, espero ter sido claro o
1304 suficiente. E gostaria muito de ouvi-los, ouvir aqui os Conselheiros, ouvir comentários,
1305 dúvidas, para que a gente possa aqui esclarecer alguns pontos que não tenham ficado claros.
1306 Ok? Primeiro inscrita é a Sinara Brock, da ABRHidro. Tudo bem, Sinara?

1307 **SR^a. SYNARA BROCH (Conselheira Suplente – ABRHidro)** – Eu fui a segunda. Eu
1308 acho que o primeiro inscrito é o Manoel. Não foi, Manoel? Se fui eu a primeira, eu começo
1309 a falar.

1310 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Primeiro as damas,
1311 Sinara. Eu acho que o Manoel não vai se opor. Para mim aparece você aqui como primeira
1312 inscrita.

1313 **SR. MANOEL VIANA:** Dar a prioridade para os velhinhos depois.

1314 **SRª. SYNARA BROCH (Conselheira Suplente – ABRHidro)** – Está joia. Se for pelos
1315 velhinhos, eu também estou na fila, mas tudo bem. Vamos lá: Boa-tarde. Obrigada, Wilson.
1316 Boa tarde a todos que aqui estão nesta reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
1317 Eu gostaria de (...) em nome da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, representando
1318 as OTEPS, as organizações técnicas. Eu agradeço a disponibilidade de trazer esse projeto
1319 de lei, porque no âmbito das competências do MDR, que tem essas 10 políticas públicas,
1320 havia essa pendência desde 2012 de se tomar um posicionamento na condução de como que
1321 se iria integrar e implementar ou avançar nas questões relativas à segurança hídrica e a
1322 gestão de recursos hídricos, que estão de fato nas competências do MDR. E parabêniso pela
1323 coragem, porque quando há alguma coisa que envolve tantas questões complexas,
1324 intersetoriais, enfim, sempre alguns gestores, por vezes, na lista de prioridades, deixam essa
1325 para depois. Então, eu parabêniso a ação de cumprir com as competências legais do Poder
1326 Executivo de propor um projeto de lei que agora vai passar pelo Congresso. E nesse
1327 contexto de passar pelo Congresso, é onde a sociedade e as discussões vão se realizar.
1328 Então, eu já agradeço de antemão de ter trazido ao Conselho Nacional de Recursos
1329 Hídricos a proposta de lei que vai passar no âmbito do Congresso Nacional. Também
1330 problematizar o Grupo de Trabalho, que eu imagino a complexidade de juntar todos aqueles
1331 grupos de trabalho no âmbito do Poder Executivo, que transversaliza essas competências. E
1332 já deixo aqui também... Sempre soube, mas agora eu quero deixar muito aqui até em ata os
1333 parabéns à Cristiane Battiston, que coordenou, e todos os demais envolvidos no GT. Ou
1334 seja, gostaria de deixar em pauta isso, sabe, essa consideração ao trabalho que estava
1335 pendente desde 2012. E ressaltar que evidente... Já convido todas as organizações técnicas a
1336 se reunirem para que discutam no âmbito das organizações técnicas avaliações para que o
1337 trâmite da participação formal, normal da criação de uma lei venha a se manifestar no
1338 âmbito do Congresso Nacional, que eu creio que agora já foi encaminhada ao Congresso
1339 Nacional, Wilson.

1340 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Só
1341 complementando, Synara. O projeto ele está em vias de ser encaminhado para o Congresso
1342 ainda esta semana. Já foram concluídas as tratativas no âmbito do Governo Federal, com os
1343 vários órgãos envolvidos no debate, e agora é questão mesmo de finalizar esse processo e
1344 enviar para o Congresso. Eu até queria fazer um comentário, ontem eu tomei conhecimento
1345 de uma versão que começou a circular...

1346 **SRª. SYNARA BROCH (Conselheira Suplente – ABRHidro)** – Que não é oficial. Várias
1347 versões, várias manifestações ocorreram de forma justa porque afinal de contas manter a
1348 9.433 agora fazendo realmente os seus 25 anos, que é uma lei que avançou muito...
1349 Possibilitou o avanço da gestão de recursos hídricos no País, mas a gente já está no
1350 momento de possibilidades de fazer uma análise no que é ainda possível do tanto já que se

1351 avançou e do tanto que a gente ainda precisa avançar. E eu acredito que tomadas de
1352 decisões do Poder Executivo na implementação de políticas públicas que possam agregar,
1353 contextualizar um avanço nesse processo são bem-vindas. Eu mesmo identifiquei várias
1354 possibilidades de avanços de vários instrumentos e institucionalidades. No entanto, é óbvio
1355 que (...) está apresentando a versão oficial. Eu não tinha conhecimento antes de estar
1356 realmente apresentando porque se viu tantas PL fake, que eu creio que é salutar agora as
1357 organizações técnicas terem o seu posicionamento, se reunirem, conversarem e
1358 encaminharem no processo da criação da lei, porque é esse o processo da criação de uma lei
1359 no País. Então, desde já eu agradeço por ter trazido ao Conselho Nacional de Recursos
1360 Hídricos para que a gente possa se articular, se organizar para promover cada vez mais esse
1361 avanço na gestão de águas do País. Era isso, Wilson. Muito obrigada.

1362 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu que agradeço,
1363 Synara. E até ressaltar a importância da ABR Hidro, inclusive no processo de construção da
1364 9.433. E eu acho que nesse processo agora não pode ser diferente a participação da ABR
1365 Hidro sobre essas questões. E reforçar mais uma vez, é um projeto que a gente entende que
1366 ele ainda não está perfeito. Eu acho que quem realmente vai... A Casa responsável para
1367 fazer os ajustes é a Casa Legislativa. E as oportunidades de aperfeiçoamento, elas vão ser
1368 concretas no âmbito da tramitação do próprio Congresso. E eu diria que nós somos tímidos
1369 com relação às mudanças da 9.433. Eu acho que eventualmente poderíamos avançar mais.

1370 **SR^a. SYNARA BROCH (Conselheira Suplente – ABRHidro)** – Mas, Wilson, como a
1371 gente recém saiu do ABRH, do Simpósio brasileiro de Recursos Hídricos... Para quem não
1372 sabe, a Associação Brasileira de Recursos Hídricos se manifesta e age conforme as suas
1373 cartas e seus consensos na assembleia geral que é, foi realizada agora no dia 27. Portanto,
1374 agora a gente tem uma condução de possibilidades de realmente participar de forma ativa
1375 na construção de uma melhoria do que foi identificado, porque tivemos várias discussões de
1376 altíssimo nível, com várias intervenções de todos os segmentos da sociedade e enfim. E eu
1377 creio que é um processo que é processo. Então, é claro que nós vamos já paralelamente aqui
1378 a gente estava já se articulando com as organizações técnicas para que a gente possa
1379 discutir e analisar com mais entendimento sempre com vistas ao avanço da 9.433 e a
1380 segurança hídrica do País. Mas desde já eu parablenizo a ação do MDR. Muito obrigada,
1381 Wilson.

1382 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu que agradeço,
1383 Sinara. Avançando aqui então, eu não sei se a minha lista está ficando meio confusa, mas
1384 eu vou chamando aqui conforme aparece para mim. O próximo inscrito é o Helio Castro.

1385 **SR. MANOEL VIANA (Ceará):** Eu estava escrito, amigo, é porque caiu aqui e ela volta
1386 para baixo. Mas como Sinara sinalizou, eu estava inscrito também como ouvinte.

1387 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Para mim está
1388 aparecendo aqui, Manoel. Daqui a pouco eu passo a palavra então. Por favor, Elio.

1389 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO (Conselheiro Titular – CERH/ES)** – Obrigado pela
1390 oportunidade. Eu, rapidamente, vou fazer algumas pequenas observações, mas eu queria
1391 dizer que este debate, ele é oportuno, mas ele veio tarde, Wilson, porque você mesmo disse
1392 que o documento já vai para o Congresso Nacional. E nós já estamos entrando em
1393 dezembro, então, é bem provável que a agenda do Congresso Nacional, ela possa funcionar
1394 como um rolo compressor “democraticamente”, entre aspas, mas eu queria deixar
1395 registrada a importância deste debate. Eu não entendo que seja debate puramente técnico. O
1396 CNRH, os Conselhos, os comitês de bacia hidrográfica, a gestão dos recursos hídricos não
1397 é apenas técnica. Ela tem um grau político muito grande. A essência da legislação
1398 brasileira, ela trata, ela deve tratar e tem que tratar, obviamente, considerando vários vieses,
1399 entendendo que uma bacia hidrográfica, ela tem desdém um grande usuário de recursos
1400 hídricos até um pequeno produtor que tem acesso o recurso hídrico dentro da porta de uso
1401 insignificante. Então, é um debate que ele precisa ser político. Eu vou deixar registrado
1402 aqui a minha inquietação com esse debate. Eu acho que precisávamos discutir isso dentro
1403 do sistema, de uma forma democrática, antes de passar para o Parlamento. Nós temos aqui
1404 dentro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos uma tramitação dentro do sistema. Eu
1405 acho e até sugiro aqui que não seja enviado para o Parlamento Brasileiro antes que a gente
1406 faça essa tramitação aqui dentro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Ou seja, que
1407 nós possamos discutir isso... Há questões fundamentais aqui. A questão da outorga, a
1408 cessão de outorga, de direito de uso outorga. Isso é uma discussão absolutamente polemica
1409 que ela não pode ser tratada assim com uma rapidez. A questão da cobrança da forma como
1410 que está sendo proposta em bacias hidrográficas que não aprovou ou que tenha plano de
1411 bacia hidrográfica. Você apresentou aí a questão chamada cobrança transitória. Nós já
1412 podíamos ter feito isso dentro do sistema. E nós não fizemos isso. E por que não fizemos
1413 isso dentro do sistema? E aí hoje alguém vem aqui e diz que a Política Nacional de
1414 Recursos Hídricos, a 9.433 avançou. Não avançamos muito. Não avançamos porque nós
1415 não tivemos da parte do Governo, principalmente, aí eu incluo aí o poder público estadual,
1416 o poder federal, no sentido de fazer o sistema funcionar. O sistema não funciona porque nós
1417 não instrumentalizamos a política. Essa é a grande verdade, Wilson e demais conselheiros.
1418 Nós não instrumentalizamos a Política Nacional de Recursos Hídricos criada pela 9.433.
1419 Então, aí é que está o grande problema. Mas assim, eu concluo aqui sugerindo que essa
1420 discussão ela se amplie aqui dentro do CNRH. Eu acho que é fundamental a gente discutir
1421 isso. O sistema é democrático. Não posso imaginar a gestão de recursos hídricos brasileira
1422 sem esse viés da participação, da democracia participativa. Então, dentro dessa avaliação,
1423 Wilson e demais conselheiros, eu sugiro que não seja encaminhada para o Congresso
1424 Nacional antes que a gente faça uma discussão aqui interna dentro o Conselho Nacional.
1425 Agradeço aí a oportunidade de falar e peço desculpas se alonguei.

1426 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Foi ótimo, Elio. Eu
1427 acho assim, essa constatação de que a política não avançou na implementação dos
1428 instrumentos e de que eventualmente faltou energia dos agentes públicos para fomentar
1429 isso, eu concordo que tenha realmente pertinência sobre alguns pontos. Agora tem uma
1430 outra questão que meio que o ciclo o ovo e a galinha. O que acontece? Depende de recursos
1431 para fortalecer o comitê, por exemplo, para fortalecer as instâncias participativas. Depende
1432 de ter o plano de recursos hídricos para estabelecer a cobrança. Então, o próprio debate do
1433 plano, com um comitê fraco, a gente percebe que tem dificuldade de avançar, acaba sendo
1434 morosa. Uma vez aplicado o plano, aprovados o plano e instituída a cobrança e não tendo
1435 uma agência de bacia eficiente, isso desestimula os próprios usuários a pagarem pelo uso
1436 do recurso hídrico, porque eles não vêem o retorno para a bacia que estava ali prevista no
1437 plano. Então, vira um ciclo vicioso que em algum momento a gente realmente precisa falar:
1438 agora eu vou atacar esse problema, e a partir daqui agora a gente vai garantir a
1439 instrumentação para implementar os instrumentos. E aí o que se discutiu foi isso. A
1440 cobrança transitória, ela é uma forma de garantir esse fôlego, de garantir no âmbito de
1441 algumas bacias essa garantia, essa garantia para que a política seja implementada naquela
1442 bacia, e transitória, de forma que uma vez fortalecido o sistema, o Comitê de Bacias tendo
1443 feito o debate, feito o plano, ela cesse e passe a valer a dos comitês. Então, assim, a gente
1444 buscou ter um impacto mínimo possível, inclusive na própria estrutura participativa, que é
1445 tão prezada pela 9.433. Então, a gente não alterou nada disso. De forma que a própria
1446 cobrança transitória, ela vai ser instituída pelo Conselho. Poderia vir a ser instituída pelo
1447 Governo, a exemplo de alguns Estados que avançaram dessa forma, mas avaliamos ser
1448 melhor por meio de um instituto participativo, no caso o Conselho. Eu não fazer o seguinte,
1449 eu vou passar para a palavra para os Conselheiros prioritariamente e ao final, eu vou abro a
1450 palavra para as pessoas que não são conselheiras. Se eventualmente algum Conselheiro
1451 quiser conceder a palavra para algum participante que não seja titular ou suplente, eu
1452 pediria então atenção para conceder a palavra. Ok? Então, eu vou a princípio abrir a palavra
1453 para outros Conselheiros, seja titular ou substituto, conforme prevê o nosso regimento, e
1454 caso não haja a passagem de palavra para algum Conselheiro, eu retorno no final a palavra.
1455 Está certo? Então, Ramon, por favor. Ramon, da Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará.
1456 Eu não sei se o Ramon está nos ouvindo ou se está com o microfone desligado, Ramon. Eu
1457 vou passar para o Anivaldo.

1458 **SR. RAMON RODRIGUES (Conselheiro Suplente – CERH/CE)** – Não. Desculpe aí.
1459 Boa tarde a todos. Eu concordo plenamente com o Elio aí, quando ele diz que é interessante
1460 se trazer esse projeto de lei ao debate. Mas que realmente veio muito tarde para a gente. Por
1461 quê? Até me estranha que dos documentos encaminhados junto com a convocação desta
1462 reunião mantivesse pelo menos uma cópia da proposição que será encaminhada, porque a
1463 gente teria condições até de já vir com uma visão melhor, com uma visão mais crítica em
1464 cima desse documento. A sua explanação, por sinal, muito bem feita, muito completa, a

1465 gente aprende uma série de coisas tipo, faltou muito uma visão da ponta. Nós sabemos que
1466 o Brasil é um País muito diferente em suas regiões, e nós vimos que faltou nessa lei muita
1467 experiência de quem está operacionalizando lá na ponta, porque do jeito que ela está sendo
1468 proposta aí, ela vai criar problemas, ela não vai funcionar. A nossa outorga, por exemplo, é
1469 precária. Então, como é que você vai fazer uma concessão onerosa de uma coisa que é
1470 precária? Só um exemplo. Exemplificando. Tem-se a ideia de que com essa lei, o privado
1471 vai investir na construção de uma barragem para conseguir o seu retorno vendendo água?
1472 Eu aposto que nem um vai fazer isso, até porque grandes empresários de irrigação não vão
1473 fazer isso porque eles pagam água muito baratas. E na hora que ele vê que a água que ele
1474 tem numa barragem dessa, ela pode ser vendida muito mais cara a uma cidade, a uma
1475 fábrica, a uma indústria, não vai ter irrigação. Então, tem uma série de coisinhas que
1476 precisavam ser amarradas as pontas. Então, eu acho que a gente deveria discutir melhor
1477 essa lei dentro do nosso grupo de recursos hídricos. Vocês colocaram aí que ouviram 50 e
1478 tantas entidades, 50 e tantas pessoas, mas no universo que se trabalha com recursos
1479 hídricos, isso é praticamente insignificante, é muito pouco. Então, eu queria que vocês
1480 olhassem isso também. Tem as questões, por exemplo, do semiárido. O semiárido é muito
1481 diferente. O semiárido tem as suas particularidades, e muito dessa coisa aí não se aplica à
1482 gente. Muito dessa coisa aí vai entrar em conflito. Então, a gente precisava discutir esses
1483 pontos. Então, eu não vou puxar muito a discussão, e se você me permite, eu queria
1484 convidar o Viana para dizer uma palavra sobre essa questão, que está nos acompanhando
1485 aqui como assessor.

1486 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Obrigado, Ramon.
1487 Eu acho que realmente no universo aí do setor de recursos hídricos, a amostragem foi
1488 pequena. Segundo a ENAP foi a maior quantidade de pessoas entrevistadas na instituição
1489 de uma política pública. A ENAP tem experiência na instituição de políticas públicas. Mas
1490 o fato é que realmente o universo é muito grande. Mas, Ramon, de forma nenhuma a gente
1491 quer fechar as portas para o debate a partir do momento que o projeto foi encaminhado para
1492 o Congresso. Então, eu queria reforçar isso. Eu acho que a própria reunião de CNRH...
1493 Olha, o Secretário vem falando desse marco desde janeiro, desde a primeira reunião do
1494 CNRH, quando foi publicada aquela portaria que eu mencionei, no dia 7 de janeiro. Então,
1495 a gente tenta avançar com esse debate aqui. A gente tenta conversar com pessoas. Tiveram
1496 uma série de conversas paralelas com algumas pessoas de vários setores, mas a gente não
1497 quer, a gente não vai fechar o debate a partir do momento que esse projeto for enviado para
1498 o Congresso. O nosso próprio Ministro colocou que isso é uma matéria que não vai ser
1499 aprovada por meio de medida provisória. É uma matéria que merece um maior debate
1500 possível para realmente se ter ao final um projeto que o País merece. Reconhecemos que
1501 ainda não é o ideal. A história do ótimo ser inimigo do bom, mas o fato é que nós não
1502 vamos encerrar o debate por aqui, mesmo a partir do momento que enviar para o
1503 Congresso. O próprio CNRH tem as suas responsabilidades para debater assuntos que

1504 alteram a 9.433. Então, a partir do momento que esse processo tiver formalizado, o próprio
1505 CNRH, ao longo do exercício do ano que vem, tem que realmente avançar com esses
1506 debates. E claro, passando a palavra aqui para o Viana, conforme o Ramon solicitou. Por
1507 favor, Viana.

1508 **SR. MANOEL VIANA:** Eu agradeço aí, Wilson. Mas, Wilson, eu agradeço então a cessão
1509 da palavra solicitada pelo Ramon, para registrar um ponto. Não tendo tido a oportunidades
1510 de, apesar de ter contribuído nas discussões lá pela ENAP, pelo menos duas horas e meia de
1511 discussão sobre o assunto geral da política de águas, eu estou um pouco assim muito
1512 carente de informações para ver como é que se consolidou esse documento, Wilson. A
1513 primeira coisa que eu pude, na sua leitura, que foi muito competente assim chamando para
1514 os pontos centrais, é a necessidade de a gente nacionalizar essa discussão, ou seja, além do
1515 Conselho, envolver... Uma das coisas fundamentais... Eu vou agora... Aqueles que não me
1516 conhecem, eu comecei essa coisa aqui no Ceará, através da FUNCEME e depois com a
1517 implantação da COGER, começamos a cobrança de serviços, inclusive que essa cessão
1518 onerosa está baseada na prestação de serviços de um ente público ou privado. Então, a
1519 gente começou isso aqui com uma ação de um ente público/privado, ou seja, uma empresa
1520 criada no Ceará para administrar e gerenciar os recursos hídricos e implementando uma
1521 cobrança não só do direito de acesso a água, que nós temos na Lei 9.433, como a cobrança
1522 de serviço. E pelo que eu estou entendendo, está sendo proposta agora, o que em princípio é
1523 importante essa importante discussão, é importante esse avanço, mas nós precisamos pelo
1524 menos conhecer isso. Outras coisas na sua palavra, que eu precisava e que fiquei inquieto é
1525 não ver o sistema nacional por trás disso, ou seja, o sistema ele é composto e aí eu falo
1526 agora como 11 anos como superintendente da Agência Nacional de Águas, na qual a gente
1527 teve a responsabilidade, e não conseguimos apoio institucional, nem no Conselho e nem no
1528 Ministério, na época, o Ministério do Meio Ambiente, de avançarmos porque o Ministério
1529 estava separado. Eu acho que essa história de estar todo mundo no mesmo local ministerial
1530 é importantíssimo. Essa oportunidade de a gente fazer essa discussão ela muito boa, que aí
1531 nós temos o poder econômico, o Ministério da Integração, que financia as infraestruturas,
1532 as propostas de integração, os entes de integração e sim todas as ações ligadas com os
1533 órgãos de gerenciamento. A ANA está ligada também ao mesmo Ministério, os Estados
1534 têm que avançar. Nós não tivemos na ANA. Eu culpo, como ex participante da ANA,
1535 vamos fazer 21 anos agora no dia 20 de dezembro da implantação da ANA, e a gente não
1536 conseguiu implementar esses sistemas estaduais. (...). Então, eu acho que essa lei tem que
1537 abrir espaço para o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, Wilson, para que esses entes...
1538 E o Ramon falou uma palavra, e eu vou dar ênfase, é inviável você pensar um ente público
1539 federal, em Brasília ou o Rio de Janeiro ou em qualquer unidade, gerenciar essa
1540 infraestrutura, porque essa infraestrutura ela tem, na mesma bacia, águas estaduais, águas
1541 da União, e só viabiliza essa venda desse serviço se nós juntarmos essas águas. Então, o
1542 que eu sinto é a necessidade de a gente, nessa oportunidades dessa lei, criar esses espaços

1543 para que a unidades estaduais, se não quiserem criar suas empresas públicas/privadas, de
1544 economia mista, como nós criamos no Ceará, e está funcionando muito bem, que crie
1545 direto, crie uma agência de águas preconizada à lei, que nunca foi implantada em nível
1546 federal, e nos Estados foi implantada aqui antes da Lei 9.433, que é a COGER, no sentido
1547 de que a gente possa, Wilson, ter uma efetividade dessa ação, porque se essa lei passar nas
1548 madrugadas aí ou mesmo com alguma discussão como a comunidade no Congresso
1549 Nacional, ela não vai se viabilizar na prática. Aí está falando gente que trabalhou na
1550 implantação da cobrança em nível federal, brigamos muito por isso para abrir além do
1551 direito de acesso à água os serviços associados para dar uma legitimidade, para dar uma
1552 ação mais concreta em cima disso para viabilizar economicamente essa gestão e
1553 efetivamente. E confesso que depois de 11 anos aí como superintendente de outorga e junto
1554 com cobrança, era outorga cobrança e fiscalização. Toda regulação eu tive esse privilégio
1555 de durante 11 anos lutar por isso e não conseguimos. É uma decepção eu dizer isso agora,
1556 mas eu estou chamando atenção para que a gente não continue relaxado nesse sentido. Se
1557 essa lei passasse, eu não acredito de jeito nenhum, apressadamente no Congresso, ela não
1558 seria viabilizada. Ela seria uma daquelas leis que não vai pegar, porque não tem
1559 viabilidade, Wilson. Entende? Então, é fundamental que a gente chame os Estados, além
1560 dos comitês, além do Conselho que tem representação dos Estados, de maneira minoritária,
1561 que são poucos os acessos, mas eu diria que a BRH... Foi importante essa fala da Sinara,
1562 que a BRH tanto na Lei 9.433 como na própria criação da ANA, teve um papel muito
1563 importante. Eu participei das duas leis, discutindo isso. Por isso que eu pedi a palavra do
1564 velhinho para falar sobre isso. Então, Wilson, eu acho que a oportunidade que está se
1565 discutindo isso, eu não diria nem que atrasada, ela é agora mesmo, só não pode ser açodada.
1566 O Congresso é um local para fazer o aperfeiçoamento de um projeto da comunidade
1567 encaminhado para o Congresso. É nesse sentido que eu solicitaria, até porque nós vamos ter
1568 agora o recesso, era aproveitar esse recesso ou aproveitar esse tempo que ainda temos e
1569 fazer essa discussão com os Estados, com a comunidade, com a sociedade de maneira mais
1570 íntegra. Eu, por exemplo, que participei dessa discussão da ENAP, não tive nenhum
1571 feedback das ações como um todo. E eu estou achando que é pertinente. Eu acho que está
1572 tarde, que já tem 21 anos da criação da ANA para implementar esse sistema, que não está
1573 implementando, não tem sustentabilidade. O Ceará é a única ainda unidade da federação
1574 que tem uma agência de água, que é uma empresa de economia mista que funciona e tem
1575 implementado as ações da política de águas, evidentemente junto com a Secretaria, com os
1576 órgãos tecnológicos que nós temos dentro do sistema e que a agora está funcionando, mas é
1577 triste dizer que mesmo São Paulo, que já tinha um sistema... Então, seria importante que a
1578 gente tivesse tempo, Wilson, nesse encaminhamento dessa proposta, ouvir os Estados e
1579 também particularidades que temos, como o Ramon colocou, do semiárido. Nós temos hoje
1580 uma necessidade de otimizar essas ações com os entes estaduais já que operam, que cobram
1581 para não criar redundância no processo. Esse é o ponto eu acho que é fundamental, e a
1582 gente pode gastar mais um pouco de tempo na discussão dessa proposta antes mesmo de

1583 enviar para o Congresso, embora eu ache pertinente que a gente faça essa discussão aqui.
1584 Obrigado.

1585 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu que agradeço,
1586 Viana. O Viana foi a primeira pessoa que eu participei conversou sobre esse tema lá no
1587 final de 2019. Eu nem sei se o Viana vai se lembrar. Foi uma conversa lá... Nem tinha
1588 pandemia ainda, e a gente fez online até antes da pandemia. Mas o que acontece? O Viana
1589 tocou em um ponto importante: oportunidade. E a Sinara lembrou, desde 2012 que está nas
1590 metas do Ministério de Infraestrutura Hídrica encaminhar o projeto do plano de
1591 infraestrutura hídrica. Desde 2012. E a oportunidade só sugeriu agora porque a gente tem
1592 um Ministro sensível ao tema água. A gente tem um Ministro sensível à necessidade de
1593 mudança dessa política pública, que precisa avançar, que precisa garantir segurança hídrica
1594 operacional, na manutenção, que tenha um investimento sustentável. Concordo com o que o
1595 Ramon colocou de eventualmente uma série de infraestruturas não se viabilizarem por meio
1596 da cobrança da tarifa. O projeto de integração do Rio São Francisco é um caso que só se
1597 viabilizaria realmente com investimento público, ou seja, com investimento de impostos.
1598 Todo o Brasil pagou pela obra do projeto de integração do Rio São Francisco e
1599 eventualmente ele não se viabilizaria tendo como rateio o custo de implantação só entre os
1600 doze milhões de usuários da bacia. É o tipo de infraestrutura que precisa realmente ter esse
1601 subsídio de toda a Nação. E uma série de outras barragens e infraestruturas vão continuar
1602 sendo assim em função do seu custo e em função de outro aspecto, como o Ramon colocou,
1603 de que eventualmente a própria irrigação é o principal usuário, e nem sempre é o que tem o
1604 maior potencial pagador. Então, assim, agora a questão é que a oportunidade só surgiu
1605 agora. O Viana comentou, 11 anos na ANA, e eu estou aqui no Ministério da Integração
1606 Nacional há 10 anos, sempre colocando isso na pauta e somente agora nós tivemos um
1607 secretário sensível ao tema e também um Ministro que realmente colocou energia para que
1608 esse projeto de lei ocorresse. E da nossa parte, nós não temos a vaidade de considerar que é
1609 um projeto perfeito. A gente espera poder fazer os melhoramentos dele ainda com esse
1610 debate, Viana, hoje aqui no CNRH, iniciando aqui no CNRH. E dia 2 com os Secretários de
1611 Estados, lá em Fortaleza, que nós vamos nos reunir com os Secretários de Estados, em
1612 Fortaleza. Semana que vem, eu espero poder marcar com os comitês de bacias
1613 hidrográficas. E ao longo dessas próximas semanas com os usuários também de água. Eu
1614 espero poder fazer uma conversa mais próxima e ouvir os setores de forma mais atenciosa.
1615 Avançando aqui então, Nivaldo, por favor.

1616 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Conselheiro Titular - CBHSF)** – Mais uma
1617 vez, boa tarde a todos e a todas. Eu vou me referir pontualmente a essa questão, levando em
1618 conta que são muitas, mas apenas para registrar porque não haveria tempo de detalhar. Em
1619 primeiro lugar, sobre algumas questões mais metodológicas. Eu quero compartilhar com o
1620 Elio de Castro de que esse de fato é um debate tardio, quer dizer, a atual administração
1621 federal teve três anos e na véspera do quarto ano, que é um ano eleitoral, resolve enviar um

1622 pacotação de medidas que de fato alteram sensivelmente 20 anos de construção da política
1623 de gestão de recursos hídricos no Brasil. Não leva em conta todos os aportes todos e todos
1624 os caminhos que levaram à construção dessa política, e agora traz já como um fato
1625 consumado visto que esta semana já vai enviar para o Congresso. A dinâmica do
1626 Congresso, a gente conhece, sabe como é o ano eleitoral. Não por acaso todo esse debate
1627 sobre emendas parlamentares, a gente sabe como tudo isso funciona, e todos estão
1628 experientes no Brasil em vivenciar que determinada proposta entra no Congresso Nacional
1629 de uma maneira, mas ninguém sabe como que vai sair dali. Evidentemente, você pode ter
1630 entrado com alguma coisa razoável, e no final sai dali em Frankenstein se não tiver havido
1631 a discussão mais amadurecida que não vai haver. E, portanto, eu estou de acordo com isso.
1632 E em segundo lugar, eu acho que toda proposta traz a lógica da centralização mais uma vez,
1633 centralização das decisões, numa época em que cada vez mais fica claro que o poder
1634 público isolado não resolve, nem no Brasil e nem em lugar nenhum do mundo, nenhum dos
1635 grandes desafios hoje da crise de centralização. E nós estamos aqui remando contra a maré,
1636 com mais um processo baseado nessa lógica da centralização, que é característica do Estado
1637 Brasileiro. Em terceiro lugar, faz-se (...) as palavras do Ministro deixaram bastante clara a
1638 pretensão de que nós vamos desburocratizar, tornar mais ágil... Aliás, esse é o discurso de
1639 todos os Governo: “Nós precisamos desburocratizar.” Essa é uma bela palavra, mas o que
1640 de fato encobre, na realidade, é isso que nós vamos descobrir discutindo em detalhes nas
1641 próximas semanas essa proposta que já vai para o Congresso. E pontualmente sobre as
1642 questões que foram colocadas, eu chamo atenção de todos para uma questão conceitual
1643 fundamental, que é essa questão da cessão onerosa. Você vai, evidentemente, até onde
1644 chega o meu entendimento, você vai negociar uma coisa que não é sua. Água é um bem
1645 comum de todos os brasileiros. Está escrito nos princípios de Lei 9.433. A outorga, o nome
1646 já diz, é uma outorga de direito de uso. Então, você vai dar outorga e em grande parte se
1647 obter, de uma maneira indevida, no dia País inteiro porque a própria política de outorga no
1648 País inteiro, ela é absolutamente insatisfatória, e você ainda vai ganhar a possibilidade de
1649 comercializar as suas outorgas. De fato, é uma coisa que nós vamos precisar nos debruçar,
1650 mas ao que me parece é que você está aqui assistindo um princípios fundamental da Lei
1651 9.433, que é a água com bem comum de todos os brasileiros. E em seguinte lugar, se
1652 propõe aí que os planos agora sejam aprovados pelo Conselho Nacional, mas o que chama
1653 mais atenção é o argumento de que precisamos integrar os planos de bacia com os planos
1654 setoriais. Ora, isso não convence ninguém. Se você tem um plano de bacias, e quer
1655 eventualmente integrar ou harmonizar com outros tipos de planos setoriais, isso não se pode
1656 fazer sem nenhum recurso a qualquer processo como uma, digamos assim, aprovação acima
1657 daquilo que é o Comitê como ente autônomo. Ainda não se entendeu que os comitês são
1658 entes criados por decretos, mas são entes que têm a sua própria autonomia. E só ele que fala
1659 pela bacia. Não há nenhum óbice que ao ser examinado no Conselho Nacional você não
1660 possa estabelecer eventualmente linhas e colaboração nessa questão. Portanto, isso apenas
1661 contradiz aqui aquilo que há poucas semanas vazou num blog chamado Metrôpole, de

1662 declarações que foram feitas em Aracaju pelos representantes do MDR, que de fato iam
1663 mexer na competência dos comitês, e não se trata, como foi dito aqui, de feitos... Isso, de
1664 fato, vazou e agora está se confirmando apesar dos desmentidos. Então, toda aquela
1665 apreensão de causou isso aí, de fato tinha fundamento e aqui eu estou demonstrando um
1666 deles. E, portanto, essa justificativa de que é para integrar planos setoriais, de fato não
1667 esconde o que mais uma vez se faz aqui no âmbito do CNRH, que é tentar restringir a
1668 autonomia dos comitês. Inclusive, eu lembro o ano passado, em 2020, por duas vezes, a
1669 assessoria jurídica do Ministério de Desenvolvimento Regional recomendou discutir
1670 algumas questões dos impasses de 2020 exatamente para respeitar a autonomia dos
1671 comitês. E no caso da prorrogação de mandatos foi bastante claro, e eu acho que a
1672 assessoria do Ministério tem razão nisso. Em segundo lugar, estão se propondo agora um
1673 terceiro caminho para resolver a questão das agências com essa concessão administrativa.
1674 Não sei o que é isso. Eu acho que as entidades delegatárias responderam muito bem à tarefa
1675 de representar o papel das agências de bacias. E se as agências de bacias não foram criadas
1676 é porque faltou vontade política, é porque houve pressão nesse sentido para que de fato os
1677 instrumentos da Lei 9.433 não fossem aplicados. Portanto, não cumprem a lei por pecados
1678 que ela não tem. Eu volto a repetir, como muitas vezes repeti aqui, a Lei 9.433 é talvez uma
1679 das melhores leis já aprovadas no Brasil. Essa que é a verdade. Se ela não foi aplicada e só
1680 seis Estados que têm instrumentos de cobrança é porque no contexto da legislação não
1681 houve nenhuma obrigatoriedade para que os Estados e a União de fato cumprissem com o
1682 seu papel. Nesses 20 anos tiveram todas as oportunidades para fazer todos os planos de
1683 bacias, de implementar a cobrança no País inteiro, e de fato regulamentar...

1684 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok, Anivaldo.

1685 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (CBHSF)** – Estou terminando aqui. Eu vou
1686 terminar.

1687 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Você já está com 6
1688 minutos, Anivaldo. Seis minutos e meio.

1689 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (CBHSF)** – Enfim é uma questão... Eu vou ler
1690 os três pontos aqui. A outra coisa: altera as competências da ANA. A ANA já vem há
1691 algum tempo sofrendo ataques diretos nas suas competências. Por último, agora cria essa
1692 decisão desse normativo que passou para o setor elétrico, que é um ente regulado e que
1693 passou a ser regulador porque a ANA perdeu essa condição no contexto dessa crise hídrica
1694 que caracterizou a crise ali da Bacia do Paraná. Não vou entrar em detalhes. E agora
1695 novamente competências da ANA voltam a ser evidentemente colocadas em questão. Eu
1696 chamo atenção para isso, que isso é fundamental. E finalmente, com essa trajetória, eu acho
1697 que é o único ponto que merece algum tipo, é claro, de, digamos assim, pelo menos da
1698 minha parte, de maior atenção no sentido positivo, porque ali onde se recusa a implantar

1699 cobrança evidentemente essa cobrança transitória (...). (...) Se momento finalmente nova
1700 cultura hídrica (...) muita atenção porque aqui nós vamos repetir a maneira centralizada, a
1701 maneira impositiva com que todas essas administrações do Governo Federal construiu o
1702 plano da transposição, que o nosso Comitê do São Francisco já questionava antes de iniciar
1703 aquelas obras, e que hoje é o maior abacaxi administrativo do Brasil. Se é para repetir
1704 aquela cultura, eu acho que esse novo marco de infraestrutura hídrica foca ali onde não
1705 deveria focar, que é reforçar mais ainda a filosofia da demanda de água quando nós neste
1706 País precisamos imediatamente focar (...), mas é de fato a única oportunidade que nós
1707 vamos ter para falar sobre isso aqui. Muito obrigado a todos. Desculpe pelo...

1708 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - - Tudo bem,
1709 Anivaldo. Quando a gente oportunidade, é assim mesmo. Clímaco, por favor. Desculpa. É
1710 Davi Bomtempo é o próximo inscrito. Clímaco, você é o seguinte, ok?

1711 **SR. DAVI BOMTEMPO (Conselheiro Titular - CNI)** – Ok, Wilson. Obrigado pela
1712 oportunidade. Está me ouvindo? Primeiramente aí parabéns pelo trabalho. Eu acho que não
1713 é fácil a gente gerar qualquer tipo de proposta de assuntos tão complexos e tão interativos.
1714 Então, daí o meu elogio de forma a gente ter uma proposta a se trabalhar inicialmente. Mas
1715 eu vou corroborar com o que vem sendo falado aqui pelas pessoas anteriores a mim, e
1716 corroborar com o entendimento também de que seria necessário um pouco mais de tempo
1717 para que a gente pudesse aproveitar, no instituto de melhorar, de ajustar vários dos pontos
1718 que foram apresentados. Eu particularmente só tive acesso a esse texto hoje a partir da sua
1719 apresentação. Então, seria aí de bastante relevância que a gente tivesse uma oportunidade
1720 também de contribuir, até porque eu acho que saindo um texto mais redondo, uma proposta
1721 mais redonda, mais ajustada do CNRH a gente teria aí uma maior representatividade, uma
1722 maior legitimidade e poderia trabalhar de uma forma muito mais positiva dentro do
1723 Congresso Nacional. Então, eu acho que seria um ganho bastante relevante, não
1724 descartando também o que está definido dentro do Decreto 10.000, de 2019, do próprio
1725 CNRH, onde uma das competências é exatamente analisar propostas de alteração de
1726 legislação pertinente a recursos hídricos e a política nacional de recurso hídricos. Então,
1727 seria muito importante a gente conseguir contribuir, até porque imagino que todos aqui
1728 tenham o objetivo comum que é estabelecer aí da melhor forma possível esse
1729 direcionamento em relação a essa política pública. Então, fica aí o meu registro e gostaria,
1730 com certeza, que você levasse aí em consideração. Muito obrigado.

1731 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Você trouxe um
1732 ponto importante, Davi, é competência do CNRH se manifestar sobre matérias que alteram
1733 a 9.433. Isso aqui ainda é um papel. Ela vai se configurar como matéria quando ela entrar
1734 no Congresso. Então, como eu comentei, isso aqui é um primeiro debate, não se encerra
1735 aqui. Todos fiquem vigilantes e se tiver que fazer alguma proposta já comecem a pensar
1736 agora porque o CNRH tem a competência de analisar matérias que alteram a 9.433. E essa

1737 será uma matéria a partir do momento em que ela for para o Congresso. A gente não pode
1738 aqui em momento algum confundir as atribuições do CNRH e do Ministério. Eu tenho duas
1739 camisas diferentes. Hora eu exerço as competências do Decreto 10.000, hora eu exerço as
1740 competências do Decreto 10.800 e pouco, que é o decreto que constitui as competências do
1741 MDR, mas o que a gente está fazendo aqui hoje? A gente está promovendo o debate antes
1742 até de encaminhar o projeto, considerando a importância do CNRH, inclusive, mas de
1743 forma nenhuma essa questão do debate no CNRH vai ser suprimida. É uma competência do
1744 Conselho, inclusive. Então, isso é um ponto importante e esse debate inicia hoje. E não
1745 tenho, eu acho que ninguém de nós aqui temos, a pretensão ou o otimismo suficiente de
1746 avaliar que esse vai ser um projeto aprovado a toque de caixa. Esse é um projeto que
1747 realmente demanda um debate grande entre as bancadas, entre os usuários, entre Governo.
1748 E esse debate certamente ele vai garantido no âmbito do Congresso Nacional. Clímaco, por
1749 favor. João Clímaco, o seu microfone está fechado.

1750 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Conselheiro Suplente - Organizações**
1751 **Não Governamentais)** – Oi? Está me ouvindo? Sim. Eu não vou ser redundante, porque já
1752 teve muito colocações que refletem a maioria, uma preocupação geral, que é a questão da
1753 forma como foi feito o processo, e o espírito do próprio marco hídrico que está colocando
1754 aí. Eu acho mais eu estou mais agora preocupado com o encaminhamento porque eu vejo,
1755 sob o ponto de vista das organizações não governamentais, é um mundo muito eclético e ao
1756 mesmo tempo fragmentado, que essa proposta vai gerar uma discussão muito grande no
1757 meio de vários tipos de organizações civis de recursos hídricos. Eu queria colocar à
1758 disposição o Fonasc como representante desse segmento no Conselho Nacional para ajudar
1759 a fazer esse debate. Como você falou aí, não se referiu ao nosso segmento que ia fazer os
1760 procedimentos de articulação com os comitês de bacias e com os setores usuários, dizer que
1761 no meio disso tudo as organizações de recursos hídricos estão presentes como antes do
1762 Conselho e da política. Então, é uma questão de encaminhamento. Não adianta eu ficar
1763 falando aqui das coisas que eu observei que vão ao encontro de tudo que a gente ajudou
1764 a construir, como já foi falado e princípios fundamentais que era de se esperar. Neste
1765 Governo vê que o mercado de água parece que é a solução para os problemas de gestão de
1766 recursos hídricos. E para nós não é. A água é um bem social antes de ser um bem
1767 econômico. É um direito humano antes de ser um direito de outorga para ser vendido aqui e
1768 ali. Então, eu queria convocar as organizações não governamentais que estão muito aqui
1769 presentes, que eu já vi algumas até, eu estou liberando aqui para entrar, eu estou achando
1770 muito interessante, mas não vai ter solução. Eu só estou sugerindo que essa agenda que é o
1771 Conselho, através da secretária, e através de você, Wilson, que falou no Comitê de Bacia
1772 são entes públicos a nosso ver, são entes de Estado. Agora, as organizações de recursos
1773 hídricos merecem ter uma estratégia, que eu queria que a Secretaria olhasse com carinho
1774 para a gente ver como a gente vai sintetizar e sistematizar as várias ideias que pululam
1775 nesse ambiente. E uma delas, algumas delas já constroem o entendimento de que o que

1776 vocês estão propondo nesse marco eles contrariam firmemente os fundamentos da Lei
1777 9.433. É centralizador de um lado, ele permite uma centralização, ele submete a água como
1778 bem econômico a um nível muito mais importante como bem econômico do que bem
1779 social. É centralizador, como eu já falei. E outras coisas que precisam ser estudadas e ser
1780 melhoradas. Por outro lado, eu não sou radical a ponto de dizer que não vem resolver ou
1781 não vai colocar o olhar sobre alguns problemas, por exemplo, você analisa o sistema de
1782 gestão de recursos hídricos. Praticamente esse marco hídrico ele detona o sistema de gestão
1783 de recursos hídricos como um ente como é a visão sistemática da política, mas esse sistema
1784 também não está funcionando, ele não está sendo eficaz e eficiente. Então a gente tem um
1785 momento importante para melhorar o sistema porque acabar com o sistema na perspectiva
1786 que está aí do mercado resolver tudo, não resolve. Esse negócio aí o Nivaldo já falou. Nós
1787 já passamos por essa história. Não resolve. Então, eu cumprimento aí pela sua capacidade
1788 de síntese e de poder passar a ideia, mas eu sugiro que o encaminhamento seja, que as
1789 organizações de recursos hídricos contem com o apoio do Conselho para a gente fazer uma
1790 pauta e uma agenda própria. E aí eu convido a Malú, que está aí, o Manoel Ailton, várias
1791 pessoas de bem e bonitas que sempre lutaram junto aí com o Fonasc em vários lugares para
1792 a gente olhar isso com carinho. E aí fazer até gestão lá no Congresso Nacional porque isso
1793 ainda vai dar muita água, vai dar muita coisa. Vocês mexeram numa casa de maribondo
1794 onde tem um bando de gente se dando muito bem e a político não está resolvendo. E a
1795 sociedade civil fazendo o papel de figurante e reclamando e esperneando e nada está sendo
1796 resolvido. Então, a gente por um lado vê que é uma oportunidade de ter algumas melhoras.
1797 Eu saúdo e convido todas as organizações civis que estão aí para a gente, junto com vocês
1798 Wilson, você ajuda aí a gente a montar esse mundo tão fragmentado a encaminhar diretivas
1799 e nosso posicionamento e lutar por eles dentro do Conselho. Obrigado.

1800 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Obrigado, Clímaco.

1801 **NÃO IDENTIFICADO** - Eu gostaria de uma questão de ordem aqui, apesar de não ser
1802 membro do Conselho. Eu queria saber a ordem da fala porque eu participei de várias
1803 reuniões do Conselho e nunca teve esse critério, e agora não sei porque mudou o critério.

1804 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Eu só vou concluir,
1805 mas eu já tinha dito que após a fala dos Conselheiros a gente ia abrir a fala para os demais
1806 inscritos. Ok?

1807 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais)** –
1808 Quantos Conselheiros ainda têm para colocar?

1809 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Isso que eu estou
1810 vendo aqui. A gente encerrou conselheiros inscritos. Eu ai justamente perguntar se tem
1811 mais algum Conselheiro, mas antes eu queria fazer só uma amarra aqui à sua fala antes de
1812 ser interrompido. Você trouxe um ponto importante, Clímaco, que assim, em algumas

1813 vezes, eu olhando aqui de fora, mas ao mesmo tempo de dentro, eu percebo que nas falas
1814 que dos Conselheiros que antecederam, a gente percebe na fala de cada um a necessidade
1815 de avançar na implementação, e a dificuldade eventualmente e as restrições que a gente
1816 vivencia no sistema. O que eu queria só fechar é que de forma nenhuma a proposta que o
1817 MDR está fazendo, que o MDR construiu, ela visa a tentar, por exemplo, com instrumentos
1818 participativos da política de recurso hídrico, com a própria importância dos seus
1819 instrumentos para a própria gestão. Aqui eu estou me restringindo a falar das alterações da
1820 9.433. O que a gente tentou atacar é buscar dispositivos para superar essas dificuldades.
1821 Então, para todos os pontos que a gente está propondo alteração são para realmente buscar
1822 superar uma dificuldade. Vocês não conheceram o texto na íntegra. Tiveram esse primeiro
1823 contato com a apresentação agora, mas eu queria encarecidamente pedir um olhar de cada
1824 um a partir do momento que conhecer o projeto, e o Clímaco fez uma fala muito importante
1825 nesse sentido, de avaliar com esse olhar de: olha, vamos avançar na política. Claro que é
1826 uma situação que eventualmente alguns avaliam de uma forma mais crítica e outros menos,
1827 mas o objetivo principal é avançar com a política. E nós não estamos fazendo mudança
1828 estrutural na 9.433. São dispositivos para viabilizar a implementação dos instrumentos. O
1829 único ponto que é fora da curva do que já estava previsto na 9.433 é a cessão onerosa de
1830 recursos hídricos. Concordo que precisa haver um debate sobre esse instrumento. Ele é
1831 importante em algumas bacias hidrográficas e em outras nem faz sentido. Então, é um
1832 instrumento que vai pegar em algumas bacias, em algumas regiões. Mas claro que a lei ela
1833 está só permitindo a possibilidade do instrumento. Quem vai definir as diretrizes e as regras
1834 para implementação é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Ele não vai ser
1835 implementando enquanto não houver esse debate aqui no CNRH. Então, esse é um ponto
1836 que eu queria que vocês avaliassem, Conselheiros, que mesmo a cessão onerosa de recursos
1837 hídricos, que é o que tem de mais diferente na proposta, ela vai ter o debate para sua
1838 implementação aqui no CNRH. Só vai ser implementado a partir das diretrizes e regras
1839 definidas aqui por nós todos. E também depende da regulamentação, seja da Agência
1840 Nacional de Águas ou dos órgãos estaduais. Então, isso é um ponto importantíssimo de
1841 forma que eu queria ressaltar aqui que não é intenção nenhuma do Governo Federal
1842 provocar alterações significativas na forma como a própria 9.433 está constituída, todos os
1843 instrumentos vão partir de diretrizes do CNRH ou de regulamentação ou permanecem como
1844 estão dependendo de decisões dos comitês de bacias hidrográficas. Ok? Eu vou abrir a
1845 inscrição para os não membros do CNRH, que puderam participar conosco desta audiência
1846 de hoje. E eu queria pedir... Eu vou controlar o tempo, ok? Eu pediria que vocês fossem
1847 breves na falas. O primeiro inscrito é o Ângelo.

1848 **SR. MANOEL AILTON (COMITÊ SALITRE)**- Eu estava inscrito aí desde o início
1849 como primeiro, amigo.

1850 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Verdade, Manoel.
1851 Eu acho que caiu... Eu lembro que estava na frente e depois desceu. Por favor, Manoel,
1852 pode falar.

1853 **SR. MANOEL AILTON (COMITÊ SALITRE)** - Boa tarde a todos e todas. É uma
1854 satisfação estar aqui para estar tentando colaborar com um assunto tão delicado que é, e a
1855 gente tem sentido aí com grande preocupação a questão do desmonte das políticas públicas
1856 de uma forma geral. Eu sou de comunidade tradicional quilombola, presidente da
1857 Associação da Comunidade São Tomé. Também eu sou presidente do Comitê do Salitre,
1858 que é um afluente do São Francisco e participo também aqui do Conselho
1859 Estadual de Recursos Hídricos, e também de meio ambiente e também do Fórum Baiano. E
1860 a gente tem discutido bastante essa questão da lei, da aplicabilidade das leis, da aplicação
1861 da lei. E a gente tem visto muitos pontos aí fragilizados. Porque, por exemplo, um dos
1862 primeiros pontos da 9.433, ela versa sobre a descentralização da gestão de água. E a gente
1863 não se preocupa... Eu estou vendo aí a fala do Ministro em relação à questão hídrica, e a
1864 gente vê que é uma fala realmente que se posta em prática, nós não precisaríamos nem estar
1865 discutindo aqui. Então, assim, a preocupação maior vem justamente por conta do não
1866 cumprimento da lei. E agora a gente já quer implementar uma lei que a gente...
1867 Implementar não... Somar alguns pontos nessa lei que os pontos que nós temos
1868 fundamentais eles não estão sendo cumpridos, isso em nível de federal, em nível estadual e
1869 nível municipal porque os interesses não são realmente interesses coletivos. Então, a nossa
1870 preocupação é esta, porque pela fala aí tudo a gente vê que o econômico ele está sempre
1871 sobressaindo, ele é o ponto crucial. Não se fala aí, vamos dizer assim, com veemência na
1872 questão da sustentabilidade das águas. A gente não vê falar no pacto das águas, por
1873 exemplo, e a fortificação desses pontos e também a fortificação dos instrumentos de gestão
1874 como o Plano de Bacia. Nós aqui no Salitre temos o plano de bacias aprovado há três anos
1875 e a gente sente uma longa distância entre a efetivação desse plano, dessas diretrizes do
1876 plano em relação à prática que os governos veem tomando, e isso não é só federal, é
1877 estadual, nos municípios porque os interesses são outros. Para não me alongar aqui, uma
1878 preocupação maior é isso ir para ser aprovado no Congresso, porque a gente sabe dos
1879 interesses, a gente tem visto aí no dia-a-dia como são feitas essas aprovações, com
1880 interesses econômicos, com interesses de emendas parlamentares. Não é um interesse
1881 realmente da coletividade e sobretudo das comunidades tradicionais, como é o nosso caso
1882 aqui, e em outras áreas aqui da Bahia que estão sendo totalmente detonadas por interesses
1883 econômicos, os nossos biomas sendo dizimados, dando outorga para supressão de
1884 vegetação onde não se deveria como nas áreas de recarga da bacia. Então, são pontos que a
1885 gente deveria estar se aprofundando e não tentando colocar outros pontos com outros
1886 interesses. Então, a minha colaboração é esta. Eu acho que a gente pode se aprofundar
1887 realmente porque quem está na ponta realmente é quem está realmente sentindo o efeito

1888 dessa falta realmente de uma gestão descentralizada e participativa. Obrigado aí, Wilson, e
1889 aos demais companheiros e companheiras.

1890 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu que agradeço,
1891 Manoel. Só uma dúvida, já foi instituída a cobrança no Salitre.

1892 **SR. MANOEL AILTON** - Não. Não foi instituído. Tem vários outros instrumentos que
1893 deveriam estar instituídos como não só a cobrança, mas a outorga, cadastro de usuários,
1894 muitas coisas faltam realmente para a gente ter uma gestão eficiente.

1895 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sinceramente, a
1896 gente tentou avançar em atacar esses problemas. Se eventualmente não abordou todos os
1897 itens ou de uma forma que não atende o sistema, é um assunto que a gente precisa
1898 realmente debater. Mas a exemplo como esse que você trouxe, Manoel, que a gente tenta
1899 avançar. Uma bacia que tem um plano, que tem uma demanda... Eu conheço a bacia do
1900 Salitre porque a gente formalizou um convênio com o Estado da Bahia para o programa
1901 estadual de revitalização Estado da Bahia, e o Salitre é a meta piloto nesse convênio. E é
1902 reconhecida a importância da bacia do Salitre, inclusive um efluente...

1903 **SR. MANOEL AILTON (Comitê Salitre)**- Me permita, já que você colocou aí sobre o
1904 convênio. É importante saber que esse projeto foi iniciativa do próprio Comitê. Mas na hora
1905 da formalização entrou com o Governo do Estado e o Comitê ele nem foi sequer chamado
1906 para a discussão de como a gente implementar esse projeto que foi gerado dentro do
1907 Comitê na época do Ministério Edson Duarte, e aí foram mudados alguns pontos que não
1908 eram aqueles pontos que o Comitê se baseou no seu plano, porque ele não foi...

1909 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – O plano foi até
1910 citado na formalização do convênio, mas, enfim, a gente tenta avançar... Trabalho de forma
1911 realmente de cada ente que participa do sistema para avançar na implementação dos
1912 instrumentos, e enfim, obrigado aí pelas contribuições, Manoel. Eu vou retomar aqui a
1913 ordem como aparece para comigo. O Ângelo é o inscrito seguinte.

1914 **SR. ÂNGELO LIMA (Observatório das Águas)** – Boa tarde a todos e todas. Obrigado
1915 pela oportunidade. Muito embora não membro do Conselho, eu tenho participado de várias
1916 reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em nome do Observatório da
1917 Governança das Águas. E desde o primeiro momento que a gente soube da notícia da
1918 proposta que alguns até disseram que era fake, e alguma forma não sabemos porquê, a
1919 gente pediu ao próprio MDR a proposta para que a gente pudesse dar a visibilidade e
1920 conhecimento sobre a proposta. Essa resposta foi negativa. A gente não obteve a proposta.
1921 E de outro lado, a partir disso, da notícia dada pelo Metrôpole, construímos uma nota com
1922 uma rede atores não só do Observatório, mas de mais de 100 instituições, o link para quem
1923 quiser ver a nota está aí no chat, com mais de 100 instituições, e o Fórum Nacional de

1924 Comitês, o Fórum Mineiro, o Comitê de Bacia do São Francisco, vários comitês de bacias,
1925 o próprio Observatório, a SOS Mata Atlântica, enfim, TNC, uma série de instituições,
1926 universidades, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Mato
1927 Grosso do Sul, do Mato Grosso, pelo departamento de recursos hídricos. E a essência da
1928 nota é exatamente muitas coisas que vocês mesmos, inclusive falaram, e o secretário falou
1929 aí, e alguns colegas. Se a nota, se o intuito não é mudar a estrutura, por que o aqodamento
1930 de apresentar essa proposta o Congresso Nacional antes de debater aqui no Conselho
1931 Nacional de forma efetiva? Quando se falou aí, agora a gente ficou sabendo, que 55 pessoas
1932 foram entrevistadas, nós temos na hora aí diretamente envolvidos na gestão de recursos
1933 hídricos 40 mil atores. 40 mil atores. Com 55 pessoas não dá para dizer que é representativo
1934 o suficiente para dizer que foi um processo que ouviu... Ouviu sim alguns atores, mas não
1935 representativo o suficiente. E mesmo assim, o Francisco, o Francisco Viana, eu tomo a
1936 liberdade de citá-lo, disse que ele não recebeu retorno da pesquisa pela pelo ENAP. Ele não
1937 sabe como foi que ficou o documento final. Portanto, mesmo com esse processo mesmo
1938 dessas pessoas que participaram, me parece insuficiente para que a gente possa dizer e
1939 principalmente mandar ao Congresso uma proposta sem antes aqui ser concessuado dentro
1940 do próprio sistema. E o que a nota pede é exatamente isso. Eu faço uma proposta aqui, para
1941 que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nesta reunião, recomende ao MDR que não
1942 envie essa proposta para o Congresso Nacional e que essa proposta seja debatida antes,
1943 dentro da casa, dentro do sistema nacional de gerenciamento de forma e com o tempo
1944 adequado, suficiente para que a gente possa maturar. Existem muito conceitos apresentados
1945 aí e você mesmo teve ali o cuidado: “Olha, tem que entender aqui o conceito de
1946 infraestrutura hídrica.” Então, tem vários conceitos importantes que a gente precisa... A
1947 questão da concessão onerosa. Enfim tem vários elementos superimportantes que a gente
1948 precisa debater e verificar se esta é a forma melhor e mais adequada de resolver. Eu estou
1949 concluindo. Então, a minha sugestão é que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos
1950 recomende que essa proposta não seja levada ao Congresso.

1951 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Ok. Malu, por
1952 favor, Malu, três minutos no máximo, por favor. Fique atenta ao tempo.

1953 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais)** –
1954 Me permita, Malu, sugerir ao Wilson que tendo em vista que a reunião não terminou ainda,
1955 a pauta, e considerando que tem uma proposta feita por um convidado que assero aí na luta
1956 pelas águas e o Fonasc como representação da sociedade civil tem competência para
1957 encaminhar, eu quero dar cobertura a esse encaminhamento enquanto membro do
1958 Conselho, atendendo uma ansiedade da sociedade civil. Eu me desculpo até por não ter
1959 feito encaminhamento porque eu sei isso aqui...

1960 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. João Clímaco,
1961 então não vamos tumultuar. Deixa eu concluir aqui os inscritos e depois a gente ver.

1962 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais) –**
1963 Não é tumultuar. Eu estou fazendo um encaminhamento do processo. Aí você põe em
1964 votação isso.

1965 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) –** Ok. Eu vou colocar.
1966 Já está claro. Por favor, Malú.

1967 **SR.^a MARIA LUIZA (SOS Mata Atlântica):** Boa tarde a todos e a todas. Obrigada pela
1968 participação. Eu sou também representante do Comitê Gestor do Observatório da
1969 Governança da Água e Conselheira no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado
1970 de São Paulo. Vejo aqui o nosso representante, o Luiz Santoro, o também representante do
1971 Comitê de Bacias do Alto Tietê, da Fundação Agência de Bacias do Alto Tieté, que deixou
1972 suas manifestações. E eu peço, reitero o pedido feito pelo Ângelo e pelo João Clímaco, que
1973 foi citado por todos os Conselheiros do CNRH, que é importante que o CNRH possa
1974 discutir e debater esse texto. Solicito veementemente que o texto integral do PL seja
1975 disponibilizado a todos os Conselheiros, porque não veio com a pauta, nós só vimos uma
1976 apresentação e uma exposição do Wilson. Então, que não seja considerado um debate sobre
1977 o texto esta reunião de hoje, uma vez que nem um Conselheiros teve acesso ao texto. E
1978 como a Sinara disse, e outros Conselheiros também disseram pode haver várias versões
1979 circulando. Então, não sei se a versão que temos é a versão final. O Ministério, o MDR
1980 pode deixar o texto no portal do Ministério, no portal do CNRH para que todos tenham
1981 acesso. Peço que seja possível dar tempo para que os Conselho estaduais membros do
1982 Conselho Nacional de Recursos Hídricos possam ler e se manifestar e mandar contribuições
1983 e sugestões. E como contribuição e sugestão, eu chamo atenção para o fato de que não há
1984 nenhuma menção de que o acesso a água e ao saneamento são direitos humanos, que é o
1985 Senado Federal provou em março deste ano a PEC nº 6, que inclui, dentre os direitos
1986 fundamentais...

1987 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) –** Malú, já está com 3
1988 minutos, Malu. Você pode concluir, por favor?

1989 **SR.^a MARIA LUIZA:** Bom, isso não é nada democrático, Wilson. Eu estou aguardando
1990 até agora.

1991 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) -** Eu orientei três
1992 minutos no início, Malu. Eu não precisaria nem abrir a fala para pessoas que não são do
1993 CNRH. Eu estou sendo delicado para abrir. Eu pediria que conclua três minutos, por favor.

1994 **SR.^a MARIA LUIZA:** Você não está sendo delicado. Eu sempre participei de reuniões de
1995 CNRH, nunca foi dessa forma. Nunca vi os Conselheiros não receberem na pauta o tema
1996 que está sendo discutido. Então, portanto, peço que o Ministério tenha a hombridade de dar
1997 transparência a esse texto. Transparência é um dever do Poder Público e vocês não estão

1998 honrando esse dever. Outra coisa, o encaminhamento de um projeto de autoria do Governo
1999 para o Congresso Nacional, se fosse para o Congresso Nacional propor o texto, seria de
2000 autoria de algum parlamentar. Então, se vocês estão encaminhando como Executivo o
2001 texto, é obrigação sim de o MDR respeitar esse Conselho como membro do tal e
2002 disponibilizar esse texto integral ao CNRH. Isso não foi feito, e eu espero que a gente não
2003 precise judicializar, já que a palavra da sociedade civil aqui só tem três minutos, e a gente
2004 ouviu você intervir nas respostas da forma como você quis. Muito obrigada.

2005 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Obrigado, Malú.
2006 Olha só, eu estou sendo sincero o suficiente, e dando oportunidade para fala, e não sou
2007 obrigado, pelo regimento, a liberar. Então, eu queria pedir... Três minutos é muito claro três
2008 minutos. Três minutos é algo que é contado no relógio. Então, se eu estou pedindo para
2009 restringir a três minutos, eu vou passar a encerrar a fala antes da conclusão. Ok? Lívia, tudo
2010 bem? Boa-tarde.

2011 **SR.^a LÍVIA SOALHEIRO (CERH/RJ)**: Boa tarde a todos. Wilson, eu vou tentar
2012 respeitar os três minutos. Eu coloquei em tópicos as coisas que eu pretendo falar. Primeiro
2013 agradecer porque na última reunião do Conselho Nacional eu fui uma das pessoas que
2014 pediu a reunião de hoje. E também entendo, como a Malú, que não dá para a gente falar
2015 ainda que estamos fazendo um debate do assunto. O que a gente está fazendo hoje é
2016 conhecendo o que se pretende propor pelo MDR e de forma muito superficial porque não
2017 tivemos acesso ao texto. E também na sua apresentação, eu observo, e não sei se não foi
2018 considerado, e aí eu te peço para esclarecer isso, me parece que as políticas de saneamento
2019 e de segurança de barragens não foram consideradas na elaboração desse PL. E outro ponto
2020 que me parece importante é que os conceitos como o serviço hídrico, infraestrutura, que
2021 isso fique muito claro, e eu não sei como está redigido e se está redigido no PL, porque isso
2022 pode gerar uma confusão de entendimento entre essas políticas que foram mencionadas. E o
2023 texto normativo, vocês já falaram que o texto do PL vai ser encaminhado para todos, mas
2024 quando? Antes da proposição ao Congresso, das Casas Legislativas ou depois? E também
2025 na questão da metodologia não foi exposto qual é o critério de escolha dessas 50 e tantas
2026 pessoas que foram ouvidas. Isso seria interessante para que a gente conhecesse. Além disso
2027 foi falado que algumas pessoas foram ouvidas de modo informal. E aí isso me chamou uma
2028 curiosidade, por que algumas pessoas foram ouvidas de modo informal? E também uma
2029 fala, até foi sua aqui, é que desde janeiro está sendo falado que vai ser criado um marco
2030 hídrico. Isso não significa que nós, desde janeiro conhecemos a proposta que está sendo
2031 pensada pelo MDR. Então, é necessário que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o
2032 Sistema de Recursos Hídricos tenha tempo hábil de se apropriar dessa proposta e opinar
2033 sobre ela. Eu não estou aqui dizendo que ela é boa ou ruim. Só mais duas coisas, por favor.
2034 Foi falado no chat, e é muito importante a gente ressaltar, que a outorga ela é um
2035 instrumento precário por sua natureza. E aí quando a gente fala de uma cessão onerosa
2036 sobre um instrumento que é precário, isso nos causa uma certa preocupação, e por isso a

2037 necessidade de ler o texto para entender como isso está sendo proposto. E quando você fala
2038 a política de reuso, também me parece importante que este Conselho, este Plenário ele
2039 tenha conhecimento do que está sendo proposto pelo MDR, não só através do seu Grupo de
2040 Trabalho, porque isso também vai afetar todos os Estados e enfim. É uma norma que
2041 pretende que seja nacional, pelo menos é o que foi falado. É isso. Obrigada, Wilson.

2042 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Obrigada, Lívia.
2043 Você fez uma pergunta... Uma pergunta específica que você colocou...

2044 **SR.^a LÍVIA:** Quer que eu fale de novo? Eu falei sobre os conceitos e se as políticas de
2045 saneamento e segurança de barragens foram abordadas.

2046 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Então, esse projeto
2047 ele não altera em nada de saneamento e segurança de barragens. Então, não foram
2048 abordados esses assuntos porque não tem alteração.

2049 **SR.^a LÍVIA SOALHEIRO:** Ele pode não alterar, mas precisa ter harmonia com elas.

2050 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Isso. Mas tem. Os
2051 conceitos que você até questionou? Por exemplo, o que é infraestrutura hídrica, o que é
2052 segurança hídrica. Eu coloquei aqui na lâmina o conceito de serviço hídrico, mas todos
2053 esses conceitos estão claros no projeto, de forma a distinguir essas infraestruturas, por
2054 exemplo, serviço de saneamento ou outros. Ok? Para finalizar, a Cristiandrea está inscrita.

2055 **SR.^a. CRISTIANDREA CICILIATO (FONASC)** - Boa tarde a todos e todas. Eu sou
2056 Cristiandrea Ciciliato, do Fonasc e do Fórum Alternativo Mundial da Água, que luta pela
2057 água como direito público. Eu gostaria de colocar aqui que quanto representação da
2058 sociedade civil no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nós não fomos convidados
2059 para fazer parte desse grupo de estudo. Gostaria de colocar também que nós encaminhamos
2060 para o CBH Paranaíba, como membro do CBH Paranaíba um documento de segurança
2061 hídrica, isso em 2020, ou seja, nós temos documentos que poderiam ser contribuídos com
2062 esse Grupo de Trabalho, mas ao menos fomos convidados. Um dos argumentos que nós
2063 temos aqui é que deve ter não só empresas dentro da segurança hídrica, mas como
2064 prevenção das águas. O que nós observamos aí é muita infraestrutura, mas o que nós
2065 queremos colocar é que as áreas de restrições, as unidades de conservação e educação
2066 ambiental são critérios importantes para segurança hídrica. Então, nós já encaminhamos
2067 esse documento ao CBH Paranaíba e deixamos aqui "que esse documento foi tirado de
2068 pauta pela diretoria sem ao menos... tirado de pauta, infringindo o regimento interno."
2069 Gostaria de colocar também que é preciso conservar as terras dos indígenas. Segurança
2070 hídricas sem as terras dos indígenas não existe isso. Também gostaria de abrir aspas aqui,
2071 "como sendo Fórum Alternativo Mundial da Água, que lutamos contra os direitos da água
2072 pública. Temos a Coca-Cola que extrai, um exemplo, extrai águas... perfura poços

2073 subterrâneos, extrai água do Caiê, que alimenta as nascentes da Serra da Moeda, ou seja,
2074 senhor, Wilson, qual é o critério de uma empresa que destrói as nascentes e depois financia
2075 projetos de sustentabilidade? Então, eu queria entender isso, porque assim, eu acho que eu
2076 tenho mais um minuto, qual é o impacto teve dessa empresa na saúde pública dessas
2077 pessoas que moram na Serra da Moeda? E daí ela vem e vai entrar no critério de fornecer
2078 água para a população, mas é fornecer água, sendo que ela destrói as nascentes? Qual é o
2079 critério e qual é a responsabilidade na relação da saúde pública? Quanto tempo que eu
2080 tenho mais? Eu acho que para finalizar aqui: água é direito humano, água é direito público,
2081 e nós da sociedade civil vamos lutar para que esse direito seja respeitado, digno. E outra:
2082 existem milhares de pessoas sem água neste momento. Muito obrigada e agradeço.

2083 **SR.^a. CRISTIANDREA CICILIATO (FONASC)** – Obrigado, Cristiane. Eu acho com
2084 que isso a gente encerrou as inscrições aqui para o debate.

2085 **SR. NÃO IDENTIFICADO** – Wilson, apareceu aqui a inscrições do Elio e do Luiz
2086 depois.

2087 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO (Conselheiro Titular - Espírito Santo)** – Wilson,
2088 com sua permissão, eu queria solicitar aí a sua atenção e permitisse que a Malú concluísse o
2089 raciocínio dela. Então, a minha intervenção é nesse sentido para que gente terminasse a
2090 reunião num ambiente aí de democracia e obviamente de respeito às falas de todos. Então,
2091 o meu pedido, Wilson, é para que você reconsiderasse aí e que permitisse à Malú, que ela
2092 concluísse o raciocínio dela. Agradeço aí.

2093 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Ok. Por favor,
2094 Maria Luiza, mas restringe, por favor, o porque a gente acaba dispersando muito e começa
2095 a falar de outros assuntos que não a ver com apresentação. Então, por favor.

2096 **SR.^a MARIA LUIZA RIBEIRO (SOS MATA ATLÂNTICA)**: Na verdade, eu já me
2097 sinto contemplada pelos Conselheiros. Muito obrigada, Elio, Conselheiro, em nos ceder
2098 esse espaço. Como Conselheira, representante do Conselho Estadual de São Paulo, peço ao
2099 CNRH que dê um tempo para que os Conselhos estaduais e os comitês de bacia recebam o
2100 texto, manifestem suas opiniões sobre essa proposta e que os princípios da 9.433 e desse
2101 projeto dessa PEC que tramitou no Senado e agora está sendo encaminhada pela Deputada
2102 Talíria Petrônio na Câmara dos Deputados, a PEC nº 6, que inclui a água e o saneamento
2103 como direitos fundamentais dos brasileiros, já seja incorporada nos princípios desse texto.
2104 A gente não pode perder a oportunidade de que um texto que vem tratar de uma questão tão
2105 estratégica, tão essencial, não se atenha a esses princípios constitucionais. Então, o acesso a
2106 água como direito humano, como direito fundamental dos brasileiros e brasileiras, e que
2107 este Conselho Nacional de Recursos Hídricos, como sempre fez, disponibilize no portal o
2108 texto do PL e dê tempo para que os entes do sistema possam se manifestar antes do MDR
2109 encaminhar ao Congresso Nacional, que lá é outra trincheira de batalha.

2110 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Eu queria até, em
2111 função disso, já recomendar. Vocês estão tendo acesso aqui a apresentação. Todos os itens,
2112 no detalhe, constam da apresentação. Comecem a discutir isso nos âmbitos das entidades
2113 que vocês representam aqui no CNRH, porque esse debate precisa ser feito realmente de
2114 forma ágil. Muitas vezes a gente não tem um tempo tão grande assim para um debate.
2115 Então, o que acontece? E o projeto, ele não está pronto. E ele está passando por ajustes
2116 semana após semana em função, inclusive das tratativas com outros órgãos ministeriais.
2117 Então, por que que o PL não foi ainda anexo à convocação? E a nossa pauta se restringiu a
2118 uma aprovação. Essa pauta, ela não é deliberativa. Ela é uma apresentação prévia de um
2119 conceito que está se discutindo no âmbito do Ministério. O fato é que o PL ainda não está
2120 pronto e pela própria Lei de Acesso a Informação processos dessa natureza são protegidos
2121 pela lei de acesso a informação como restrito. Então, se eventualmente nós não
2122 encaminhamos ainda para várias entidades que nos encaminharam pelo sistema de
2123 ouvidoria ou mesmo por algumas instituições que o fizeram de forma formal foi em função
2124 dessa restrição protegida, inclusive pela Lei de Acesso a Informação. Ok? Porque a gente
2125 saí leviano em compartilhar um texto que ainda não está fechado, que ainda não é versão
2126 final. E infelizmente ainda nós não temos. Tem algumas versões que estão circulando em
2127 redes social, e WhatsApp é algo que prolifera muito rápido, tem um texto que, inclusive eu
2128 tomei conhecimento ontem, que a data está três de novembro. Essa foi uma das versões que
2129 quase saiu como oficial. Eu acho que a maioria de vocês deve ter recebido esse PDF. Se
2130 vocês perceberem a maioria dos itens que eu trouxe na apresentação já estão naquele texto
2131 que está circulando. Então, a versão final finalíssima, que a gente ainda não tem muito
2132 pouco vai mudar em relação àquele que está circulando. Então, considerando que está posto
2133 na apresentação, e que eu tomei o cuidado de trazer todos os detalhes, e se vocês quiserem
2134 considerar até essa versão de 03/11, que está circulando, mas comecem os debates, sejam
2135 propositivos. O Clímaco foi muito feliz nas palavras, quando colocou a sociedade civil à
2136 disposição para fazer um debate construtivo. Esse projeto de lei, ele não tem marca... Ele
2137 não é um projeto político, ele é um projeto de Estado. Ele é um projeto realmente para
2138 mirar e enfrentar problemas que nós temos reais. O problema da falta de manutenção e
2139 operação de uma série de infraestruturas hídricas no País, e a gente sabe que isso implica
2140 em problemas de seguranças de barragens, inoperação, a necessidade de garantia a
2141 sustentabilidade financeira para esses empreendimentos, isso é o foco principal, mas
2142 também visa focar em avançar nos instrumentos de 9.433. De forma nenhuma é objetivo
2143 desconstruir o que está previsto na 9.433. Isso, eu espero ter deixado claro. E o debate da
2144 cessão onerosa do uso dos recursos hídricos é algo que realmente merece ser debatido,
2145 tanto é que ele só vai ser implementado depois de definidas as diretrizes e regras pelo
2146 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Ele não vai ser implementado sem o debate. Isso
2147 é uma condição colocada na lei. Só vai ser implementado quando o CNRH definir das
2148 diretrizes e regras. E só vai ser regulamentado quando a posterior da definição pelo CNRH
2149 os agentes reguladores de outorga fizerem as suas regulamentações. Pode ser que Estados

2150 como, sei lá, Rio de Janeiro, São Paulo, enfim, pode ser que alguns Estados não avancem
2151 na regulamentação, o Nordeste, considerando, inclusive o enfrentamento contínuo de crises
2152 pode ser que não se tenha interesse em regulamentar em algumas regiões. E isso é a forma
2153 que nós tivemos de respeitar, no projeto de Projeto de Lei, as peculiaridades regionais.
2154 Todos os itens merecem regulamentação, e nada vai ser instituído sem o mínimo de
2155 participação social nem que seja aqui nesse ambiente nosso de Conselho Nacional. Ok?
2156 Então, eu acho que com isso, eu encerro o debate. E aí, é, na verdade, uma apresentação.
2157 Fizemos todos os registros aqui de uma série de Conselheiros que recomendaram não
2158 avançar no Projeto de Lei. É uma iniciativa do Governo Federal, não é uma iniciativa do
2159 CNRH. Estamos sendo aqui propositivos de antecipar o debate. Então, a gente avança...
2160 Ângelo, por favor, você não é Conselheiro, Ângelo. Desculpo eu ser franco, ok?

2161 **SR. ÂNGELO:** Sim, mas o João Clímaco vai encaminhar a minha proposta.

2162 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais) –**
2163 Eu já falei que a proposta que ele colocou ela merece ser considerada, tendo em vista que
2164 mesmo sendo uma apresentação, ela gerou uma necessidade de o Conselho já se posicionar
2165 quanto ao encaminhamento. E aí você tem que agir como membro do Conselho e não como
2166 membro do Governo.

2167 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) -** Como membro do
2168 Conselho, eu não vejo a possibilidade de uma deliberação como esta numa pauta
2169 propositiva de apresentação. Nós não trouxemos o projeto (...). Eu realmente não (...).

2170 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais) –**
2171 (...) Corroborar essas falas que estão mostrando que há um viés autoritário na forma como
2172 foi produzido esse processo. Nós estamos dentro do Conselho, nós estamos numa Plenária
2173 do Conselho. É nosso momento. Nós não somos o Governo em si, nós somos parte da
2174 governança. Nós temos o direito de propor ao Conselho um encaminhamento ou então vê
2175 qual é o nível de abstração que esse tema... De concepção que esse tema já está implodindo
2176 dentro do Conselho. Eu não acho que isso vai implodir o Conselho. Ao contrário, vai unir o
2177 Conselho. Agora, eu peço que você atenda, como secretário do Conselho e não do Governo,
2178 o nosso encaminhamento. É o mínimo que se espera de um secretário do Conselho, porque
2179 senão a gente não precisava ter um secretário do Governo no Conselho.

2180 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) -** Vamos ter uma
2181 reunião dia 15 de dezembro. Então, faça a recomendação formal para a gente deliberar na
2182 reunião do dia 15 de dezembro porque realmente eu não vejo oportunidade nesta pauta de
2183 hoje que prevê a apresentação da proposta ainda não finalizada e o PL que não vou
2184 concluído para que eu houvesse proposição sobre essa ótica.... Não é uma pauta
2185 deliberativa.

2186 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais)** –
2187 Você está desconsiderando o art. 1º da missão do Conselho, que está na lei, está
2188 entendendo?

2189 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu vou repetir o
2190 que eu coloquei, Clímaco, inclusive baseado na fala do Davi Bomtempo. É competência do
2191 CNRH se manifestar sobre essas matérias. Hoje efetivamente essa matéria não existe, ela é
2192 um papel e oficialmente ela não está (...). A partir do momento que nós tivermos uma
2193 proposta consolidada, nós vamos disponibilizar no site do CNRH e iniciar esse debate
2194 imediatamente. O fato é que essa proposta não está concluída. Ok?

2195 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais)** –
2196 Inclusive o próprio Decreto 10.000, que visou citar aí, essa competência do Conselho. Eu
2197 estou achando que você está cometendo um equívoco. Vai piorar um pouco já a expectativa
2198 que a gente tem de construção até de legitimar mais este Conselho, que anda tão
2199 esculhambado, depois desse Decreto 10.000. Então, olhe, eu peço novamente que você
2200 considere a necessidade de seguir o Regimento e a nossa competência enquanto Conselho.
2201 Agora se o Conselho hoje, se a Plenária hoje decidir que pode ver isso na semana que vem
2202 ou no dia 12, que você está marcando, a gente acata. Agora autoritariamente você chega e
2203 joga uma bomba dentro do Conselho e depois põe a bomba queimando e vai embora e
2204 deixa a gente... É competência. Eu estou falando do regimento que você não está
2205 obedecendo.

2206 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Há um mês atrás
2207 nós fizemos uma reunião, nos propusemos em fazer uma pauta praticamente exclusiva para
2208 discutir o assunto. Estamos discutindo. Deixa eu só fechar... Tem algum áudio que está com
2209 interferência. Se alguém estiver com o áudio aberto e puder fechar. Então, há um mês atrás
2210 fizemos uma reunião do CNRH, demos como encaminhamento que faríamos uma reunião
2211 praticamente exclusiva para esse assunto, e estamos aqui realizando esse debate.
2212 Eventualmente o CNRH (...) já com o PL na mão, no dia 15, ok, podemos avançar dessa
2213 forma. Mas agora, como eu mesmo coloquei, trouxe a apresentação com todos os detalhes.
2214 Os elementos que são necessários para um debate nas várias instâncias do SINGRE estão
2215 postas aqui na apresentação. Ok? Não é a ausência do texto do PL que impede essas
2216 tratativas. Agora, assim que o PL tiver: “Olha, fechou, está concluído”, aí imediatamente o
2217 que acontece? A gente tem que dar acesso a informação. Nós vamos colocar no site do
2218 CNRH e fazermos esse debate já com o texto do PL na mão, no dia 15 de dezembro. A
2219 gente pode dar esse encaminhamento, Clímaco. Ok? Então, já de posse do texto do PL...

2220 **SR.^a NÃO IDENTIFICADA** – Wilson, me parece que o Clímaco está falando e está com o
2221 microfone desligado.

2222 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Então, só para
2223 concluir, como já com o texto do PL em mãos, na reunião do dia 15 de dezembro, gente
2224 pode receber as contribuições dos Conselheiros. Ok?

2225 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais)** –
2226 Eu acho que você está colocando o Conselho a reboque de um protagonismo maior.

2227 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Mas o fato,
2228 Clímaco, é que legalmente o Conselho não precisa se manifestar previamente a uma
2229 iniciativa do Ministério. Não tem necessidade. Não existe essa prerrogativa legal. Agora a
2230 partir do momento que (...), ele se concretiza, está posto no Decreto, inclusive 10.000, que
2231 compete ao CNRH se manifestar.

2232 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais)** –
2233 Então, vocês vão remeter esse projeto de lei? Ante de mandar para o Conselho, vocês vão
2234 mandar ele para o Congresso?

2235 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - A prerrogativa de
2236 mandar para o Congresso é do Governo Federal, e isso é independente de qualquer debate
2237 no CNRH, ela vai ser feita. Não é esse encaminhamento que vai mudar alguma coisa no
2238 texto.

2239 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais)** –
2240 Então, como secretário do Conselho, você não está dando a atenção ao Conselho que ele
2241 merece.

2242 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Ele está sendo dada
2243 a atenção.

2244 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais)** –
2245 Nós já temos dados, você mesmo colocou os dados para nós. Então, como conselheiro,
2246 como membro do Conselho e secretário do Conselho, o mínimo que você deveria fazer era
2247 acatar o que a Plenária está solicitando, quer dizer, a gente não está fazendo nada ilegal ou
2248 nada fora do...

2249 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Infelizmente não é
2250 possível acatar esse ponto, Clímaco, porque a gente está com uma pauta propositiva de
2251 apresentação. Nós não propusemos nenhuma deliberação do CNRH. Não consta
2252 deliberação...

2253 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais)** – A
2254 Sociedade Civil vai se manifestar contra esse tipo de encaminhamento.

2255 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO (ESPÍRITO SANTO E DISTRITO FEDERAL)** –
2256 Wilson, uma questão de ordem, posso? É o seguinte, assim que você terminou a
2257 apresentação, eu acho que eu fui o primeiro Conselheiro a manifestar objetivamente
2258 solicitando que não se encaminhasse o projeto ou qualquer projeto sobre o assunto ao
2259 Congresso Nacional antes da tramitação no SINGRE. Então, considerando que essa foi a
2260 primeira fala nesta reunião nesse sentido foi feita por mim, eu estou fazendo uma proposta
2261 de encaminhamento, considerando que não há nenhuma proposta de que dessa reunião saia
2262 uma solicitação formal ao MDR que não encaminhe nenhuma proposta nesse sentido ao
2263 Congresso Nacional sem antes que o assunto submeta à tramitação legal aqui do Conselho
2264 Nacional de Recursos Hídricos. Eu vou repeti a proposta: que saia desta reunião...

2265 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu vou pedir para o
2266 Clímaco manter o microfone desligado, que está dando ruído no seu microfone. Mantenha
2267 desligado, por favor.

2268 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (Organizações Não Governamentais)** –
2269 Mas eu estou ligado... Tem que estar ligado aí.

2270 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO (ESPÍRITO SANTO E DISTRITO FEDERAL)** –
2271 Então, só para repetir, que se solicite e formalize documento formal do CNRH solicitando
2272 ao MDR e Casa Civil, enfim, onde tiver que solicitar que o projeto não seja encaminhado
2273 ao Congresso Nacional antes de sofrer essa tramitação aqui do Conselho Nacional de
2274 Recursos Hídricos. Aí eu formalizei uma proposta, Wilson.

2275 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Então, a
2276 proposta sua é que recomenda que o Ministério não encaminhe ao Congresso o Projeto de
2277 Lei. E você quer propor quanto tempo o CNRH vai levar para debater?

2278 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO (ESPÍRITO SANTO E DISTRITO FEDERAL)** –
2279 Não. A solicitação é foi focalizar que não fique...

2280 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Quanto tempo a
2281 gente ficar aguardando o CNRH?

2282 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO (ESPÍRITO SANTO E DISTRITO FEDERAL)** –
2283 Você encaminha aí. A gente continua aqui a discussão. Na verdade, é o seguinte, é que não
2284 encaminhe lá sem a gente discutir. Apenas isso, Wilson. É simples e objetivo.

2285 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Uma
2286 recomendação.

2287

2288 **SR. ANIVALDO MIRANDA (Conselheiro Titular – CBHSF):** Wilson, aqui é Anivaldo.
2289 Eu subscrevo a proposta de Elio. Ela é perfeitamente factível porque se o Ministério acatar
2290 a recomendação do CNRH, o próprio Ministério tomará a iniciativa através da Secretaria
2291 Executiva, de marcar uma reunião extraordinária. Portanto, não haverá nenhuma delonga e
2292 nem nada ficará no ar.

2293 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) -** Eu já lhe adianto
2294 que vai ser uma recomendação... Eu adianto que vai ser uma recomendação inócua porque
2295 realmente não compete ao CNRH definir ou debater ou previamente... Não depende do
2296 CNRH. Não existe essa prerrogativa do CNRH. Agora, claro, ela pode acontecer. Não tem
2297 problema nenhum ter uma recomendação.

2298 **SR. ANIVALDO MIRANDA (Conselheiro Titular – CBHSF):** É uma solicitação que o
2299 Ministério vai responder se aceita ou não aceita, mas é preciso se pronunciar sobre isso. Se
2300 houver diálogo com o Ministério, vamos fazer (...). É uma questão de escolhas. Agora (...)
2301 dar o direito de o Conselho solicitar ao Ministério. Se é inócuo, mas nem tudo que é inócuo
2302 é (...),é o contrário. Tem coisas que (...) importantes. É questão de posição, porque o que
2303 nós estamos fazendo aqui é mais (...) da questão do... E é importante nessa história a
2304 condição das instituições, que aqui não são pessoas, são instituições, estejam muito bem
2305 aclaradas nesse processo. É nesse sentido que eu subscrevo inteiramente a proposta do
2306 conselheiro Elio de Castro. É isso aí. Obrigado.

2307 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) -** Ok. Então, fica o
2308 registro. Elio, se você puder colocar isso no chat. Ok?

2309 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO (ESPÍRITO SANTO E DISTRITO FEDERAL) –**
2310 Sim, Wilson.

2311 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) -** Eu queria colocar
2312 então para deliberação aqui dos Conselheiros. São 18h12, eu não vou abrir mais inscritos,
2313 ok? Eu queria já concluir esse item para concluir o terceiro item de pauta. Ok?

2314 **SRª. Cristiandrea Ciciliato (Fonasc) -** Eu já estava inscrita. Eu estava com a mão
2315 levantada. Eu só tenho uma pergunta, que é relevante. Nós da sociedade civil temos que
2316 retornar e saber porque que nós não fomos convidados a participar. Então, eu gostaria de
2317 saber o motivo de nós não sermos convidados e isso também... Finalizando. E isso também
2318 justifica o sentido de encaminhar um documento para que nós possamos debater ele antes.
2319 Mas a gente precisa porque nós não fomos convidados. Obrigada.

2320 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) -** Pelo que o Elio
2321 colocou a proposta é: uma recomendação ao Ministério do Desenvolvimento Regional para
2322 que previamente ao envio ao Congresso Nacional, no Projeto de Lei de marco hídrico, seja

2323 feito um debate no CNRH. Ok? Então, essa é a proposta do Elio. Eu queria encaminhar
2324 para deliberação esse assunto, se é maioria da Plenária que vota por essa recomendação
2325 sugerida aqui pelo Conselheiro Elio. Ok? Roseli, vamos fazer a apuração nominal, por
2326 favor.

2327 **SR. NÃO IDENTIFICADO:** Wilson, faz por aclamação, Wilson.

2328 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –**
2329 Vocês estão vendo a tabela?

2330 **SR. NÃO IDENTIFICADO:** Sim, Roseli, eu estou vendo.

2331 **SR.^a NÃO IDENTIFICADA:** Só um esclarecimento: vai ser votado o PL ou a proposta do
2332 conselheiro do Conselho Estadual do Espírito Santo?

2333 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –**
2334 Vai ser votada a recomendação de que o PL só vá para o Congresso depois de ser debatido
2335 no Conselho. ok? Estão todos vendo a planilha?

2336 **SR.^a NÃO IDENTIFICADA:** Sim.

2337 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) –** Ok, Roseli. Agora
2338 aparece para mim.

2339 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –**
2340 Que o PL seja debatido anteriormente no CNRH.

2341 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) -** Recomenda que o
2342 PL seja debatido previamente no CNRH antes do envio ao Congresso.

2343 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –**
2344 Vou começar aqui então. Ministério do Desenvolvimento Regional, favorável, contrário ou
2345 se abstém?

2346 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) -** Eu sou contrário. Eu
2347 acho que precisamos aproveitar a oportunidade e promover esse debate de forma no local
2348 adequado, que é o Congresso Nacional.

2349 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –** A
2350 segundo vaga do Ministério do Desenvolvimento Regional.

2351 **SR. GILSON PIRES:** Eu também sou contrário. Eu acho que vai ter o momento adequado
2352 aí para fazer essas discussões aí no Congresso, e todas as instituições aí podem fazer essa
2353 discussão.

2354 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –**
2355 Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ministério da Defesa. Ministério das Relações
2356 Exteriores. Ministério da Economia.

2357 **SR. NÃO IDENTIFICADO:** Ministério da Economia, suplente. Contrário?

2358 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –**
2359 Contrário?

2360 **SR. NÃO IDENTIFICADO:** Correto. Contrário. (...) Decidir a conveniência.

2361 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -**
2362 Ministério da Economia, segunda vaga. Ministério da Infraestrutura.

2363 **SR. LUIS SÉRGIO DA CRUZ SILVEIRA:** Eu sou favorável à proposta.

2364 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) – A**
2365 proposta e discutir previamente no Conselho?

2366 **SR. LUIS SÉRGIO DA CRUZ SILVEIRA:** Favorável à recomendação.

2367 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –**
2368 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ministério da...

2369 **SR. FREDERICO CINTRA BELÉM:** A gente vota favorável, Roseli.

2370 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –**
2371 Ministério da Cidadania. Ministério da Educação. Eu acho que a gente não tem quórum
2372 para fazer essa votação.

2373 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) –** Eu quero pedir
2374 então a verificação de quórum, Roseli.

2375 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –**
2376 Não temos quórum, Wilson.

2377 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) –** Já são 18h21. Já
2378 avançamos além do horário previsto da reunião.

2379 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –**
2380 Eu acho que a gente não tem quórum para fazer essa votação aqui. Teria que ter... Teria que
2381 ter metade mais um dos Conselheiros. Só de Governo Federal, a gente já não tem... 1,
2382 2,3,4,5... Mas podemos continuar.

2383 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu prefiro que
2384 confira o quórum para a gente tomar uma decisão realmente embasada em um quórum
2385 adequado.

2386 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
2387 Ok. Eu vou fazer um novo chamamento aqui de quórum. Está bom? Eu vou fechar esse
2388 daqui. Só um minutinho. Eu vou só fazer a chamada do quórum para saber se é possível
2389 fazer a votação. O Ministério do Desenvolvimento Regional. A segunda vaga também tem.
2390 Ministério da Justiça voltou? Ministério da Defesa? Relações Exteriores? Economia?

2391 **SR. NÃO IDENTIFICADO:** Presente.

2392 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
2393 Economia, segunda vaga. Infraestrutura.

2394 **SR. NÃO IDENTIFICADO:** Presente.

2395 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
2396 Cidadania. Saúde. Minas e Energia. Minas e Energia, segunda vaga. Ciência e Tecnologia.

2397 **SR. NÃO IDENTIFICADO:** Presente.

2398 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
2399 Meio Ambiente.

2400 **SR. NÃO IDENTIFICADO:** Presente.

2401 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
2402 Meio Ambiente, segunda vaga. Ministério do Turismo.

2403 **SR.^a NÃO IDENTIFICADA:** Presente.

2404 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
2405 Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
2406 Distrito Federal. Espírito Santo.

2407 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO (Espírito Santo e Distrito Federal)** – Presente.

2408 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
2409 Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

2410 **SR. NÃO IDENTIFICADO:** Presente.

2411 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
2412 Tocantins, Rondônia e Amapá.

- 2413 **SR.^a NÃO IDENTIFICADA:** Rondônia, presente.
- 2414 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –**
2415 Amazonas, Pará e Roraima. Piauí, Maranhão e Ceará. Paraíba, Pernambuco e Rio Grande
2416 do Norte. Sergipe, Alagoas e Bahia. Irrigantes. Prestadores de Serviços Públicos e
2417 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Concessionárias e autorizadas de geração
2418 hidroelétrica. Setor Hidroviário. Indústria?
- 2419 **SR. NÃO IDENTIFICADO:** Presente.
- 2420 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –**
2421 Pescadores... Por favor, fechem o áudio. Pescadores e usuário de recursos hídricos com
2422 finalidade lazer e turismo.
- 2423 **SR. NÃO IDENTIFICADO:** Presente.
- 2424 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –**
2425 Comitê de Bacia Hidrográfica.
- 2426 **SR. NÃO IDENTIFICADO:** Presente.
- 2427 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –**
2428 Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa.
- 2429 **SR.^a CÉLIA RENNO –** Presente.
- 2430 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –**
2431 Organizações Não Governamentais. A gente não tem quórum para deliberar sobre essa
2432 matéria, uma vez que temos 15 Conselheiros presentes. E a gente precisa de 20.
- 2433 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) –** Ok, Roseli. Agora
2434 isso não... Essa questão, eu queria colocar aqui para o Elio e para o Clímaco. Isso não
2435 prejudica o debate no CNRH. Eu quero mais uma vez ressaltar isso. O debate no CNRH é
2436 independente... Essa recomendação colocada vai ser essencial, ela vai acontecer. A gente...
2437 Por favor, Secretário. Estamos lhe ouvindo.
- 2438 **SR. SÉRGIO COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) -** Boa tarde a todos.
2439 Novamente eu estou entrando aqui. Eu estava escutando os debates. Escutei aqui o Wilson
2440 falando. A questão do debate anterior ao CNRH, o Ministério e o Ministro têm uma
2441 consideração enorme ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, é tanto que o Ministro
2442 fez questão de mandar um vídeo. Várias vezes eu faço questão, mesmo não tendo agenda,
2443 eu entro nas reuniões do CNRH, mas como o Wilson vinha dizendo, o momento do debate,
2444 o CNRH, ele não vai ser excluído do debate. O debate vai para o Congresso Nacional. E
2445 indo ao Congresso Nacional, não só o CNRH vai ter a oportunidade e deliberar o assunto,

2446 de discutir o assunto com toda a sociedade. Eu acho que a gente tem que observar o futuro
2447 e observar as janelas de oportunidades. Esse Ministro que está aí, esse Governo que está
2448 aqui, foi o único que se propôs a fazer uma mudança na lei e debater a lei. Nós não estamos
2449 cerceando a palavra de ninguém, é tanto que nós estamos colocando a discussão para ser
2450 feita pela sociedade. Nós não podemos botar castas ou um ou outro para poder discutir um
2451 assunto que é de interesse do País. Por isso a gente encaminhou... Se observar, foram
2452 escutadas 53 entidades, nós tivemos a preocupação de escutar 53 entidades. Nós debatemos
2453 com a ANA e criamos uma proposta. O que nós estamos mandando para o Congresso
2454 Nacional é uma proposta que poderá ser discutida com os outros. Se a gente for voltar essa
2455 proposta para o CNRH, se a gente for voltar essa proposta para outras entidades que
2456 também têm a prerrogativa, nós não vamos jamais encaminhar esse marco, como isso
2457 aconteceu com outras propostas de lei. Então, eu pediria a ajuda de vocês, eu pediria a
2458 compreensão de vocês para que essa ação seja debatida no Congresso Nacional. Eu queria
2459 que vocês entendessem a nossa posição, o Ministério, que esse encaminhamento está sendo
2460 feito... Nós estamos apresentando mesmo antes de encaminhar ao Congresso, nós fizemos
2461 questão de apresentar ao CNRH para que o CNRH tivesse conhecimento da proposta. Nós
2462 vamos apresentar outros segmentos da sociedade. Então, assim, eu acho que o debate é
2463 extremamente salutar, mas o momento do debate, o momento em que a gente pode discutir
2464 esse assunto é no Congresso Nacional. Então, eu pediria a compreensão dos senhores, e eu
2465 tem certeza que o MDR, que o Governo Federal não está cerceando a palavra de ninguém,
2466 até porque por isso nós vamos encaminhar essa pauta para o Congresso. Então, assim, eu
2467 quero explicar àqueles que estão ansiosos, eu quero àqueles que talvez uma decisão tomada
2468 pode ser muitas vezes um retrocesso. E, às vezes, esses retrocessos são tomadas por
2469 questões pessoais, por questões provincianas. Então, eu peço a vocês conselheiros que
2470 pensem no Brasil, que pensem na lei que a gente pode modernizar e que vocês pensem que
2471 vocês podem, no momento de estar querendo opinar, estar cerceando outras pessoas e estar
2472 cerceando o direito do povo brasileiro de ter uma lei moderna, uma lei que possa ajudar a
2473 levar segurança hídrica a quem tanto precisa. Vamos olhar menos para o umbigo da gente e
2474 olhar mais para aqueles que precisam, porque eu sei, quando eu vou inaugurar uma obra, eu
2475 sei o que é sentir sede, eu sei o que é olhar na cara das pessoas e a pessoa nunca ter tido a
2476 oportunidade de tomar um banho, tomar um banho diariamente. As pessoas no Nordeste, no
2477 Semiárido tomam banho de três em três dias, de dois em dois dias. Então, vamos pensar
2478 menos na gente e mais naqueles que precisam. Está bom? Esta é a minha palavra. E o meu
2479 compromisso com vocês é que isso vai ser discutido e que na hora que o CNRH precise que
2480 eu vá, que eu esteja presente, eu vou estar do lado do CNRH para debater o marco dos
2481 recursos hídricos. Obrigado.

2482 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Obrigado,
2483 secretário. Então, é isso, vamos partilhar essa apresentação de hoje. E nela tem todos os
2484 detalhes. Façam o debate nas instituições que vocês representam. O secretário foi muito

2485 claro: a gente não pode deixar isso restrito a avaliações pessoais, a avaliações provincianas.
2486 A gente precisa realmente ter aqui no CNRH a oportunidade de vocês trazerem aquelas
2487 instituições que realmente representam. E para isso, a partir de hoje, comecem a fazer o
2488 debate utilizando inclusive essa apresentação. Assim que o projeto tiver pronto... Hoje tem
2489 mais uma alteração a ser feita. Mas assim que ele estiver concluído, a gente vai
2490 compartilhar no e-mail do CNRH e no site do CNRH para que vocês tenham acesso à
2491 integralidade do texto. Ok? Vamos avançar em Assuntos Gerais. Já estamos com mais de
2492 meia hora de avanço além da reunião de hoje. Roseli, tem ponto de Assuntos Gerais?

2493 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
2494 Wilson, somente lembrar da próxima reunião ordinária, que vai ser no dia 15 de dezembro.
2495 E também do Seminário do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que me parece mudou a
2496 data, vai ser 13.

2497 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – 13 e 14. Vamos
2498 soltar os convites amanhã. Amanhã já deve estar no site do Plano Nacional de Recursos
2499 Hídricos o link para inscrição. Essa oficina é uma oficina muito importante. Nela a gente
2500 vai apresentar os resultados da consolidação das ações, dos programas. Vão ser cinco
2501 programas no Plano Nacional de Recursos Hídricos. Nessa oficina de 2 dias, 13 e 14, a
2502 gente vai apresentar as ações e a gente quer começar a definir as metas. Ok? Então, nesse
2503 debate a gente vai definir as metas para essas ações do Plano Nacional de Recursos
2504 Hídricos. Então, é uma oficina muito importante. Final de janeiro, no máximo até primeira
2505 semana de fevereiro, a gente vai concluir a oficina de pactuação, com a regionalização das
2506 metas em cada região do Brasil. E aí na primeira reunião do CNRH, eu espero que a gente
2507 possa apreciar para deliberação, em 2022, o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Ok?
2508 Algum Conselheiro tem algum assunto a mais para trazer para os Assuntos Gerais?
2509 Clímaco.

2510 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Qualquer coisa,
2511 escreve no chat, Clímaco.

2512 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
2513 Não temos mais assuntos, Wilson, para ser apresentado aqui, pelo menos da Secretaria
2514 Executiva. Amanhã tem uma reunião da CTPA, Câmara Técnica de Planejamento e
2515 Articulação, que vai ser apresentada a proposta dos programas do Plano. Então, vai ser a
2516 primeira apresentação que será feita. E lembrar aí da importância da participação dos
2517 representantes nas câmaras técnicas, que a gente tem observado muitas faltas. Então, isso aí
2518 é importante que os Conselheiros fiquem atentos aos seus representantes.

2519 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Então, acho
2520 que com isso encerramos a reunião de hoje. 37 minutos além do horário, mas foi bom o
2521 debate. Mais uma vez pegue essa apresentação de hoje, estudem, avaliem, façam as

2522 considerações. Assim que o texto do PL estiver pronto, nós vamos encaminhar oficialmente
2523 um e-mail aos Conselheiros e dispor no site do CNRH. Ok?

2524 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Conselheiro Suplente - AMAT)** – Wilson, é o
2525 Wilson aqui. Só uma para efeito da minha agenda: eu queria saber se a reunião dos dias 08
2526 e 9 não vai acontecer, Roseli? As oficinas dos dias 8 e 9?

2527 **SR.^a ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** –
2528 Mudou para 13 e 14, Wilson. A Adriana até me mandou hoje essa programação. Vamos
2529 encaminhar para você para atualizar a agenda. Está bom?

2530 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – O trabalho da
2531 consolidação está sendo muito intenso, Wilson, e a gente não conseguiu concluir para dias
2532 8 e 9. A gente, infelizmente, teve que adiar essa oficina para 13 e 14. Mas vamos levar um
2533 trabalho bem consolidado já para o debate. Certo? Pessoal, obrigado então. Até logo. Boa-
2534 noite para todos.

2535 **TODOS:** Boa-noite. Até logo. Boa noite a todos.